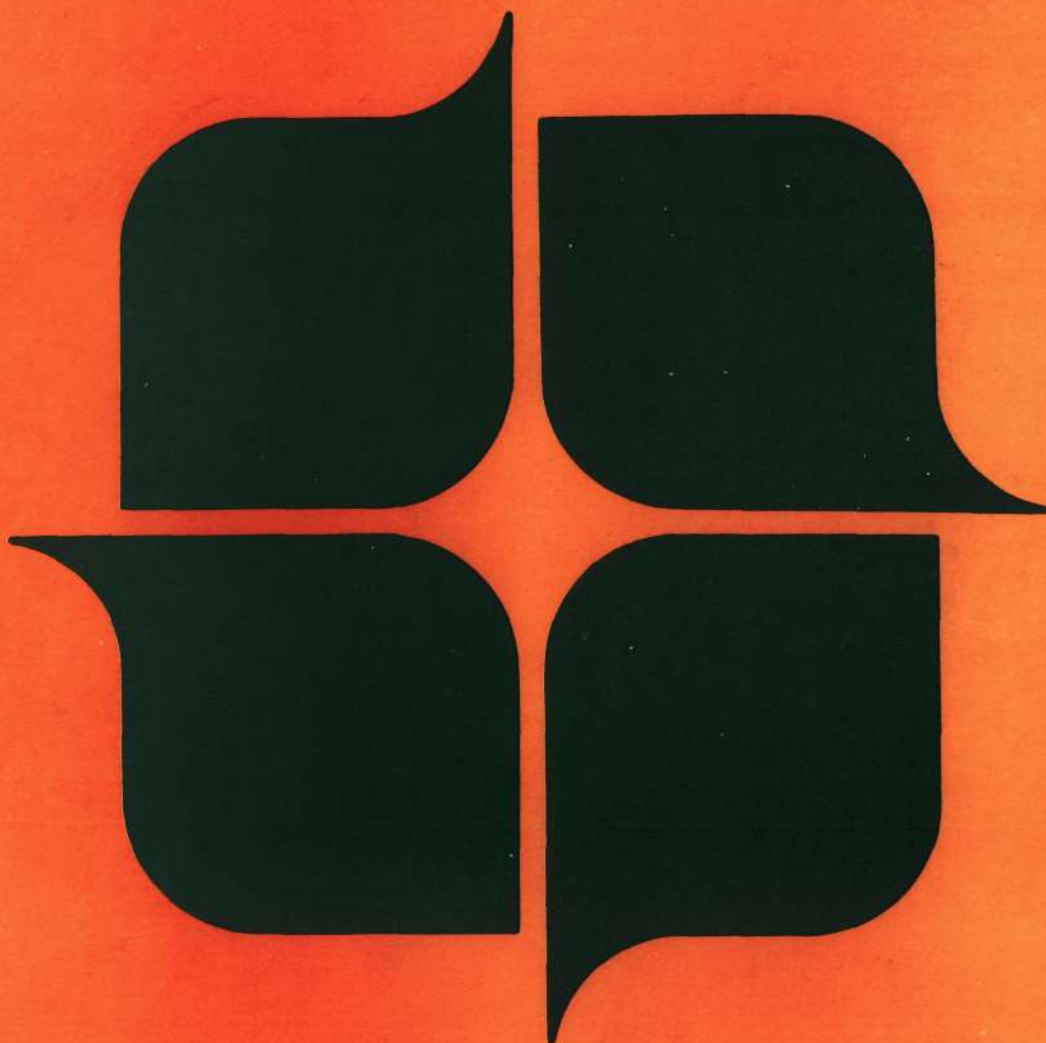


Ministério da Agricultura e do Abastecimento
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CONAB

REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

CONAB/BIBLIOTECA



PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ANO V - Nº 02

ABR-MAI-JUN

Nesta Edição

SEÇÃO I

Carta da Agricultura

- O Conceito de Segurança Alimentar na Organização Mundial do Comércio (OMC)
(Renato Antonio Henz) 03

SEÇÃO II

Artigos de Política Agrícola

- Os Contratos de Opção como Instrumento de Política Agrícola
(Célio Brovino Porto) 07
- Trigo Nacional: Passado, Presente e Futuro
(Roque G. Annes Tomasini) 16
- A Agricultura e os Corredores de Transporte Multimodais
(Antonio Licio e Regina Corbucci) 22
- O Brasil e o Novo Modelo de Desenvolvimento da China
(Carlos Nayro Coelho) 37

SEÇÃO III

Legislação Agrícola

- Contratos de Opção de Venda 59

SEÇÃO IV

Ponto de Vista

- Agricultura: Desempenho e Rumos
(Elisio Contini) 61
-
-

REVISTA TRIMESTRAL EDITADA PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - Secretaria Nacional de Política Agrícola e Companhia Nacional de Abastecimento - Capa: JO OLIVEIRA - Responsável/Setor Gráfico: ROZIMAR PEREIRA DE LUCENA
- Copy-Desk: VICENTE ALVES DE LIMA, QUIYOMI NINÔMA - Diagramação: WEBER DIAS SANTOS, IVANILDO ALEXANDRE
- Composição: CARLOS ALBERTO SALES, JOSÉ ADELINO DE MATOS - Revisão: QUIYOMI NINÔMA, VICENTE ALVES DE LIMA
- Arte-Final: WEBER DIAS SANTOS, IVANILDO ALEXANDRE, JORGE MARCELO DE ALMEIDA.

As matérias assinadas por colaboradores, mesmo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, não refletem necessariamente a posição do Ministério nem de seus Editores, sendo as idéias expostas de sua própria responsabilidade.

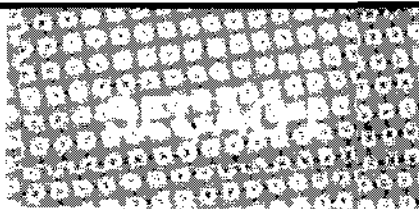
É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos e dados desta Revista desde que seja citada a fonte.

Revista de Informação sobre política agrícola, destinada a técnicos, empresários, pesquisadores e professores que trabalham com o complexo agroindustrial. Distribuição gratuita.

Interessados em receber a Revista de Política Agrícola comunicar-se com:

DIPLA - Companhia Nacional de Abastecimento - SGAS Quadra 901 - Conj. A - Ed. CONAB - 3º Andar - 70390-010 - Brasília-DF.

Composta e impressa na Gráfica da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.



O Conceito de Segurança Alimentar na Organização Mundial do Comércio (OMC)

O novo marco externo para o setor agrícola que decorre dos resultados da Rodada Uruguai do GATT, hoje OMC, reflete as profundas discussões que serviram de pano de fundo de todo o processo negociador, tanto quando do estabelecimento da agenda da Rodada como da negociação propriamente dita. Deve-se recordar que foi apenas nesta 8ª Rodada de negociações que se conseguiu, ainda que com um êxito relativo, o enquadramento do setor agrícola dentro das regras e disciplinas do comércio internacional. As razões da ausência da agricultura em outras Rodadas deveu-se aos diversos "waivers" concedidos aos principais parceiros do comércio, EUA e à atual União Econômica Européia em virtude de alegados fatores não econômicos. Assim, os elevados níveis de apoio e protecionismo que vigoraram até recentemente, com nefastas consequências sobre o desenvolvimento das agriculturas dos países em desenvolvimento, estiveram justificados por razões de segurança alimentar, manutenção de estruturas sócio-econômicas tradicionais, questões ambientais, paisagísticas/turísticas etc.

Essas questões não foram desconsideradas na negociação, mas passaram a ser tratadas a partir de novos enfoques, passíveis de compatibilizar estas justas preocupações com os objetivos da Rodada, ou seja, a exigência de políticas mais equânimes orientadas pelo mercado. De uma forma geral tratou-se as questões não econômicas vinculadas à atividade agrícola por meio das chamadas políticas da "caixa verde", que se caracterizam pela transparência do gasto, pelo sentido de um "bem público" ofertado pelo governo e, principalmente, pelo fato da medida ser desconectada das decisões de produção, ou seja, com um mínimo de interferência nas sinalizações do mercado.

Assim, por exemplo, as políticas de cunho ambiental estão, dentro de certas regras, previstas no Anexo II do acordo que descreve as políticas da "caixa verde". Ademais, deve-se ressaltar o consenso de que os fortes subsídios agrícolas, (onde foram concedidos) constituiram importante fator de degradação ambiental, uma vez que levaram à sobreutilização dos recursos naturais e de agroquímicos que de outra maneira não teriam ocorrido. Da mesma forma, a questão da manutenção das estruturas sócio-econômicas está contemplada em diversas políticas da "caixa verde", tais como programas de sustentação de renda, de reconversão de atividades etc. Essas políticas permitem que se respeite a autonomia das países quanto à decisão de arcar com o ônus de fixar sua população rural, sem que isto afete as decisões de produzir, ou seja, que o benefício não esteja vinculado ao volume da produção, gerando excedentes indesejáveis que acabam sendo jogados com fortes subsídios nos mercados internacionais, ou que o apoio esteja associado ao controle de área. Os elevados custos do modelo anterior facilitaram os acordos que permitiram a compatibilização desses objetivos com os objetivos da Rodada.

Quanto à questão da segurança alimentar, as dificuldades foram muito maiores uma vez que se mesclavam os conceitos de segurança alimentar no sentido de disponibilidade física de alimentos para atender, a preços relativamente baixos e estáveis, uma determinada demanda de alimento, com o conceito estratégico, no sentido de bloqueio ao acesso de alimentos em eventuais conflitos internacionais. No primeiro sentido encontram-se as preocupações mais comuns, inclusive de organismos internacionais como a FAO. De outro lado, as preocupações de países que foram protagonistas de conflitos bélicos relativamente recentes, tais como os europeus, e principalmente o Japão, por sua condição insular, uma vez que neste caso um bloqueio seria bastante efetivo. Essa questão esteve presente quando do bloqueio ao Iraque durante o conflito do Golfo Pérsico.

O argumento da segurança alimentar sempre esteve presente na justificativa de implementação de políticas fortemente intervencionistas e protecionistas, tendo neste sentido respaldo mesmo em organismos internacionais tal como a FAO. A disseminação dessa "rationale", elevada ao seu extremo, ensejou profundas distorções no comércio de produtos agropecuários, agravando os problemas de segurança alimentar, principalmente e contraditoriamente nos países pobres e/ou com potencial competitivo na produção agrícola. Por um lado a produção e formação de elevados estoques concentrou-se nos países/regiões mais ricas, que dispõem de recursos orçamentários para sustentar essas políticas. De outro lado, o fechamento dos mercados, mediante a proteção na fronteira associada à política de subsídios, tornou os produtores imunes às sinalizações de mercado, e, portanto, imunes aos necessários ajustes na oferta e demanda de produtos agrícolas nos mercados mundiais, ou seja, todo o custo dos ajustes, em termos de setor produtivo, tendia a recair sobre os demais países.

Foi com base nessas evidências que as propostas objetivando políticas "mais equânimes e orientadas para o mercado" ganharam força quando da preparação da agenda da Rodada e, posteriormente, na própria negociação. Esta consciência, com maior ou menor ênfase, foi que culminou na inclusão da agricultura na agenda do GATT, procurando seu enquadramento dentro de suas regras e disciplinas. A percepção foi a de que também nesse caso estaria em vigor a "falácia da composição", ou seja, o que pode ser verdadeiro para um país isoladamente não necessariamente seria a melhor solução se todos a adotassem. Por trás desse novo conceito de segurança alimentar estaria o princípio de que a mesma seria atingida com maior eficiência se houvesse um comprometimento mundial com a oferta de alimentos, descentralizando sua produção para os países onde esta seria

mais eficiente. Para tanto, o comércio desses produtos deveria estar livre de restrições não-tarifárias, tanto na importação como na exportação. Em outras palavras a segurança alimentar estaria baseada na "confiabilidade" de que todos participam e contribuem para esse objetivo.

Em torno dessas idéias criou-se o Grupo de Cairns, do qual o Brasil foi membro ativo, formado por países com fortes interesses na área agrícola e, portanto, os mais prejudicados pelo modelo até então vigente. A esse respeito o Grupo se posicionou formalmente em documento de trabalho apresentado durante a negociação, nos seguintes termos: "programas de auto-suficiência alimentar são formas inapropriadas, inefetivas e custosas de se alcançar os objetivos de segurança alimentar, e afeta negativamente os interesses de outros países. Garantia de oferta de alimentos pode ser alcançada por meio de: a) manutenção de estoques adequados de alimentos e forrageiras para garantia contra escassez; b) diversificação de fontes de suprimento. Em outras palavras, uma política adequada de segurança alimentar estaria baseada em: a) um aumento da eficiência produtiva mundial; b) uma permanente ação disciplinadora das políticas agrícolas e das barreiras ao comércio de outros países de forma a consolidar a "confiabilidade" dos mercados de produtos agropecuários com a ampliação do comércio e; c) na formação de estoques estratégicos.

Nesse sentido o Acordo Agrícola contempla, como política não sujeita a compromissos de redução de apoio, no item 3 da "caixa verde", a possibilidade de formação de estoques públicos, nos seguintes termos:

3) Retenção de estoques públicos com objetivo de segurança alimentar.

Os gastos (ou recursos governamentais não recuperados) relativos à acumulação e à manutenção de estoques de produtos que fazem parte integrante de um programa de segurança alimentar estabelecido em legislação nacional. Poderá incluir ajuda governamental à estocagem de produtos pelo setor privado como parte do programa.

O volume e a acumulação de tais estoques atenderão a objetivos predeterminados e relacionados unicamente com a segurança alimentar. O processo de acumulação e de liberação de estoques será transparente, do ponto de vista financeiro. As compras de alimentos pelo governo serão feitas a preços correntes de mercado e as vendas de produtos procedentes dos estoques de segurança alimentar deverão ser feitas a preços não inferiores ao preço corrente do mercado interno para o produto e a qualidade em questão.

No caso do Brasil existe base na legislação que prevê "Regras disciplinadoras da formação e liberação dos estoques públicos" - Portaria Interministerial Nº 657, de 10/07/91. Essa Portaria estabelece, em seu art. 6º, que "o volume de cada produto componente do estoque estratégico não poderá exceder o correspondente a 1/12 (um doze avos) do seu consumo anual aparente, à exceção dos produtos em que o País é deficitário e tradicional importador, em cujo caso esse limite será de 2/12 (dois doze avos)". Além disso, em nota de pé de página o Acordo permite ainda que, para os países em desenvolvimento, os estoques públicos formados a partir de programas de sustentação de preços (preços mínimos) e desde que o eventual apoio quando da compra seja considerado nas medidas incluídas nos compromissos de redução, podem fazer parte dos estoques para fins de segurança alimentar. Deve-se observar ainda que com a equalização das vendas dos estoques públicos brasileiros por meio de recursos do tesouro, a existência do Preço de Liberação dos Estoques (PLE), e a venda dos mesmos a preços de mercado (leilões públicos), dão a necessária transparência exigida pelo Acordo.

Deve-se salientar que esse item do Acordo Agrícola se refere a estoques para fins de segurança alimentar no sentido de disponibilidade física adequada de estoques, a preços relativamente estáveis, não se confundindo com o produto vendido em programas de ajuda alimentar interna. Os gastos com esse tipo de programa também estão previstos no Acordo, em seu item 4, que prevê como programas sem restrições na sua implementação:

4) Ajuda alimentar interna.

Gastos (ou **recursos governamentais não recuperados**) relativos à concessão de ajuda alimentar interna a setores carentes da população.

O direito a receber a ajuda alimentar estará sujeito a critérios claramente definidos, ligados a objetivos nutricionais (Ex. programas do INAN, de merenda escolar, Comunidade Solidária etc.). Tal ajuda consistirá em fornecer diretamente os alimentos aos interessados ou o fornecimento de meios que permitam aos beneficiários comprar alimentos a preço de mercado ou a preços subsidiados. As compras de alimentos pelo governo serão feitas a preços correntes de mercado e o financiamento e a administração da ajuda serão transparentes.

Como pode ser visto o Acordo, tal como proposto, não impede que, dentro de certas regras, se implemente programas de formação de estoques públicos com o objetivo

específico de segurança alimentar. Ademais não impede programas de ajuda alimentar a populações carentes. Contudo a ênfase, inclusive para que a segurança alimentar seja atingida com menor custo, deve ser dada pela liberação dos mercados. Inclusive porque a garantia de diversificação das fontes de suprimentos reduz a necessidade e os custos de elevados estoques.

Ainda se referindo ao caso do Brasil, para que se alcance os objetivos de segurança alimentar, ao mesmo tempo que o País se ajuste ao novo processo de integração ao comércio mundial de alimentos, beneficiando-se do mesmo, é necessário que a ênfase do apoio à produção de alimentos pelo governo mude, indo no sentido de se alcançar uma maior eficiência. Para tanto, os objetivos das políticas deveriam ser menos intervencionistas no processo de comercialização interna e externa, não só de produtos agropecuários mas também de insumos utilizados na sua produção. É com sentido que foi negociada a Tarifa Externa Comum - TEC do MERCOSUL, que reflete uma estrutura tarifária mais "leve", para que os preços dos insumos internos sejam compatíveis com os preços internacionais e que a produção doméstica seja mais competitiva e possa melhor responder ao sinais de mercado.

Por outro lado, ênfase maior deve ser dada aos demais custos, particularmente os estruturais, chamados de "custo Brasil". Nada mais contraditório do que se demandar subsídios e estímulos à produção com objetivos de segurança alimentar quando o Brasil é um dos poucos países do mundo que ainda tributam, e pesadamente, a produção e comercialização de alimentos. Esse empecilho a uma maior participação brasileira no mercado externo de muitos produtos, junto com outros custos, tais como o de transporte, os portuários etc., choca-se com a garantia de oferta mais abundante e estável, uma vez que a maior garantia de abastecimento interno ainda se consegue nos produtos dos quais o Brasil é grande exportador.

Como conclusão, do novo marco institucional resultante da Rodada Uruguai emerge um novo conceito de Segurança Alimentar que enfatiza: a) a eficiência para produzir alimentos em bases não artificiais, ou seja, uma produção sustentável e a baixos custos; b) a solidariedade dos mercados ("confiabilidade") no ajuste entre oferta e demanda de alimentos e, portanto, uma distribuição mais equitativa ao nível mundial do ônus deste ajuste; c) a natural descentralização da produção entre um maior número de países, inclusive em muitos países que hoje têm sua produção inviabilizada pelos elevados subsídios dos grandes produtores; d) em decorrência desse último ponto, um menor impacto de adver-

sidades climáticas quando da produção melhor distribuída pelo mundo. Esses elementos devem ser levados em conta pelos formuladores de políticas, não apenas das políticas agrícolas e de abastecimento, mas sobretudo das demais políticas setoriais e macroeconômicas (comerciais, tributárias, fiscais, de infra-estrutura etc.) que têm responsabilidades muito maiores que se imagina numa verdadeira política na-

cional de "Segurança Alimentar", que vai além de uma visão estreita desse problema estratégico para o Brasil, muitas vezes tratado de forma superficial.

*Renato Antonio Henz
Secretaria de Política Agrícola*

Os Contratos de Opção como Instrumento de Política Agrícola

Célio Brovino Porto ⁽¹⁾

1. Introdução

Embora a crise em que a agricultura brasileira mergulhou no ano passado tenha sido agravada pelo descasamento entre preços e taxas de juros, vários problemas já vinham se acumulando ao longo dos últimos anos, tornando inevitável a busca de uma solução mais estrutural para as inconsistências entre a política agrícola e as demais políticas macroeconômicas adotadas pelo País.

Na tentativa de vislumbrar saídas para esses problemas, tornou-se lugar-comum, nos anos recentes, acenar-se com a idéia de modernização dos instrumentos de política agrícola adotados pelo Brasil, inclusive porque alguns deles ficaram incompatíveis com a busca de harmonia de políticas públicas dentro do Mercosul e um pouco ar-

caicos diante das grandes mudanças implementadas pelos países desenvolvidos em suas políticas agrícolas, em decorrência de compromissos assumidos perante a Organização Mundial do Comércio - OMC. Nessa linha de pensamento, o Governo tem manifestado, reiteradamente, a sua preocupação de reformular e modernizar a política agrícola brasileira.

Em função desses fatos, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento propôs e o Conselho Monetário Nacional aprovou, por meio do Voto CMN nº 045, de 28 de fevereiro de 1996, a proposta de introduzir o uso de **contratos de opção** como um novo instrumento a ser utilizado pelo Governo para a sustentação de preços agrícolas no País. Dessa forma, o Governo deu um passo concreto em direção à

modernização dos instrumentos de comercialização agrícola no Brasil, esperando-se também algum efeito residual sobre o desenvolvimento dos mercados a termo e de futuros.

A princípio imagina-se usar os contratos de opção como um complemento da Política de Garantia de Preços Mínimos, restringindo-se o uso desta ao atendimento dos produtores de menor porte e dos produtos com mercado menos dinâmico. Pretende-se evitar também o efeito danoso da persistente prática de desvio de estoques vinculados a Empréstimos do Governo Federal - EGF, que tem anulado o efeito almejado com esse instrumento, que é a esterilização de parte da oferta agrícola na época da colheita. Havendo desvio do penhor, a oferta continua alta e os preços não têm sustentação.

Com a implantação desse novo mecanismo objetiva-se evitar também outros inconvenientes da PGPM, onde a atuação relativamente passiva do Governo, na definição da qualidade e dos locais de recebimento do produto, implica perdas e desvios de estoques, além de envolvimento oficial com o mercado físico de cada produto, desde a colheita até a entressafra. O GEIA (Grupo Executivo Interministerial de Abastecimento) recomendou que a escolha dos armazéns aptos ao recebimento do produto derive de uma crite-

(1) Técnico do DEPLAN/SPA/MA.

riosa seleção entre os credenciados pela Conab em cada uma das praças abrangidas, objetivando listar somente aqueles que, além de comprovadas condições técnicas, não apresentem um passado de irregularidades com a Conab, capaz de comprometer a sua idoneidade (inclusive pela prática de dificuldades na liberação da mercadoria no momento da venda).

Cumprido ressaltar que, alternativamente ao contrato de opção, o Governo poderia usar os contratos de compra a termo. A vantagem do primeiro é que o valor do prêmio a ser pago pelos interessados promoverá automaticamente um equilíbrio entre oferta e demanda, enquanto no contrato a termo, se a quantidade de produto que o Governo se dispuser a comprar for inferior à que os produtores quiserem vender, haveria dificuldades operacionais para se definir quem teria direito – e em que quantidades – a negociar com o Governo.

2. Aspectos Teóricos

Os contratos de opções constituem direitos negociados nos mercados de derivativos, basicamente por meio de Bolsas de Futuros, sendo uma modalidade de proteção contra riscos de preços muito difundida nos mercados financeiros e de **commodities** dos países desenvolvidos. No Brasil já são bastante utilizados nos mercados de ações, estimando-se que tendam a crescer também nos mercados de futuros de **commodities**, posto que estes, à exceção das **commodities** agrícolas, já alcançaram expressivo desenvolvimento no País.

Em essência, o contrato de opção é um instrumento pelo qual uma das partes, interessada em evitar o risco de oscilação de preços de um determinado produto, paga à outra para que esta lhe garanta a venda (ou compra) do produto em questão, a um preço preestabelecido, até a data de vencimento do contrato. As transações com esse tipo de contrato formam um mercado em que os compradores estão dispostos a pagar um preço (chamado **prêmio**) para ter o direito de vender ou de comprar um dado produto, a um va-

lor preestabelecido (chamado preço de exercício), na (ou até a) data de vencimento do contrato transacionado. Vista de outra forma, a operação funciona como se o comprador da opção estivesse fazendo um seguro de preço para o produto objeto da opção.

As opções podem ser de compra ou de venda. Na opção de compra o comprador da opção adquire o **direito de comprar** o produto especificado, enquanto na opção de venda ele adquire o **direito de vender** o produto. Esse direito poderá ser exercido somente na data de vencimento (modelo europeu) ou desde a data de contratação até o dia do vencimento (modelo americano). O contrato especificará o produto objeto da opção, o local de entrega, a data de vencimento e o preço de exercício. O comprador de uma opção tem direitos e o vendedor tem obrigações. Portanto, na (ou até a) data de vencimento da opção, se o comprador decidir exercê-la, o vendedor terá que honrar o compromisso estabelecido contratualmente, isto é, adquirir o produto objeto da opção de venda ou vender o produto objeto da opção de compra.

Desse modo, o comprador de uma opção tem o direito de exercer, na (ou até a) data de vencimento, a opção de comprar (ou de vender) o produto objeto da opção, ao preço de exercício. Exercer a opção significa exercer o direito de comprar (no caso de opção de compra) ou de vender (no caso de opção de venda) o produto objeto da opção, segundo as condições de preço e prazo preestabelecidos no contrato. É óbvio que, para assumir esse risco, o vendedor da opção cobrará o prêmio que julgar necessário à cobertura do mesmo.

Assim, o mercado de opções negocia contratos de **opção de venda** e contratos de **opção de compra**. O titular do direito de vender o produto objeto da opção – a um dado preço – estará protegido contra eventual queda no preço daquele produto, até a data de vencimento do contrato, enquanto o adquirente da opção de compra estará protegido contra a hipótese de ter que comprar o produto a um preço acima daquele que estaria disposto a pagar.

3. Linhas Básicas do Projeto

Para promover a sustentação dos preços agrícolas por meio desse mecanismo, o Governo Federal teria que induzir os produtores a comprarem contratos de opção de venda ou a venderem contratos de opção de compra. Todavia, como o mercado de opções no Brasil, na área de **commodities** agrícolas, só agora está caminhando para uma consolidação, mesmo assim para poucos produtos, o Governo terá que assumir, pelo menos numa primeira etapa, um papel que seria típico do mercado, que é o de ser lançador (vendedor) de contratos de opção, embora haja a disposição de permitir a participação de lançadores privados nos leilões oficiais, caso surjam interessados. Outra característica importante é que, mesmo sabendo-se que a modalidade mais difundida no mundo é a de opções sobre contratos cotados em mercados de futuros, o projeto governamental, para atingir os objetivos pretendidos, contemplará a entrega física do produto objeto da opção. Em função de conveniências operacionais e financeiras (ver anexo III), optou-se pelo uso de contratos de opção de venda.

Considerando que a eventual entrega do produto objeto da opção implicará na sua incorporação aos estoques públicos, a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab foi encarregada de fazer o lançamento dos contratos de opção. Como tal, deverá coordenar a realização dos leilões e fazer a divulgação do Edital de Vendas (contrato por adesão). Não haverá a circulação física do contrato, sendo feito apenas o seu registro eletrônico, na Entidade Registradora para tal credenciada, cabendo à Bolsa que intermediar a venda fornecer ao comprador um comprovante da operação.

A Conab divulgará também, a cada leilão (ou conjunto de leilões), Aviso Específico informando o produto objeto da opção, a quantidade de contratos a serem oferecidos, a data, local, horário e forma de acesso dos interessados no leilão, as datas de vencimento dos contratos, as praças ou regiões-pólo (conjunto de municípios) onde o produto poderá ser entregue e a lista dos

armazéns credenciados para o recebimento do produto. As principais características, restrições e exigências idealizadas para a operação estão discriminadas no anexo I.

Para o lançamento das opções será preciso que se verifique a ocorrência simultânea das seguintes condições:

- a) existência de (ou perspectiva de) preços pagos aos produtores em níveis inferiores:

- 1 - aos preços mínimos vigentes;

- 2 - aos custos de liquidação de EGF;

- 3 - ao patamar de sustentação de preços definido entre o Governo e o setor privado, em eventuais acordos setoriais;

- b) impossibilidade de promover a sustentação desses preços apenas por meio dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos.

Além da utilização dos contratos de opções para a sustentação de preços ao nível de produtores, o Governo poderá também lançar mão do mecanismo para regular o mercado quando os preços estiverem com perspectivas altistas, mediante a venda de contratos de opção de compra de seus estoques. Trata-se de um mecanismo que provavelmente teria muita eficácia na venda de estoques de produtos dos quais o País é importador líquido (trigo, p.ex.), na medida em que a incerteza quanto à possibilidade de acesso aos estoques governamentais⁽²⁾, aliada à impossibilidade de fazer importações de última hora, acaba obrigando as indústrias a firmarem compromisso de importação superiores aos que necessitariam, caso tivessem uma opção formal de abastecimento junto ao Governo.

4. Estratégias para Fixação do Preço de Exercício e do Prêmio

O preço de exercício para as safras 1995/96 e 1996/96 será equiva-

lente ao preço mínimo vigente para cada produto/região, acrescido da estimativa dos custos financeiros e de estocagem para o período de vigência do contrato. Como parâmetro para cálculo da taxa de juros tomar-se-á a taxa apurada no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia). Poderá ser acrescido também o custo do frete entre as regiões produtoras a serem atendidas e os locais ou regiões-pólo designadas para entrega, conforme a estratégia operacional estabelecida para cada produto. Já o valor do Prêmio será definido por meio de leilão público a ser coordenado pela Conab, podendo o Governo fixar um valor mínimo para aceitação dos lances.

Para as safras subsequentes, caso interesse à estratégia de atuação do Governo, poderá ser fixado mais de um preço de exercício, a saber:

- a) Objetivando oferecer aos produtores mais de uma alternativa de seguro de preços. Como o valor do seguro é diretamente proporcional ao preço de exercício, podem existir produtores interessados em ter uma menor cobertura de risco, desde que paguem um prêmio igualmente menor. Assim, poderão ser fixados preços de exercício equivalentes, por exemplo, ao custo de variável de produção, ao preço mínimo sem projeção de juros ou de custo de armazenagem ou projetado a juros do crédito rural controlado etc. Essa estratégia poderá ser usada também para contornar um eventual inconveniente para o Governo, que seria o de explicitar para o mercado a sua expectativa de taxa de juros futura. No mercado de opções tradicional o normal é existirem vários preços de exercício sendo cotados

para uma mesma data de vencimento.

- b) De forma a reproduzir a diferenciação geoeconômica dos preços históricos praticados no mercado de cada produto.

Em tese, se a meta do Governo é a de trazer o mercado para o nível do preço mínimo em vigor na data do lançamento das opções, o preço de exercício teria que ser projetado de forma a representar, na data de vencimento, o preço mínimo acrescido de todos os custos de carregamento do produto até aquela data (juros, armazenagem etc.). Mesmo assim, poderão surgir divergências de expectativas entre o Governo e o setor privado, de forma que o valor presente do preço de exercício, ao ser calculado segundo as expectativas de juros e custos deste segmento, pode resultar superior ou inferior ao preço mínimo. No segundo caso, os preços pagos aos produtores, na data de lançamento das opções, não reagiriam até o nível dos preços mínimos.

O Preço de Exercício não deverá ser fixado num valor superior a um dos seguintes parâmetros:

- a) o custo de importação do produto em questão, sob pena de inconsistência entre as políticas agrícola e de comércio exterior;

- b) o PLE - Preço de Liberação dos Estoques, respeitadas as equivalências em termos de qualidade, data de colheita do produto e localização do armazém;

Como incentivo para adesão ao novo sistema, o valor do prêmio e as despesas acessórias à compra da opção, assim como as despesas de classificação, armazenagem e outras inerentes à fase imediata à colheita do produto objeto da opção poderão ser financiadas com recursos controlados do crédito rural (taxa de juros de 16% a.a.), na modalidade pré-comercialização. Esse tipo de financiamento terá

(2) Além do Governo não poder intervir no mercado enquanto os preços não atingirem o PLE - Preço de Liberação de Estoques, os lotes a serem ofertados só são conhecidos com 5 dias de antecedência e nada garante, a priori, que uma dada indústria vai conseguir arrematar um que tenha a qualidade de que precisa.

um limite de 6% (seis por cento) do valor das opções contratadas e não vendidas, limitado a um máximo de R\$ 30 mil (trinta mil reais) por beneficiário, no caso de produtor rural.

Não obstante, muitos produtores poderão necessitar também de financiamento à estocagem, para quitar o custeio agrícola ou outras dívidas contraídas para o plantio e aguardar o vencimento da opção. Se este estiver fixado para ocorrer antes do plantio da safra seguinte, deverá ser mais fácil negociar com o banco a prorrogação do vencimento do custeio. Caso contrário, o fato de ser titular de um seguro de preços facilitará ao interessado a obtenção do financiamento à estocagem, como o EGF – Empréstimo do Governo Federal (na modalidade SOV – Sem Opção de Venda) ou créditos com recursos de fontes externas ao crédito rural, principalmente os captados no exterior, nos termos da Resolução Bacen nº 2.148.

5. Supervisão Operacional

A operacionalização do novo mecanismo ficará a cargo da Conab, mediante supervisão conjunta das Secretarias de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e do Tesouro Nacional e de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda. Essas Secreta-

rias, a cada safra, deverão elaborar e submeter ao Grupo Executivo Interministerial de Abastecimento – GEIA uma proposta de atuação do Governo por meio desse mecanismo, destacando os valores a serem comprometidos pelo Tesouro Nacional e a estratégia e os objetivos pretendidos. Também deverão opinar quanto à conveniência de estender o amparo a outros produtos.

Na apreciação da proposta de uso desse mecanismo para este ano, o GEIA definiu que os recursos a serem alocados pelo Tesouro Nacional para essa finalidade terão como fonte a rubrica AGF/Estoques Estratégicos da Unidade Orçamentária **Operações Oficiais de Crédito** e terão prioridade de atendimento em relação às operações de custeio, EGF e AGF, haja vista tratar-se de contrato formal, tornando a Conab passível de acionamento judicial pelo seu não-cumprimento na data contratual estabelecida. A partir de 1997 espera-se poder contar com a emissão de títulos públicos para honrar tais compromissos, conforme dispõe o projeto-de-lei sobre as diretrizes orçamentárias para 1997 em tramitação no Congresso Nacional.

É importante observar que, tanto na hipótese de venda de contratos de opção de venda como na realização de Empréstimos do Governo Federal – EGF, o produto amparado só será entregue ao Governo se o mercado, na data de vencimento, não for superior ao

preço de exercício, no primeiro caso, ou aos custos do empréstimo, no segundo. Acredita-se, contudo, que os leilões de venda de opções terão um efeito de sensibilização de mercado maior que o que se obteria com a esterilização de igual quantidade de produto por meio de EGF, dada a maior transparência daquele. No anexo II procura-se explicitar as diferenças entre os dois mecanismos.

Adicionalmente, estima-se que, no caso das opções, o Governo poderá gerenciar melhor a formação dos estoques públicos, graças a um papel mais ativo quanto à definição de datas de contratação e de vencimento das opções, especificação do produto amparado e escolha de praças e armazéns para eventual recebimento do produto objeto da opção, o que certamente reduzirá o ônus do Estado com a política agrícola.

Finalmente, ressalte-se que o voto do Conselho Monetário Nacional previu ainda que o Governo deverá iniciar entendimento com o setor rural e os demais agentes de mercado, no sentido de se desenvolver mecanismos que, no futuro, permitam a substituição do modelo operacional ora proposto por um em que o produtor vá buscar no mercado a sua garantia de preços, cumprindo ao Governo apenas a indenização (parcial ou total) do valor do prêmio que ele terá que pagar pela compra da opção de venda.

ANEXO I
VENDA DE OPÇÃO DE VENDA PELO GOVERNO
CARACTERÍSTICAS, RESTRIÇÕES E EXIGÊNCIAS OPERACIONAIS

Características	Restrições e Exigências Operacionais
Adquirentes	Produtores rurais e suas cooperativas de produção, admitida a posterior transferência de titularidade da opção.
Produtos amparados	Numa primeira etapa, somente arroz longo fino, milho e algodão em pluma (safra de verão). Na safra de inverno deverá ser incluído o trigo.
Lançamento e vencimento das opções	<p>Época: períodos de colheita e de entressafra de cada produto, respectivamente.</p> <p>Forma: o lançamento das opções será feito por meio de leilões públicos, da mesma forma como se faz para a venda dos estoques da Conab.</p> <p>Subdivisão em séries: cada conjunto homogêneo de contratos relativos ao mesmo produto, preço de exercício, estado/praca/região-pólo e data/mês de vencimento será conceituado como uma série específica de contratos.</p>
Registro das operações	Como poderá haver a transferência de titularidade da opção (mercado secundário), todas as transações com os contratos de opção lançados pelo Governo só terão validade após serem registradas em sistema de registro e de liquidação financeira de títulos administrado por entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil ou em entidade que já opere o registro de operações de mercados organizados de derivativos, desde que especificamente credenciada para essa finalidade. Considerando a conveniência de evitar-se conflito de interesses entre a entidade registradora e as Bolsas que operarão o lançamento primário dos contratos, o Grupo Executivo Interministerial de Abastecimento – GEIA optou por escolher uma Entidade Registradora pertencente ao primeiro Grupo, devendo essa atribuição ficar com a CETIP, seja para obter-se neutralidade no processo, seja para evitar que o Governo dê, de antemão, uma enorme vantagem para a entidade escolhida, relativamente à realização dos negócios no mercado secundário. É importante que o Estado deixe a livre competição estabelecer quem é mais competente, em vez de privilegiar, já de saída, uma das partes interessadas.
Tamanho do contrato	Cada contrato de arroz e de milho equivalerá a 27 toneladas, enquanto o contrato de algodão será de 12,75 toneladas.
Exercício da opção	<p>Poderá ser feito somente no vencimento do contrato, devendo o interessado comunicar o fato formalmente à Conab, a partir do 5º dia útil imediatamente anterior à data de vencimento;</p> <p>O titular da opção terá um prazo de até 15 dias, contados do vencimento, para comprovar, junto à Conab, que fez o depósito do produto, na quantidade, qualidade e local previstos contratualmente;</p>

	<p>A Conab terá até 30 (trinta) dias, contados da data do vencimento, para fazer o pagamento devido, sendo que esse mês adicional terá que ser computado para efeito de cálculo do preço de exercício, por ocasião do lançamento do contrato.</p>
Entrega de produto diferente do especificado no contrato	<p>Poderá ser admitido o recebimento de produto com qualidade diferente da especificada no contrato, dentro dos limites estabelecidos no Aviso Específico da Conab a respeito de cada leilão, sendo aplicados os ágios ou deságios cabíveis, sobre o Preço de Exercício contratualmente estabelecido, de forma a ajustá-lo à qualidade do produto entregue. A Conab deverá proceder à reclassificação do produto, mediante amostragem (ou integralmente, no caso de suspeitas de fraude), devendo recorrer à arbitragem, se necessário.</p>
Ressarcimento de despesas	<p>Na hipótese de o adquirente exercer a opção, serão ressarcidas, quando da aquisição do produto, as mesmas despesas cuja indenização está prevista na formação de estoques estratégicos e na realização de Aquisição do Governo Federal na modalidade AGF direta.</p>
Alternativas à aquisição do produto	<p>O Contrato deverá ter uma cláusula permitindo que o Governo opte por não receber o produto, caso o comprador manifeste interesse em exercer a opção. Assim sendo, o Governo poderá optar por, mediante leilões públicos, lançar mão das seguintes modalidades operacionais:</p> <p>Recompra do Contrato. A condição para recebimento do valor devido será a realização do respectivo registro do fato na Entidade Registradora;</p> <p>Repasse do Contrato a Terceiros, desde que asseguradas ao comprador da opção as garantias necessárias de que o novo titular honrará as obrigações originalmente assumidas pelo Governo. Neste caso, o Governo pagará um bônus para que alguém assuma a condição de titular da obrigação, pagamento esse que será feito no momento em que for formalizada a transferência de titularidade dessa obrigação na Entidade Registradora;</p> <p>Pagamento da Diferença entre o Preço de Exercício e o Preço de Mercado na Época do Vencimento do Contrato.</p>
Regiões amparadas	<p>No primeiro ano de funcionamento do programa a idéia é admitir-se o recebimento de produto exclusivamente em praças ou regiões-pólo que, sendo formadoras dos preços de cada produto, disponham de boas condições de infra-estrutura de transporte e armazenagem. Além disso, deverão ser contemplados apenas os principais estados produtores de cada produto.</p>
Especificações dos produtos	<p>Arroz: longo fino, tipo 1, com 53 a 57% de inteiros. Limite inferior de qualidade: longo fino, tipo 2, com 48 a 52% de inteiros</p> <p>Algodão: fibra 30/32 mm – tipo 6. Limite inferior de qualidade: tipo 7/8</p> <p>Milho: 13% de umidade, 1% de impurezas e 6% de ardidos (padrão avicultura). Variedades: milho duro e semi-duro.</p>

ANEXO II

PGPM X VENDA DE OPÇÃO DE VENDA – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Assunto	Venda de Opção de Venda	Garantia de Preços Mínimos
Preço de garantia	Preço de exercício, que pode ser igual, maior ou menor que o preço mínimo	Preço mínimo
Ágios e Deságios	Normalmente só se admite o recebimento do produto especificado no contrato. O Governo poderá admitir o recebimento de produto diferente, mediante ajuste na quantidade ou no preço de exercício.	O mais freqüente é ser fixado um preço mínimo para cada tipo, classe ou outra especificação prevista na classificação oficial de cada produto
Decisão de vender ao Governo	É do comprador da opção (produtor rural, p.ex.)	É do produtor/cooperativa ou do tomador de EGF/COV
Local da aquisição	Localidades especificadas pelo Governo quando da venda dos contratos de opção	Local à escolha do vendedor ou tomador de EGF, desde que em armazém credenciado
Formalidades para a aquisição	As mesmas da AGF	Depósito do produto, seco, limpo e classificado, em armazém credenciado, e apresentação do Certificado de Depósito ou Warrant à agência do BB que jurisdiciona a praça
Mecanismo para evitar a aquisição	a) Recompra do contrato; b) Pagamento da diferença entre o preço de exercício e o preço de mercado na data de vencimento; c) Repasse do contrato a terceiros, mediante pagamento de um bônus	O Governo faz leilões do produto apenhado aos EGF/COV e assume a diferença entre o saldo da conta gráfica e o preço alcançado em leilão
Especificação do produto	De acordo com as necessidades para a sustentação de preços ou a formação de estoques governamentais	Geralmente todos os tipos, classes e demais características previstas pela classificação oficial
Público-alvo	Qualquer segmento do complexo agropecuário capaz de ser instrumento dos objetivos do Governo	Idem, embora ainda reste uma dúvida jurídica quanto à validade da lei agrícola no caso do EGF, posto que esta restringe os benefícios do crédito rural a produtores e cooperativas
Financiamento à estocagem	Não há um financiamento automático, vinculado à compra da opção	O EGF é, em essência, um financiamento à estocagem. Se for Com Opção de Venda, permite a quitação do empréstimo com a entrega da mercadoria apenhada

Transferência de titularidade	Passível de ser feita, a qualquer momento, para qualquer agente de mercado.	Vedada. Admite-se a substituição do penhor do EGF por títulos da venda a prazo do produto.
Prêmio	É o custo de aquisição de uma opção	Trata-se de um seguro de preços de custo zero
Prorrogação do vencimento	Não prevista	Pode ser feita várias vezes
Perdas quantitativas do produto até a data de vencimento	De responsabilidade do comprador da opção (produtor rural, p.ex.)	Serão assumidas pelo Governo quando se tratar de EGF/COV e este virar AGF indireta
Prazos e amortizações	O prazo é fixado pelo vendedor (Governo). Não estão previstas amortizações intermediárias, mas o Governo pode colocar à venda lotes com datas de vencimento diferentes, de forma a se obter o mesmo resultado	Prazos e amortizações intermediárias fixados pelo Governo
Antecipação do vencimento	Não prevista, mas o comprador pode vender seu produto a outro e não exercer a opção	O tomador do EGF pode liquidá-lo a qualquer momento, total ou parcialmente
Recursos financeiros	Só há dispêndio do Governo no vencimento, se o comprador da opção exercê-la. Fonte de recursos :Tesouro Nacional	Dispêndio imediato de recursos. O EGF pode ser feito com recursos de qualquer fonte do crédito rural. A AGF é somente com recursos do Tesouro
Programação Orçamentária	Têm que ser previstos recursos para eventual exercício da opção, pois trata-se de contrato formal	Os EGF podem ter o vencimento prorrogado até obter-se recursos suficientes para as AGF
Contratação	Por meio de leilões públicos	Diretamente com o agente financeiro. A AGF direta é exclusiva do BB. No caso de custeio com equivalência em produto, a conversão para EGF/COV é automática

ANEXO III

VENDA DE OPÇÃO DE VENDA X COMPRA DE OPÇÃO DE COMPRA VANTAGENS E DESVANTAGENS PARA O GOVERNO

VENDA DE OPÇÃO DE VENDA	COMPRA DE OPÇÃO DE COMPRA
<p>O Governo não precisa desembolsar recursos no ato da venda da opção.</p>	<p>O Governo precisa desembolsar o valor do prêmio relativo à compra da opção.</p>
<p>Não há risco de inadimplência por parte do comprador da opção (produtor rural, p. ex.), pois este terá que entregar o produto para poder receber o preço estabelecido (preço de exercício).</p>	<p>Há risco de inadimplência por parte do vendedor (produtor rural, p.ex.), no vencimento da opção. Ele já recebeu o valor do prêmio e poderá não honrar o contrato. Todavia, é uma hipótese mais provável quando o preço de mercado se situar acima do preço de exercício, caso em que, em princípio, não interessaria ao Governo intervir.</p>
<p>O Governo poderá especificar padrões de qualidade mais rigorosos, pois terá mais condições de sustentar a exigência de entrega do produto especificado no contrato.</p>	<p>O lançador da opção (produtor, p.ex.) pode não oferecer opções com as características desejadas pelo Governo, em termos de especificação do produto, prazos e praças.</p>
<p>Na hipótese de aquisição do produto objeto da opção, o desembolso líquido será dado pela diferença entre o preço de exercício e o prêmio recebido na venda do contrato.</p>	<p>Na hipótese de exercício da opção, o desembolso total do Governo será dado pela soma do preço de exercício com o prêmio pago na compra do contrato.</p>
<p>O Governo é quem terá a iniciativa no processo, pois será o lançador das opções.</p>	<p>O Governo só poderá comprar opções de compra se houver lançadores oferecendo-as no mercado.</p>
<p>O Governo é que define os locais de entrega, podendo ajustá-los às necessidades da política de abastecimento.</p>	<p>O Governo pode não encontrar vendedores oferecendo opções para entrega nas praças de seu interesse.</p>
<p>Se a opção não for exercida, o Governo fica com a arrecadação líquida do valor do prêmio.</p>	<p>Se o Governo não exercer a opção, perde o valor do prêmio pago no ato da compra do contrato.</p>
<p>Quem toma a decisão de exercer a opção é o comprador da opção.</p>	<p>Quem toma a decisão (iniciativa) de exercer a opção é o Governo.</p>
<p>O Governo terá que fazer uma boa programação de recursos para honrar esse tipo de compromisso, pois trata-se de um contrato formal.</p>	<p>O Governo terá a faculdade de exercer as opções segundo as suas disponibilidades orçamentárias.</p>

Trigo Nacional: Passado, Presente e Futuro

Engº Agrº Roque G. Annes Tomasini (1)

O que cultivar no inverno? A adequada resposta a essa pergunta, formulada por milhares de produtores com terra, máquinas e mão-de-obra ociosas, é fundamental para o futuro social e econômico das regiões tritícolas do Sul do Brasil. Nessas regiões o trigo foi, é e continuará a ser a principal alternativa técnica e econômica no inverno.

A Região Sul muito deve à cultura de trigo. As bases da atual infraestrutura agrícola e humana na região do Planalto, no Rio Grande do Sul e no sul do Paraná têm sua origem no processo histórico do desenvolvimento da triticultura.

A introdução e a rápida expansão da soja não teriam sido tão fáceis se não tivessem tido como apoio a infraestrutura agrícola e a característica de ser esta uma cultura de verão, o que permitiu diminuir a capacidade ociosa do complexo material e humano, até então dependente, quase que exclusivamente, do trigo (Tomasini, 1976).

A produção de trigo no Brasil, após 28 anos de protecionismo estatal, desde 1990, está passando por uma difícil fase de adaptação a uma economia de livre mercado, tendo de competir com o trigo importado subsidiado e/ou produzido sem as dificuldades internas de produção no País, como o denominado "custo Brasil".

No passado, com numerosos incentivos oficiais, quase atingimos a auto-suficiência. No presente, a triticultura está passando por uma grave cri-

se. O que o futuro reserva para a produção nacional de trigo? Ou melhor, que pode a sociedade esperar do complexo agroindustrial de trigo?

1 - Evolução Histórica

O trigo tem uma história de mais de 400 anos no Brasil. Martin Affonso de Souza teria trazido o cereal, em 1534, juntamente com outros grãos e animais, como parte da bagagem dos colonizadores. Sua introdução foi feita, segundo manuscritos existentes na biblioteca de Évora, nos campos de Piratininga e no Rio de Janeiro, onde produzia muito bem (Carmo, 1911). No Rio Grande do Sul, segundo referências de Sebastião Ferreira Soares, o trigo cultivado pelos açorianos, em 1737, produzia muito bem (Carmo, 1911). Aproximadamente em 1811, apareceu a doença denominada "ferrugem", a qual reduziu drasticamente a produção e que também é mencionada por Saint Hilaire (1974). Segundo Bayma (1960), o Brasil, em 1805, chegou a exportar trigo. Apesar de o trigo ter sido cultivado em diversos estados que hoje não mais o cultivam (Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro), com o correr dos anos seu cultivo ficou restrito à Região Sul, principalmente no Rio Grande do Sul e no Paraná.

Um dos principais fatores da atual localização do trigo nas regiões Sul e Centro-Oeste foi o clima frio e a localização inicial dos imigrantes italia-

nos e alemães e, numa fase posterior, das correntes internas de migração.

Entre as ações governamentais de apoio à triticultura, consta a importação de sementes originárias da Europa e da América do Norte, como uma tentativa de controlar, via novas cultivares, o reaparecimento, em 1867, da doença denominada "ferrugem" (*Puccinia spp.*). Em 1919 o governo federal inaugurou as Estações Experimentais de Alfredo Chaves, no Rio Grande do Sul e de Ponta Grossa, no Paraná, as quais foram o marco inicial para a pesquisa com trigo (Tomasini, 1980).

Os conhecimentos gerados pela pesquisa de trigo no Brasil permitiram a geração de novas tecnologias de cultivo e o lançamento de melhores cultivares, o que possibilitou a expansão da área cultivada. A cultura de trigo nos solos com alumínio, que predominam na maior parte das regiões tritícolas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Mato Grosso do Sul e de parte do Paraná, somente foi possível mediante o plantio de cultivares resistentes ao alumínio, selecionadas pela pesquisa brasileira.

2 - Evolução da área, da produtividade, do preço e do crédito

Até o período 1980/84 o Estado do Rio Grande do Sul liderou a área plantada, sendo substituído pelo Paraná. O Estado de Santa Catarina, em 1975/79, perdeu para São Paulo a condição de terceiro maior plantador. Este, no período 1985/89, cedeu sua posição para o Mato Grosso do Sul-Tabela 1.

A tendência é de o Paraná liderar a produção nacional, seguido pelo Rio Grande do Sul e pelo Mato Grosso do Sul, devido a questões relacionadas ao clima, à tradição, ao mercado e à ausência de outras alternativas, com amplo mercado, de uso na terra no período de plantio de trigo.

(1) Pesquisador da EMBRAPA-Centro Nacional de Pesquisa de Trigo

Tabela 1
Área (ha) cultivada com trigo, por estado produtor, no período 1920-1994

Ano	RS	PR	SC	SP	MS	MG	OUTROS	BRASIL
1920/24	136.260	1.814	2.706				15	140.934
1925/29	128.862	4.242	2.568				10	135.683
1930/34	132.036	24.795	5.190				6	162.027
1935/39	136.733	19.342	11.489				56	167.610
1940/44	213.985	16.668	40.663				2.78	274.104
1945/49	332.027	27.902	69.476				5.472	434.877
1950/54	638.344	63.164	128.068	3.556	72	337	76	835.749
1955/59	1.043.688	82.400	119.236	6.061	283	270	361	1.252.299
1962/64	259.136	10.264	16.992	1.570				286.962
1965/69	578.084	70.660	40.623	13				689.380
1970/74	1.341.987	367.561	47.704	31.200	16.098			2.005.350
1975/79	1.646.263	1.406.462	22.693	170.656	57.349	6.365	117	3.310.175
1980/84	1.019.410	1.114.294	16.296	133.216	131.691	18.410	938	2.434.249
1985/89	978.482	1.726.686	94.687	185.714	341.361	8.522	1.752	3.337.205
1990/94	635.657	1.048.089	75.804	89.560	114.605	4.153	1.771	1.969.641

Fonte: 1920-1959 (MA e IBGE), 1962-1970 (CCLEF-MA), 1971-1990 (B.Brasil-CTRIN), 1991-1994 (CONAB)

A grande disponibilidade de crédito a baixo custo muito influenciou, juntamente com a política de compra estatal da produção, a preços acima do mercado internacional, a expansão da área que ocorreu a partir de 1970. Igualmente importante foi a introdução de novas cultivares e de novas tecnologias a partir de 1985, conjugadas com alguns anos de condições de clima favorável, o que permitiu elevar a produtividade, do nível histórico de 800 kg/ha para quase 1.600 kg/ha, no período 1985/92- Tabela 2.

O fim da compra estatal, em

1990, juntamente com a redução e o maior custo do crédito para o plantio, deu início a um processo de contínua queda da área plantada, que, em 1995, alcançou somente 965.000 ha. Para 1996, apesar de os preços externos terem alcançado valores de mais de US\$ 230,00 FOB e de o mercado interno ter expectativa de preço pago ao produtor ao redor de US\$ 160,00-180,00/t, a área plantada não deverá ser muito superior a 1.500.000 ha, podendo chegar a uma produção entre 2.500.000 t a 3.000.000 t. O governo federal comprometeu-se a colocar US\$ 300.000.000,00 de crédito para o plantio. Como há escassez de

trigo em nível mundial, espera-se que a produção nacional seja, em grande parte, comercializada diretamente com os moinhos. Essa situação é desejável para o governo federal, que fica liberado de alocar recursos para a dispendiosa, e nem sempre eficiente, política de estoques. Para 1997, devido ao panorama de escassez mundial que ainda deverá permanecer, os preços deverão se manter em patamares atrativos para os agricultores de bom nível tecnológico. Assim, dependendo das políticas de crédito e de importação, a produção nacional poderá passar de 3.000.000 t.

Tabela 2
Brasil, área, produtividade, preço do trigo e crédito no período 1970/92

Ano	Área 1000ha	Produtividade t/ha	Preço ao Produtor US\$/t	Preço Trigo Importado FOB US\$/t	Crédito US\$ milhão
1970	1.890	974	371	-	203,1
1971	2.270	885	347	-	251,3
1972	2.320	422	321	-	356,7
1973	1.840	1.103	360	403	235,2
1974	2.470	1.158	489	486	675,6
1975	2.930	611	462	365	1.104,9
1976	3.540	910	415	293	1.165,3
1977	3.150	657	425	218	986,7
1978	2.810	957	412	235	1.013,7
1979	3.830	765	347	296	1.294,7
1980	3.120	865	364	328	1.091,7
1981	1.920	1.151	443	265	655,2
1982	2.960	625	442	242	685,6
1983	1.890	1.159	449	297	370,6
1984	1.940	1.010	470	241	350,9
1985	2.680	1.634	463	271	464,1
1986	3.850	1.475	419	169	851,6
1987	3.460	1.743	389	145	899,0
1988	3.470	1.654	349	137	460,5
1989	3.280	1.692	342	164	154,1
1990	2.680	1.153	112	123	277,3
1991	1.995	1.464	128	114	97,1
1992	2.041	1.608	129	122	142,7

Elaboração: Assessoria da Secretaria Executiva do MAARA.

Fontes: MAARA-CONAB/FIBGE e CENTRAL DO BRASIL/GOV.

Valores: todos os valores estão inflacionados pelo IGPDI, considerando a média de 1992.
inclusive os valores em dólares, computado a inflação internacional de mais de 20 anos.

3 - Que fazer no Inverno?

Embora a maioria dos agricultores brasileiros ainda não atue à semelhança de uma empresa agrícola rural, o Estado deve traçar políticas macro e microeconômicas de forma a maximizar os recursos materiais e humanos.

Em nível mundial, há poucas áreas agrícolas que permitem dois cultivos anuais. O Brasil, na Região Sul, foi contemplado com esse privilégio. Apesar de já terem perdido parte de

suas características iniciais, os solos do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Mato Grosso do Sul, principais estados produtores, ainda mantêm boas características físico-químicas que permitem um bom potencial de produção.

A tecnologia para a produção de trigo, em anos normais, permite produtividades acima de 2.000 kg/ha, sem irrigação. Há uma infra-estrutura ociosa nas propriedades e, o mais importante, há um capital humano, altamente capacitado, ocioso.

Temos um fantástico mercado interno de 150.000.000 de consumidores, sendo que, destes, 30.000.000 estão na faixa de subconsumo.

O setor agrícola está endividado. Por que tirar dos produtores a oportunidade de gerarem renda e diminuir seus débitos? Por que o Estado nega-lhes o direito de produzir, mantendo políticas agrícolas que tiram a competitividade do produto nacional?

Além do problema social dos denominados agricultores "sem-terra",

está sendo criado mais um subproduto da política econômica brasileira: os "com terra e sem trabalho". Urge que, uma vez o Plano Real atingindo suas grandes metas macroeconômicas, seja implementada uma política agrícola de longo prazo.

Ainda não surgiu nenhuma cultura substituta (cevada, aveia, colza...) para o trigo, com mercado semelhante.

Que fazer no inverno? Plantar trigo. Temos tecnologia, infra-estrutura e capital humano. Os produtores somente necessitam políticas que lhes permitam condições de produção semelhantes às dos países que exportam trigo para o Brasil.

4 - Mercado Interno

No Brasil, o trigo tem sido, junto com o milho, o grão mais consumido. Se, no passado, sua importância era mais restrita à Região Sul, atualmente é importante fonte de alimentação em todo o País. Velhos hábitos de consumo de outros alimentos foram quase eliminados, devido aos baixos preços dos seus derivados e da agressividade comercial do complexo industrial de trigo na busca de novos consumidores.

Esporadicamente, ainda ocorrem manifestações de euforia com "super safra" agrícolas no Brasil, como se essa expressão significasse algo muito especial. O Brasil, à semelhança de outros países exportadores de grãos, consegue exportá-los porque sua população não tem poder aquisitivo para comprá-los. Na verdade, o subconsumo interno, fruto da miséria econômica e social, é que permite a exportação de superávits ou excedentes agrícolas.

Poucos países têm um mercado interno tão amplo, ainda não abastecido com produto nacional, como o Brasil. Ainda estamos longe da auto-suficiência, embora em 1988/89 tenhamos produzido 5.745.000 t para um consumo de 6.740.000 t. Em 1996, o mercado anda perto dos 8.000.000 t, e talvez não seja o caso de abastecê-lo integralmente com trigo brasileiro. Por outro lado, o País não pode desprezar seu potencial de produção e continuar a importar 5.000.000 t/ano.

A estabilização econômica, conjugada com uma melhor distribuição de renda, tem como consequência um aumento no consumo de alimentos, entre os quais o trigo. Considerando-se um aumento de 10% sobre um consumo de 50 kg per capita e uma população de 150.000.000, significa que deveremos importar mais 750.000 t a um custo adicional de US\$ 150.000.000,00, ou que foi aberto um mercado adicional para o plantio de mais 400.000 ha.

5 - Trigo dá prejuízo?

Na atual estrutura de custos de produção agrícolas poucas são as culturas que, contabilmente, não dão prejuízo. A grande maioria dos produtores sobrevive à custa de gradativa descapitalização e de crescente endividamento com o sistema bancário e com a indústria e o comércio.

Nem sempre tem sido viável a saída clássica de diminuir o custo unitário de produção via aumento da tecnologia. O risco de anos de clima instável, concomitantemente com políticas agrícolas inadequadas, pode levar os produtores a trabalhar com tecnologia de custo mínimo, embora colhendo menos.

Mesmo os agricultores altamente endividados continuam produzindo. Por quê? Porque não lhes resta alternativa, porque precisam sobreviver, mesmo que não consigam cobrir os custos fixos, que se descapitalizem.

Hoje, temos dois tipos de produtores de trigo: os que plantam com baixa tecnologia, como forma de evitar os riscos de perda por frustração de clima, e os que plantam com tecnologia convictos de que, dessa forma, podem no mínimo empatar com o custo total de produção e diminuir os custos fixos da lavoura de verão.

O agricultor, pequeno ou grande, que deve atuar como um empresário rural, não quer trabalhar com prejuízo. Tendo garantia de mercado e de preço compatível com seu custo de produção, a produção de trigo, facilmente, voltará a 5.000.000 t.

6 - A Competição com o Produto Importado

A agricultura brasileira está amadurecendo. Há consciência de que a fase paternalista passou. Acabaram-se os subsídios ao crédito agrícola de plantio e de investimento. Que querem a agricultura e, especificamente, os produtores de trigo? Igualdade de condições para competir com o produto importado. Isso significa reduzir o denominado "custo Brasil". O País abriu as portas à concorrência internacional, em nome do livre mercado, esquecendo que a concorrência somente pode existir se houver condições semelhantes no complexo produtivo, como o custo de insumos, de máquinas agrícolas, de transportes, de armazenamento, de impostos.

Como concorrer com importações com prazo de 180 dias e juros de 6,0% anuais? Mesmo com a estabilização econômica propiciada pelo Plano Real, é mais econômico importar trigo um pouco mais caro que o nacional, devido às melhores condições de compra. Como contornar esse problema? Obrigando a comprar a vista?

O trigo argentino, pela proximidade e pelo MERCOSUL (ausência de taxas), tende a ser o mais sério competidor do trigo brasileiro. De acordo com as resoluções do GATT-95, somente uma parte dos subsídios aos produtos agrícolas será suprimida, gradativamente. Assim, há muito produto que, legalmente, pode ser exportado com subsídio. Nos próximos 2 a 3 anos, devido aos baixos estoques mundiais, é pouco provável que o subsídio volte a ocorrer de forma ampla. Mas e depois? Depois somente resta a hipótese de recorrer à Organização Mundial do Comércio - OMC e provar, o que pode ser tecnicamente viável, mas pode implicar retaliações.

A alternativa de tarifas compensatórias, permitida pela OMC, é um caminho que agrada aos produtores e desagrade os moinhos. Segundo trabalho do MAARA (Brasil 1993), "o incremento, para cada 10% de tarifação compensatória sobre o grão de trigo importado, representa tão-somente e

apenas 0,07% de aumento de custo ao consumidor".

Quem tem ficado com os lucros do setor? Os agricultores é que não. O grão é responsável por somente 8% do custo do pão francês, de 12,0% das massas, de 10,4% nos biscoitos semidoces e semiduros e de 5,5% dos biscoitos tipo cracker (Tomasini et al, 1995).

7 - A Questão da Qualidade

No passado, quando o governo federal, via Banco do Brasil (CTRIN), era o único comprador do trigo nacional, o que interessava era produzir quantidade. Toda a produção com peso do hectolitro acima de 65 era comprada e colocada nos moinhos como parte das quotas a que estes tinham direito.

Com o fim da compra estatal, os moinhos preferiram importar trigo com o argumento de que o produto nacional não tinha os requisitos de qualidade para a fabricação de pão francês e de outros produtos. Resultado, a partir de 1991, o governo teve de comprar quase toda a safra e estocá-la por 2 a 3 anos, por falta de comprador. Estocagem cara e que, freqüentemente, implicou perda física por armazenagem inadequada. O restante desses estoques somente foi vendido no final de 1995/96, devido à alta do produto importado.

Nas safras de 1994 e de 1995, já foram produzidas importantes quantidades de trigo com a qualidade exigida pelos moinhos e que, apesar disso, não foram comercializadas devido não só ao preço, mas, sobretudo, às melhores condições de prazo e de juros do produto importado.

Na safra de 1995/96, a situação mudou. Com a alta do produto importado e a escassez mundial, os moinhos foram obrigados a comprar toda a safra nacional, que foi pequena (1.600.000 t). Para a safra 1996/97, o mercado internacional continuará com preços altos, o que significa que a safra nacional não deverá ter problemas de comercialização. Se as condições de clima forem normais, a qualidade de-

verá ser melhor que a da safra anterior, uma vez que a grande maioria das cultivares que serão plantadas é caracterizada como de classe "superior".

Salvo em anos de clima excessivamente adverso à cultura de trigo, a qualidade do produto nacional deverá ser semelhante à do trigo importado. A baixa qualidade passará a ser um argumento do passado. As compras serão decididas pelas condições oferecidas pelos agentes de comercialização nos mercados interno e externo.

O progresso que ocorreu na triticultura nacional, em produtividade e em qualidade, decorre de vários fatores, entre os quais a pesquisa. Mendes (1994) cita que "o espetacular crescimento da produtividade da triticultura nacional deveu-se aos avanços obtidos nos centros de pesquisa".

8 - Impactos da Triticultura

8.1 - Impacto Ambiental

O solo necessita de uma permanente cobertura vegetal como mecanismo protetor contra o impacto da chuva e contra a ação direta do sol. No inverno, além da alternativa do cultivo de grãos (trigo, cevada, triticale, aveia, centeio, colza, linho), resta a alternativa de uso do solo com pastagens. Deixá-lo descoberto, em pousio, significa erosão de um recurso não renovável, que contribuirá para prejudicar a "vida" do solo e dos rios e para o assoreamento das barragens.

8.2 - Impacto Social

Num país em que o desemprego é um dos principais problemas, não se pode desprezar um produto que utiliza a mão-de-obra de 75.000 famílias.

Embora atrair uma montadora de veículos seja a moda do momento entre governadores e prefeitos, a custos altíssimos e de retornos discutíveis, não se nota o mesmo empenho para lutar por uma política de produção de trigo. Segundo o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, "para cada 15 ha cultivados durante o inverno-seis meses-utiliza-se, diretamente, um trabalhador agrícola e, indire-

tamente, os setores de serviços e agroindústria empregam mais dois trabalhadores" (Brasil, 1993).

Se o desemprego tem até campanhas específicas, por que permitimos que indústrias fechem ou tenham seu controle acionário transferido ao exterior, quando permitimos a redução da produção de um produto que temos tecnologia para produzir?

Os sem-terra, pela sua organização política, têm conseguido, ao menos na imprensa, mais atenção que a triticultura nacional. O produtor que "quebra" hoje por falta de mercado para seu produto, será amanhã um sem-terra. Vamos continuar fazendo de conta que o problema não é grave? A triticultura é apenas um dos setores da agricultura que está economicamente mal. Alguém duvida? Por que o Banco do Brasil teve de ser socorrido pelo Tesouro Nacional? Não foi, no que se refere ao "rombo agrícola", somente devido aos industriais do açúcar e do álcool. Foi o complexo de arroz, de soja, de milho, de algodão...

8.3 - Impacto Econômico

Qual o custo de oportunidade para a economia de um estado, se 1.000.000 de hectares deixam de ser cultivados com trigo no inverno? A rigor, é zero, uma vez que não há outra alternativa que deva ser sacrificada. As alternativas são poucas e tem pequeno mercado. Esse é o grande impacto econômico negativo. Sem a cultura de trigo, são muito pequenas as alternativas de gerar renda.

Não se necessita calcular muito para avaliar o efeito multiplicador na economia decorrente do cultivo de 1.000.000 de hectares de trigo. São R\$ 256.000.000,00 gerados, que significam R\$ 30.720.000,00 no recolhimento de ICMS. No caso do Rio Grande do Sul, estado que, em 1979, chegou a plantar 2.200.000 ha e que, em 1995, plantou somente 300.000 ha, os efeitos foram altamente negativos pela falta de opções para uso dessa área não utilizada. Como parte da cadeia produtiva, a redução da área cultivada com trigo contribuiu para a falência de fábricas de implementos e de adubos.

O complexo de produção agrícola no Sul do País envolve uma sucessão de atividades de inverno-verão. Não plantar trigo ou outra cultura no inverno significa aumentar em 15% o custo total de soja ou de milho. Esse aumento de custo significa, para muitos, que o custo total não será coberto pelo preço líquido da soja ou do milho.

Num momento em que os Tesouros Estaduais não conseguem sequer arrecadar o suficiente para pagar os funcionários, por que não abrir mão do ICMS na venda de trigo para os estados consumidores, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais? O que é mais importante: manter a inflexibilidade tarifária ou abrir mercados para um produto? Se são dados incentivos para fábricas de automóveis e outras indústrias, por que não abrir mão desse imposto para uma atividade que move uma imensa máquina e gera um número maior de empregos?

8.4 - Impacto Político

Não é estrategicamente aconselhável que o Brasil seja dependente

de somente um fornecedor de trigo para o abastecimento doméstico, mesmo que seja da Argentina, nosso parceiro do MERCOSUL. Em 1995, o País importou cerca de 70% do consumo, o que coloca o comprador numa posição de excessiva dependência de terceiros em relação a um produto estratégico para a alimentação. Em 1996, a Argentina não poderá nos vender a mesma quantia de 1995, devido à redução na sua produção. Essa situação deixará-nos dependentes dos mercados americano e canadense, que poderão utilizar essa posição para pressão em outras áreas de interesse político-econômico. Portanto, cabe aos estrategistas políticos do governo federal definir qual o nosso limite mínimo de produção, considerando a relação de poder existente entre quem tem os armazéns cheios e quem os tem vazios.

9 - Conclusões

1 - O trigo é a única cultura de inverno, na Região Sul, com amplo mercado interno;

2 - Houve grande avanço na produtividade e na qualidade do trigo nacional;

3 - Não há razões técnicas que impeçam o cultivo de trigo, com produtividade, qualidade e custo competitivos com o trigo importado sem subsídio;

4 - A produção de trigo no Brasil, a partir de 1990, após 28 anos de protecionismo estatal, está passando por uma difícil fase de adaptação a uma economia de livre mercado e de concorrência com o produto importado com subsídio;

5 - Além dos problemas da área de produção, o denominado "custo Brasil" contribui grandemente para o encarecimento do preço do trigo nacional colocado no moinho;

6 - O Brasil necessita definir políticas agrícolas de longo prazo, as quais poderão permitir que seja aproveitado o enorme potencial de produção de trigo;

7 - O Brasil voltará a produzir mais da metade (podendo atingir a auto-suficiência) do seu consumo de trigo, caso os problemas do "custo Brasil" e dos subsídios ao trigo importado sejam, ao menos parcialmente, resolvidos.

10 - Referências

- BAYMA, A. da C. **Trigo**. Rio de Janeiro: SIA, 1960. v.1, 351 p. (SIA, Estudos Técnicos, 14)
- BRASIL, Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. **Fundamentos Técnicos à Reorientação da Triticultura Nacional**. Brasília, 1993. 74 p.
- CARMO, A.G. **O Problema Nacional da Produção de Trigo**. Rio de Janeiro: s.n., 1911. 324 p.
- MENDES, A.G.; LACERDA, G.N. de; RAMALHO JÚNIOR, A. **Liberalização de Mercado e Integração Econômica do Mercosul: estudo de caso sobre o complexo agroindustrial tritícola**. Brasília: IPEA, 1994, 172 p. (Estudos de Política Agrícola. Relatórios de Pesquisas, 10)
- SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul 1820-21**. São Paulo: USP, 1974. v. 10, 215 p.
- TOMASINI, R.G.A. Aspectos e perspectivas da auto-suficiência de trigo. In REUNIÃO ANUAL CONJUNTA DE PESQUISA DE TRIGO, 8, Ponta Grossa, PR, 1976. **Economia**. Passo Fundo, EMBRAPA-CNPT, 1976. v. 3, p. 1-70
- TOMASINI, R.G.A. Contribuição das ciências agrárias para o desenvolvimento : o caso do trigo In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 18., 1980, Rio de Janeiro, RJ. **Revista de Economia Rural**, v. 18, n. 3, p. 359-381
- TOMASINI, R.G.A.; AMBROSI, I.; GUARENTI, E.M.; **Impacto do preço do trigo no preço de seus derivados**. Boletim Informativo da APASSUL, v. 10, n. 103, p. 12, abr. 1995

A Agricultura e os Corredores de Transporte Multimodais

Antonio Licio⁽¹⁾
Regina Corbucci⁽²⁾

1. INTRODUÇÃO

Este documento é produto dos trabalhos conjuntos entre os Ministérios dos Transportes e da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Avalia-se por ele os estrangulamentos que a infra-estrutura de transportes brasileira impõe sobre o setor agrícola – talvez a melhor ilustração do chamado Custo Brasil – decorrente de uma cultura rodoviária que se estabeleceu no País a partir da segunda metade da década dos cinquenta.

Naquela época o Brasil já detinha praticamente toda a malha ferroviária hoje existente, que foi deteriorada em decorrência daquela cultura. Da mesma forma, as hidrovias do Tietê, S. Francisco e Araguaia já tinham mostrado suas importâncias históricas, e foram igualmente abandonadas. Esses dois tipos de modais viários são exatamente os adequados para transportes de produtos agrícolas, usados em todos os países de importância agrícola.

O objetivo deste trabalho é mostrar os caminhos de reversão desse estado de coisas. Procura-se, portanto, avaliar economicamente as

alternativas de escoamento agrícola por meio de quatro corredores – Noroeste, Centro-Norte, Nordeste e Centro-Leste – e simultaneamente apontar as perspectivas de abertura de novas fronteiras agrícolas em decorrência destes, que poderão chegar ao impressionante número de cinquenta milhões de hectares, dobrando a atual área agrícola brasileira, com os respectivos impactos sobre renda e emprego.

Os investimentos totais em infra-estrutura para esses corredores são orçados em US\$ 800 milhões, dos quais a metade corresponde a inversões eminentemente privadas, inclusive já em fase de desembolso (a título de comparação, a extensão do metrô do Rio de Janeiro em pouco mais de 10 km está absorvendo US\$ 300 milhões de financiamentos do Governo Federal).

Espera-se, doravante, mobilizar as atenções dos agentes públicos e privados para esse grande esforço de reversão da consciência da política de transportes no Brasil, absolutamente inserida dentro do quadro das grandes reformas que este Governo imprime no País.

1. ÁREA DE INFLUÊNCIA E MODAIS VIÁRIOS (vide mapa)

A área de influência do Corredor Noroeste abrange:

- A Chapada dos Parecis situada nos estados do Mato Grosso e Rondônia, cujo ponto central dista 500 km a N/N.W. de Cuiabá;
- Áreas de cerrados adjacentes em 150 km à BR 364 (Cuiabá-MT – Porto Velho-RO – Rio Branco-AC);
- Áreas limítrofes à hidrovia do Rio Madeira entre Porto Velho-RO e Itacoatiara-AM, com a extensão de 1.115 km;
- Áreas contínuas ao sul do Estado do Amazonas (Humaitá e Apuí) e a N/NE do Estado do Acre.

Os principais modais de transporte são o fluvial e o rodoviário:

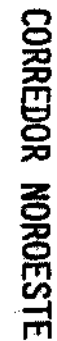
- Rio Amazonas, entre sua foz e Itacoatiara (AM);
- Rio Madeira, entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM);
- BR-364, entre Porto Velho e entroncamento com a Rodovia MT 235;
- BR 163 (Cuiabá-Santarém).

A área de influência do Corredor Noroeste, em sua grande maioria localizada na região pré-amazônica, dispõe de excelentes condições de produção agrícola, evidenciadas: a) nos solos constituídos por latossolos vermelhos, de boa textura e profundidade; b) na topo-

(1) Diretor do Departamento de Planejamento - SPAMA

(2) Técnica do DEPLAN - SPAMA

(3) Estudos de aptidão agrícola em desenvolvimento pelo MAARA/DEPLAN em conjunto com a EMBRAPA/CPAC.



Mapa cedido pelo BIT/MT, 1996.

grafia plana; c) no clima com períodos bem definidos (chuvas/estiagem) e precipitações totais favoráveis e bem distribuídas; d) grande luminosidade/insolação e e) temperaturas equilibradas com as necessidades do ciclo produtivo de grãos e com o desenvolvimento de pecuária.

Estima-se, em caráter preliminar, uma área agricultável nessa região, em torno de 20.000.000 (vinte milhões) de hectares.(3)

2. SITUAÇÃO ATUAL

A produção agrícola atual, na área de abrangência do Corredor Noroeste, encontra-se em desenvolvimento, principalmente na Chapada dos Parecis, ao norte do Estado de Mato Grosso. Essa sub-região é constituída por quatorze municípios (Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sapezal, Tangará da Serra, Tapurah, S. José do Rio Claro, Nova Maringá, Juína, Diamantino, Comodoro, Campo Novo dos Parecis, Campos de Júlio e Brasnorte) detentores de uma área total de 16,5 milhões de ha, e com uma população de 176.539 pessoas.

Os principais produtos da Região são grãos, destacando-se por importância: soja; milho; arroz; seguidos em menor escala pela cana-de-açúcar; feijão e pecuária bovina de corte, conforme tabela abaixo:

O efetivo de bovinos de corte é de 858.615 cabeças, conforme dados do IBGE, 1994.

3. SITUAÇÃO POTENCIAL

As condições agroclimáticas na área de influência do Corredor Noroeste são extremamente favoráveis à produção de grãos. Enquanto a produtividade média nacional de soja está em 2.200 kg/ha, a produtividade média da região da Chapada chega a 2.700 kg/ha. Considerando que se trata de uma área nova, inclusive com plantios recentes com produtividades menores, é perfeitamente lícito admitir que no curto prazo esses rendimentos superem a marca dos 3.000 kg/ha, recordes do setor.

Levando-se em consideração, ainda, que existe um potencial de terras agricultáveis a ser incorporado ao processo produtivo, de pelo menos 20 milhões de ha (equivalente a 60 milhões de t de soja, ou 2,4 vezes o total da produção brasileira, ou, ainda, igual a toda a produção dos EUA, maior produtor mundial) prevê-se que o impacto dessa produção de grãos poderá desequilibrar mercados nacionais e internacionais, e alterar, inclusive, a geografia política da agricultura nacional.

Contudo, o principal óbice à consolidação da nova fronteira agrícola do Noroeste diz respeito aos estrangulamentos de transportes.

Hoje o principal modal de transporte utilizado é o rodoviário (zona de produção - Porto de Santos-SP ou Paranaguá-PR) caracterizado pelos altos custos, em função das grandes distâncias (2.200 km em média entre a Chapada e Paranaguá), do estado precário das rodovias e dos problemas desses portos brasileiros. A Tabela II, a seguir, mostra esses custos desagregados.

O custo de transporte interno representa, no momento, 35% do preço final (CIF) da soja (excepcionalmente alto nesta safra), chegando a pesar mais de 40% em condições normais. Isso representa séria ameaça à competitividade do produto e, conseqüentemente, da própria atividade econômica local.

Com a introdução dos modais integrados de transporte (rodoviário: zona produção - Porto Velho; fluvial: Rio Madeira, de Porto Velho a Itacoatiara-AM; marítimo: Rio Amazonas e Rotterdam) que caracterizam o Corredor Noroeste, prevê-se, a curto, médio e longo prazos, substancial aumento de renda para o produtor brasileiro e da competitividade do produto nacional.

4. INVESTIMENTOS PROJETADOS

Os investimentos projetados para o Corredor Noroeste caracterizam-se basicamente na viabilização de infra-estrutura para a operação do Corredor, conforme especificado na Tabela III, a seguir. Trata-se de investimentos públicos e privados.

Depreende-se, de imediato, que são recursos para infra-estrutura extremamente modestos diante dos benefícios que deles advirão: US\$ 9,5/ha (189/20), sobretudo considerando-se que serão suportados por três esferas: setor público federal, estadual e setor privado.

Tabela I
Produção Agrícola
Chapada dos Parecis/MT

GRÃOS	ÁREA PLANTADA(ha)	PRODUÇÃO (t)	PRODUTIVIDADE(kg/ha)
SOJA	1.119.728	2.979.876	2.670
MILHO	769.245	466.046	2.750
ARROZ	168.075	333.784	2.000
CANA-DE-AÇÚCAR	21.892	1.302.978	60
FEIJÃO	12.800	11.170	870
TOTAL	1.490.110	5.093.854	

Fonte: Hermosa, 1994.

Elaboração: DEPLAN/SPA/MAARA

Tabela II
Exportação de Soja da
Chapada dos Parecis - Mato Grosso
Alternativas de Escoamento

Modalidades de Transportes	Custos/Preços (US\$ / ton)		
	Atual	Médio Prazo	Longo Prazo
1. Cotação Rotterdam	293	293	293
2-OPÇÃO PORTO VELHO			
2.1 Itacoatiara-Rotterdam (frete marítimo)	21	18	16
2.2 Porto Velho - Itacoatiara (frete fluvial)	19	16	13
Fobings			
Porto Velho	2,5	2,0	1,5
Itacoatiara	6	5	4
2.3-Chapada-P. Velho (frete rodoviário)	30	25	20
TOTAL	78,5	66	54,5
3-OPÇÃO SANTOS (atual)			
3.1. Santos- Rotterdam	19	19	19
Fobings	13	13	10
3.2 Chapada- Santos (frete rodoviário)	70	70	70
TOTAL	102	102	99
4. Impostos (ICMS + PIS/COFINS)	43,00	**	
5. Receita Líquida			
5.1. Chapada via Itacoatiara	171	227	238,5
5.2. Chapada via Santos	148	191	194

Fonte: Dados básicos: Hermasa, 1996.

(*) Cotações de 1996.

(**) Proposta de eliminação da carga tributária sobre exportações agrícolas em tramitação no Congresso Nacional.

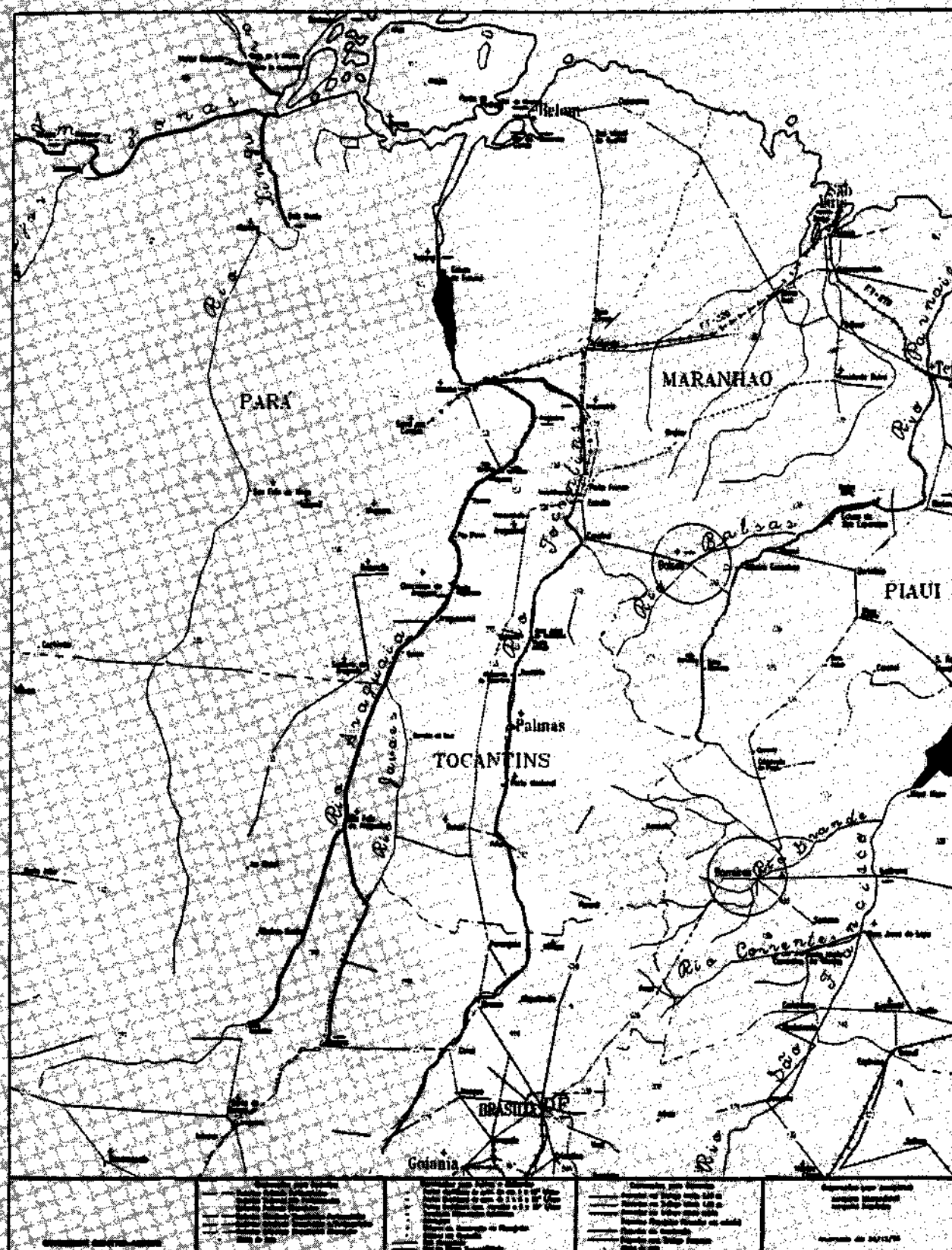
Tabela III
Investimentos Projetados
(Curto e Médio Prazos)

Investimentos	(US\$ Milhões)
Valores	
1. Sinalização, balizamento, derrocamento e dragagem do Rio Madeira	24
2. Construção e asfaltamento da Rodovia Ceilero de Produção (400 km. MT-235, trecho Rod. Cuiabá-Santrem a BR-364)	100
3. Recuperação da BR-174/BR-364 (trecho Comodoro/Porto Velho)	25
4. Construção de terminais de carga e descarga *	
4.1 Terminal Portuário Privativo Misto de Porto Velho/RO	7
4.2 Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara/AM	28
5. Aquisição de comboios fluviais (Investimentos Privados)	54
TOTAL	238

Fontes: M. Transportes e Hermasa, 1996.

(*) Investimentos públicos/privados

CORREDOR CENTRO-NORTE



Mapa cedido pelo BIT/MT, 1996.

CORREDOR CENTRO-NORTE

1. ÁREA DE INFLUÊNCIA E MODAIS VIÁRIOS (VIDE MAPA)

A área do Corredor Centro-Norte compreende grande parte dos Cerrados Centrais e Setentrionais, com mais de 80 milhões de ha abrangendo:

- Tocantins (todo o estado);
- Sul do Maranhão e do Piauí;
- Sudeste do Pará;
- Leste de Mato Grosso; e
- Noroeste de Goiás

Os principais modais de transporte são: 1.230 km navegáveis do Rio Araguaia, 580 km do Rio das Mortes/MT (afluente deste último), 420 km do Rio Tocantins/TO, 1.500 km da Rodovia BR-010 (Belém-Brasília), 230 km da Ferrovia Norte-Sul (110 km prontos e 120 em construção), 600 km da ferrovia Carajás e os Portos Ponta da Madeira e Itaquí/MA, objetivando a exportação de grãos para a Europa e Oriente.

Esse corredor deve ser decomposto em duas "pernas" para melhor análise e entendimento. A primeira, constituída por: Rio Tocantins (420 km) - Ferrovia Norte-Sul (230 km) - Ferrovia Carajás-Porto Ponta da Madeira. A segunda por: Rio das Mortes e Rio Araguaia até Xambioá (1.800 km)-Xambioá-Estreito (rodoviário, 180 km) - Estreito - Açailândia (ferroviário, 230 km) - Açailândia - Ponta da Madeira (Ferrovia Carajás).

2. SITUAÇÃO ATUAL

A área de abrangência do Corredor Centro-Norte é constituída por cerrados, com topografia plana, rica em águas fluviais e com alto índice de insolação; condições propícias à produção de grãos, pecuária e silvicultura.

Apesar das características favoráveis ao desenvolvimento agrícola, a região apresenta densidade populacional comparável com áreas desérticas (densidade hab./km² =

3,32) e pouca expressão na produção nacional de grãos. A produção de grãos: arroz, milho, soja, - 1993, atingiu o patamar de 3.861.681 toneladas com uma área cultivada de 2.286.869 ha, representando menos de 5% da produção nacional.

3. SITUAÇÃO POTENCIAL

Os estudos sobre aptidão agrícola desenvolvidos entre este Ministério e a EMBRAPA indicam grande potencialidade para a área de influência do Corredor Centro-Norte. Assim, para o cultivo de grãos esses estudos estão a apontar preliminarmente uma área de 20.827.879 ha, assim distribuídas:

área plantada nacional, em contrapartida com a fatia atual de 6%.

A região se "acertadamente trabalhada" poderá influir na configuração de uma nova geografia econômica do país.

4. CUSTOS COMPARATIVOS PARA EXPORTAÇÃO DE GRÃOS (SOJA)

Os custos para exportação de grãos (soja) da região do Corredor, via hidrovía Araguaia - Tocantins, apresentam significativas vantagens quando comparados com os custos de frete rodoviário da zona de produção ao Porto de Santos/SP, e deste até a Europa.

Tabela I

Área - Programa	ha
1 - Tocantins	9.809.279
2 - Sul do Maranhão	1.224.000
3 - Sul do Piauí	425.000
4 - Sudeste do Pará	1.483.000
5 - Leste do Mato Grosso	3.036.400
6 - Noroeste de Goiás	4.200.000
7 - Oeste da Bahia	650.200
Total	20.827.879

Fonte: DEPLAN/SPA E CPAC/EMBRAPA/MAARA

Elaboração: DEPLAN/SPA/MAARA, 1996

Esse potencial produtivo para grãos (entre 30 e 40 milhões de ha), ante os índices de produtividade crescentes que vêm sendo obtidos com soja na Região (Balsas/MA - e municípios do Leste de Mato Grosso - 3.000 kg/ha) indicam para essa área, uma potencialidade superior a 60 milhões de toneladas de soja ou mais de 80 milhões de toneladas de milho. Isso representa mais da metade da

Assim, os custos atuais de frete: a) modal Rodoviário - Nova Xavantina/MT até Santos, alcançam US\$ 55/t; e b) modal marítimo - Santos - Rotterdam US\$ 32/t (incluindo fobings), perfazem um total de US\$ 87/t (Tabela II).

Por outro lado, ainda sem os melhoramentos previstos, os custos de frete incluindo o modal fluvial (Araguaia); o rodoviário (Xam-

bioá/TO a Imperatriz/MA); o ferroviário (Imperatriz a São Luís/MA); e o marítimo (São Luís - Rotterdam), perfazem um total de US\$ 76/t, isto é, já menores que os encontrados no modal rodoviário para Santos.

Esses custos se tornam ainda mais competitivos quando em sua análise são tomados em consideração os investimentos projetados para a região do Corredor. Dessa maneira, a médio prazo o frete de grãos deverá chegar a US\$ 38/t, e a longo prazo atingir o mínimo de US\$ 31/t.

hidrovia do Araguaia. Assim, todas as demais regiões a jusante deverão ter custos menores de escoamento de grãos.

- A opção III.a é a situação atual. Por ela ainda resta 300 km de modalidade rodoviária (Xambioá-Imperatriz), que onera sobremaneira o transporte até o destino, Ponta da Madeira.
- A opção III-b já toma a

pavimentação;

- A ligação hidroviária Xambioá-Marabá (onde encontraria a Ferrovia Carajás), atualmente interrompida pelas Corredeiras de Santa Izabel (15 km), poderá ser feita por várias alternativas ora em estudo: transposição lateral rodoviária, esteiras, canal lateral e ajustes no próprio leito do rio. Essa ligação será fundamental para a viabilização da hidrovia, haja vista os (altos) custos da interligação rodoviária com a Ferrovia Norte-Sul (Xambioá-Estremo). Contempla-se também um ramal ferroviário Estremo-Xambioá como opção.

- O Rio Tocantins parece oferecer no médio prazo maior viabilidade, pois, assegurada a extensão ferroviária Imperatriz-Estremo, bastariam umas poucas obras em seu leito para se ter a ligação bimodal de seus extremos Miracema do Tocantins-Ponta da Madeira (480 km de hidrovia, 230 km de Ferrovia Norte-Sul e 600 km de Ferrovia Carajás). Esse tronco viário atravessa uma região que ainda pouco produz, mas com excelentes perspectivas para grãos e silvicultura; e para onde já se deslocam grandes levas de migrantes agricultores. Nessa mesma área estão em processo de assentamento dois projetos do PRODECER, decorrentes do acordo de cooperação Brasil-Japão na agricultura.

Tabela II
Exportação de Soja
Custos Comparativos

TRECHOS	km	modal	atual	(US\$)		
				Curto Prazo	Médio Prazo	Longo Prazo
I- Opção Santos						
Nova Xavantina/MT-Santos	1500	rodov	55	55	55	55
Santos-Rotterdam	-	marit	19	19	19	19
Fobings Santos	-	-	13	13	13	10
Total	-	-	87	87	87	84
II- Opção Ponta da Madeira		multi				
II.a- Nova Xavantina-Xambioá	1250	hidrov	24	20	15	12
Xambioá-Imperatriz/MA	280	rodov	15	15	-	-
Imperatriz-P.da Madeira	660	ferrov	9	9	9	9
II.b- Xambioá-Estremo	150	rodov	-	-	12	-
Estremo-P.da Madeira	720	ferrov	-	-	11	11
II.c- Xambioá-Marabá	200	rod+hid	-	-	-	11
Marabá-P.da Madeira	700	ferrov	-	-	-	11
II.d- Miracema-Estremo(Rio Toc)	420	hidrov	8	7	6	5
Estremo-P. da Madeira	720	ferrov	-	-	11	11
P.da Madeira-Rotterdam	-	marit	17	17	15	15
fobings	-	-	6	6	6	6
Total via (II.a)	2130		71	67	-	-
Total via (II.b)	870		-	-	59	-
Total via (II.c)	900		-	-	-	55
Total via (II.d)	1140		-	-	38	37

Fonte: AHITAR/MT, 1996

Elaboração: DEPLAN/SPA/MAARA

Cabem, ainda, as seguintes observações:

- A escolha de Nova Xavantina-MT como parâmetro deve-se ao fato de, além de estar numa área produtiva de grãos, situar-se no extremo sul da

extensão da Ferrovia Norte-Sul (Estremo-Imperatriz, 120 km) como completada, cabendo então somente a ligação rodoviária Xambioá-Estremo (180 km), que se encontra em processo de

- O caminho dos custos do curto ao longo prazo pode ser observado pelas últimas linhas da tabela, começando em US\$ 71/t na atualidade e terminando em US\$ 55/t, a partir de Nova Xavantina (via Araguaia) e US\$ 37/t, a partir de Miracema (via Tocantins), incluindo o transporte marítimo internacional.

5. INVESTIMENTOS PROJETADOS

Os investimentos projetados para a região do Corredor Centro-Norte prendem-se fundamentalmente à implantação de infra-estrutura e à logística de transportes multimodais.

Ressalte-se que apenas a sinalização desses investimentos por parte do Governo já foi suficiente para mobilizar e canalizar outros in-

vestimentos da iniciativa privada na região. Assim, para o ano 2000 está prevista a implantação de uma indústria de celulose no município de Imperatriz/MA, com produção estimada em 420 mil t/ano. Também no mesmo município está sendo construída uma misturadora de fertilizantes, com capacidade para produção de 50 mil t/ano. Uma grande processadora/exportadora de soja também já projeta uma fábrica na região.

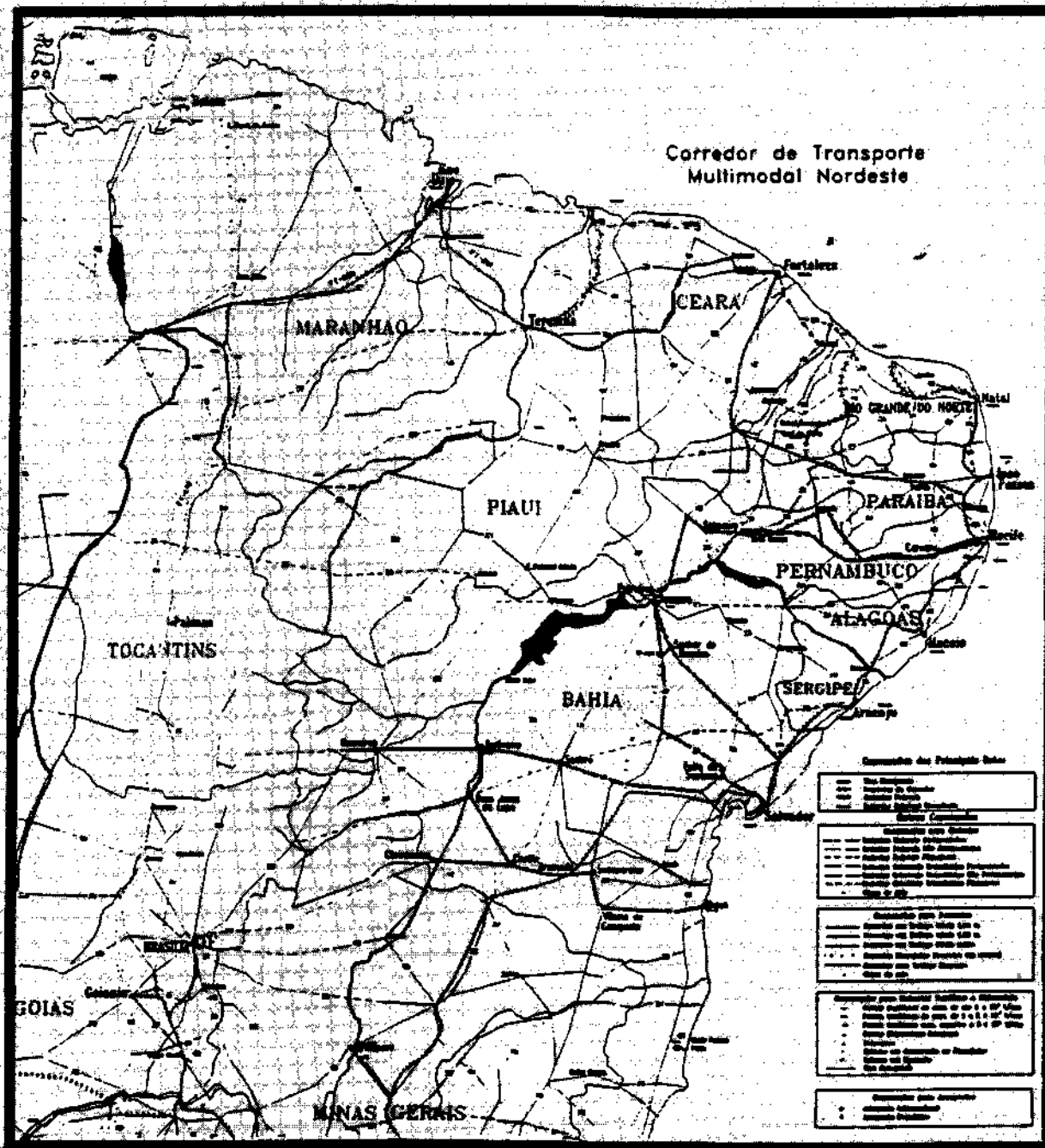
Tabela III
Investimentos Projetados
(Curto, Médio e Longo prazos)

(US\$ milhões)	
Investimentos	Valores
1. Sinalização, balizamento, derrocamento e dragagem.	
1.1 Rio Araguaia e Rio das Mortes (Aruanã/Xambioá - 1.230 Km e Nova Xavantina - São Félix do Araguaia - 580 Km)	45
1.2 Rio Tocantins (Miracema do Norte/Estreito - 420 Km)	11
2. Balizamento Sinalização, Derrocamento e transposição (não convencional) de Sta Izabel	
2.1 Rio Araguaia (Xambioá/Marabá - 286 Km)	50
3. Implantação da Ferrovia Norte-Sul	
3.1 Construção (complementar) do trecho ferroviário (Imperatriz/Estreito - 120 Km)	103
Total	209

Fonte: Ministério dos Transportes, 1996

Elaboração: DEPLAN/SPA/MAARA

CORREDOR NORDESTE



Mapa cedido pelo BIT/MT, 1996.

CORREDOR NORDESTE

1. ÁREA DE INFLUÊNCIA E MODAIS VIÁRIOS

O corredor Nordeste tem como principal área de abrangência os estados de Minas Gerais (norte), Bahia e Pernambuco, e, secundariamente, Ceará, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Goiás.

Seu eixo viário principal é o Rio São Francisco e seus afluentes navegáveis (margem esquerda), a BR 242 (Barreiras-Salvador) e a BR 365 (Pirapora-entroncamento BR 040). No longo prazo deve se interligar às atuais ferrovias Salgueiro-Recife e Missões Velhas (CE)-Fortaleza e suas extensões programadas até Petrolina/Juazeiro.

Sua abrangência, portanto, deve ser vista pela seguinte ótica:

- a extensão navegável do Rio São Francisco, de Pirapora a Petrolina/Juazeiro, com três importantes portos intermediários: Januária(MG), Ibotirama e Barra(BA);
- a malha rodoviária a partir de Pirapora, num raio aproximado de 300 km;
- a malha rodoviária a partir de Petrolina/Juazeiro às cidades de Recife e Fortaleza numa distância aproximada de 900 km;
- a futura ligação ferroviária (2 anos) entre Unaí e Pirapora (MG) e desta última ao Porto de Tubarão (ES).

2. SITUAÇÃO ATUAL

A região do Corredor Nordeste é caracterizada pela predominância de clima semi-árido tropical, especialmente em seu eixo principal (norte de Minas, Bahia e Pernambuco).

Esse tipo de clima apresenta: a) temperaturas elevadas e cons-

tantes; b) insuficiência e irregularidade de precipitações (entre 300 e 800 mm por ano); c) baixa umidade relativa do ar; e d) alta luminosidade/insolação.

Embora essas condições climáticas sejam desfavoráveis à agricultura de sequeiro, elas se tornam extremamente favoráveis quando associadas à irrigação, capazes de produzir uma agricultura eficiente e de altíssimos rendimentos devido a:

- maior velocidade no crescimento das plantas;
- melhor desenvolvimento das mesmas;
- menor infestação de pragas e doenças, tudo isso ensejando,
- melhor qualidade e maior produtividade.

Contudo, como o clima semi-árido predomina na maior parte da região-programa, a agricultura fica restrita aos limites a seguir especificados, em função dos custos e dos níveis tecnológicos hoje existentes:

- grãos (soja, milho, arroz e feijão) nas regiões do oeste baiano e noroeste de Minas Gerais;
- agricultura irrigada, na faixa de 10 km às calhas do Rio São Francisco e afluentes perenes, favorecendo o cultivo de frutas e hortaliças;

Nesse contexto, e em face dos crescentes níveis de demanda por milho da avicultura e suinocultura do Nordeste diante da incipiente produção local, esse Corredor reveste-se de importância especial no quadro nacional. Essa pecuária tem-se revelado estratégia para o desenvolvimento da região, aproveitando-se do clima semi-árido que minimiza as infestações de doenças tão comuns no Centro-Sul. É, também, uma das poucas atividades consolidadas e geradoras de empregos na região semi-árida.

A produção de milho no Nordeste nos últimos dez anos tem sido caracterizada por grandes variações e por baixos níveis de produ-

vidade. Em 1987, por exemplo, o total produzido na região atingiu apenas 622.362 t, contra 2.721.911 t alcançadas em 1994. No entanto a produtividade máxima obtida nesse ano foi 849 kg/ha, bem abaixo da média das outras regiões (4.120 kg/ha no Centro-Oeste; 3.082 kg/ha no Sul e 2.438 kg/ha no Sudeste).

Mesmo em anos de produção média elevada na região, o abastecimento de milho para o complexo avícola e industrial é realizado com produto proveniente de outras regiões, pois a quase totalidade da produção local é utilizada pelos próprios produtores em autoconsumo e em suas criações.

Até o início do segundo semestre de 1995, visto o baixo preço do milho no mercado internacional aliado a custos de frete marítimo extremamente competitivos (Buenos Aires - Recife: US\$ 16/t mais "fobings") quando comparados com o rodoviário (Uberaba-Fortaleza: US\$ 80/t), acabaram por viabilizar a importação desse produto dos Estados Unidos e Argentina para o mercado consumidor do Nordeste.

No entanto, com a modificação desse cenário, abriu-se a possibilidade de se abastecer o mercado do Nordeste com o produto do Brasil.

3. SITUAÇÃO POTENCIAL

Com a alta no mercado internacional do preço do milho e a implementação dos modais integrados de transporte do Corredor Nordeste, conforme previsto no PPA 96/99, cria-se uma situação favorável para o abastecimento do Nordeste, com grãos produzidos no Centro-Oeste do Brasil, particularmente o milho e rações à base de soja. A Tabela I retrata esse cenário.

Relevante ainda para o setor agrícola é a produção e o transporte de gipsita oriundo da região de Araripe-PE e que hoje abastece as fábricas de cimento de Minas Gerais pela hidrovia. Esse mesmo minério poderá também abastecer a agricultura

do oeste baiano e noroeste de Minas Gerais - gesso agrícola - desde que devidamente granulometrado.

Nordeste (Fortaleza, Recife), modal rodoviário, atingiram, em 1995, os valores entre US\$ 70 e US\$ 80 a to-

nelada; a partir de Barreiras esse valor cai para US\$ 50/t. Na atual safra de 1996 esse transporte está custando US\$ 56/t entre Barreiras e Recife dada a precariedade das rodovias. As alternativas de importação dos EUA ou Argentina montam a US\$ 18/ t mais os custos portuários que, em Recife, atingem a astronômica cifra de US\$ 17/ t.

Tabela I
Consumo de Milho no Nordeste

1.000 t

Estados	Avicultura	Bovino Suinocultura	Indústria	Total
Bahia	216	45	54	315
Sergipe	48	6	14	68
Alagoas	32	17	10	59
Pernambuco	576	90	230	896
Paraíba	140	28	264	432
RG do Norte	48	22	10	80
Ceará	360	52	60	472
Piauí	50	32	18	100
Maranhão	102	35	26	163
Total	1.572	327	686	2.585
%	60,80	12,65	26,55	100,00

Fonte: AVIPE/NEDS

Elaboração: DEPLAN/SPA/MAARA

Com o reinício da operação comercial na Hidrovia do São Francisco, no trecho Pirapora/MG - Petrolina/PE (1.371 km), abre-se uma nova perspectiva para o abastecimento da Região Nordeste com grãos produzidos no Centro-Oeste, basicamente Oeste da Bahia e Noroeste de Minas Gerais.

Da Tabela II infere-se a Tabela III, que resulta das somas dos diferentes modais.

4. OS MODAIS INTEGRADOS DE TRANSPORTE NO CORREDOR NORDESTE

O Corredor de Transporte Multimodais do Nordeste compreende a integração racional da Hidrovia do Rio São Francisco (1.371 km, trecho Pirapora - Petrolina/Juazeiro), com transbordo para a malha rodoviária (BR 428, BR 232, BR 407/324 e BR 116) e futuramente às ferrovias Salgueiro-Recife e Missões Velhas-Fortaleza da RFFSA, que se interligam a todos os estados do Nordeste.

A médio e longo prazos, o trecho hidroviário poderá incorporar mais 366 km do Rio Grande, entre a cidade de Barreiras/BA e sua foz na cidade de Barra/BA; e 108 km do Rio Corrente, de sua foz até Santa Maria da Vitória/BA.

5. CUSTOS COMPARATIVOS

Os custos para o transporte de milho do Centro-Oeste para o

Tabela II
Corredor Nordeste
Custos de Transporte Multimodais

(US\$/t)

Destino	Distância km	Modal	Custos		
			Atual	Médio Prazo	Longo Prazo
Paracatu/Unai - Pirapora	300	Rodov.	10,5	10,5	-
Paracatu/Unai - Pirapora	300	Ferrov.	-	5,5	5,5
Barreiras-Ibotirama	300	Rodov.	12,5	12,5	12,5
Barreiras-Petrolina (via Rio Grande)	650	Hidrov.	-	8	8
Ibotirama-Petrolina	500	Hidrov.*	10,0	8,0	8,0
Pirapora-Petrolina	1370	Hidrov.*	18,0	15,0	12,0
Petrolina-Recife	720	Rodov.	25,0	25,0	25,0
Petrolina-Recife	820	Ferrov.	-	-	10,0
Petrolina-Fortaleza	870	Rodov.	30,0	30,0	30,0
Petrolina-Fortaleza	970	Ferrov.	-	-	18,0

(*) Inclui dois transbordos

Fonte: AGEF, 1995

Elaboração: DEPLAN/SPA/MAARA

Tabela III
Corredor Nordeste
Custos de Transportes Multimodais

Origem-Destino	Distância km	Modal	Atual	Médio Prazo	Longo Prazo
Paracatu/Unai-Pirapora- Petroliana-Recife	2.390	multi	53,5	50,5	34,5
Paracatu/Unai-Pirapora- Petroliana-Fortaleza	2.540	multi	58,5	63,5	40,5
Barreiras-Ibotirama- Petroliana-Recife	1.520	multi	47,5	45,5	32,5
Barreiras-Ibotirama- Petroliana-Fortaleza	1.670	multi	53,5	50,5	38,5
Barreiras-Petroliana-Recife (via Rio Grande)	1.370	multi	-	33	20
Barreiras-Petroliana-For- taleza (via Rio Grande)	1.520	multi	-	38	26

A médio e longo prazos, caso sejam concretizados os investimentos previstos nas malhas rodoviária, ferroviária e também nos ou-

tros trechos hidroviários (Tabela nº II), o milho, assim como outras "commodities", produzidas no Cen-

tro-Oeste, poderão abastecer o Nordeste, com custos de transportes altamente competitivos.

Tabela IV
Investimentos Projetados

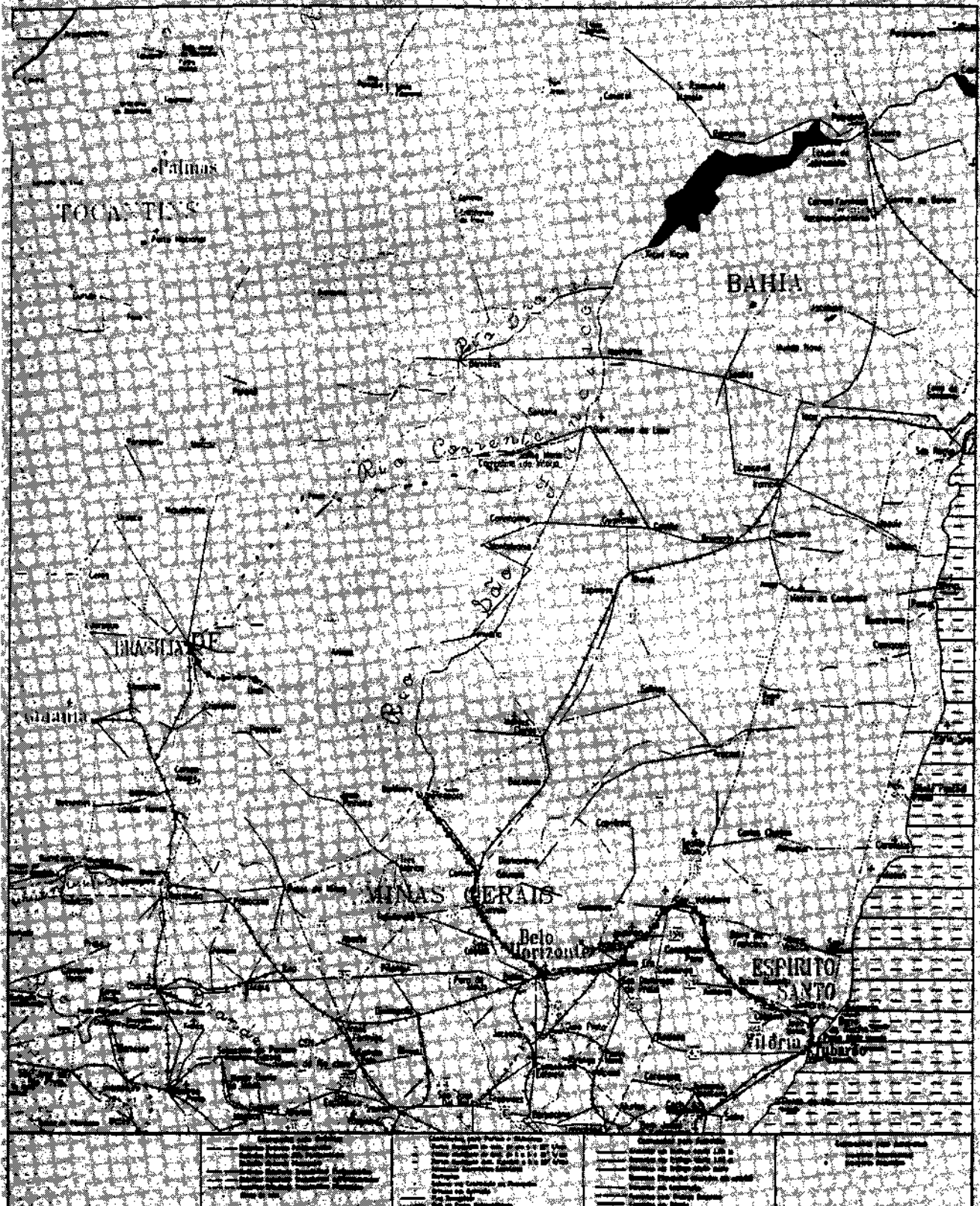
(US\$ milhões)

Investimentos	curto prazo	longo prazo
1 Complexo Hidroviário do São Francisco		
1.1 Balizamento, dragagem, derrocamento e sinalização dos Rios São Francisco - (1.371 Km), e Grande - (366 Km)	7,5	
2 Ferrovias		
2.1 Construção dos trechos		358
Petroliana - Salgueiro - Missões Velhas (343 Km), e		182
Crateus - Piquet Carneiro (179 Km)		
2.2 Recuperação dos trechos:		
Salgueiro - Recife (544 Km)		100
Missão Velha - Fortaleza (555 Km)		85
Juazeiro - Senhor do Bonfim (131 Km)		18
3 Complexo Rodoviário		
3.1 Recuperação do trecho	24	
Mimoso/BA - Ibotirama/BA-BR 242 (300 km)		
TOTAL	31,5	743

Fonte: Ministério dos Transportes, 1996

Elaboração: DEPLAN/SPA/MAARA

CORREDOR CENTRO-LESTE



Mapa cedido pelo BII/MT, 1996.

CORREDOR CENTRO-LESTE

1. ÁREA DE INFLUÊNCIA

A área de influência do Corredor Centro-Leste atém-se ao entorno do Distrito Federal e ao Noroeste de Minas Gerais até Pirapora (MG) e desta a Belo Horizonte.

Seu tronco viário é formado pela Estrada de Ferro Vitória-Minas, entre o Porto de Tubarão e Belo Horizonte, da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD -, do ramal ferroviário da RFFSA entre Belo Horizonte e Pirapora (MG), em fase de privatização, e da extensão desse ramal à cidade de Unai (MG), em fase de negociação para construção e operação pela CVRD. Desta última cidade deverá se estender ao sul de Goiás e/ou Formosa (GO).

2. SITUAÇÃO ATUAL

Essa macrorregião é basicamente constituída por cerrados, já em franca produção mas ainda com grande potencialidade de expansão, tanto para grãos, como para pecuária.

Atualmente nas sub-regiões do noroeste mineiro e Entorno de Brasília a área ocupada com grãos e pecuária está em torno de 1,5 milhão de hectares.

3. SITUAÇÃO POTENCIAL

Estimativas recentes (1995) do Governo do Estado de Minas Gerais indicam uma área agricultável potencial para a região do Corredor Centro-Leste em torno de 13 milhões de hectares. Desse total, 9,6 milhões de hectares são considerados como áreas mecanizáveis para a produção de grãos, sendo que 5,73 milhões de hectares estão no noroeste mineiro e

3,87 milhões de hectares no entorno do Distrito Federal.

4. CUSTOS PARA O TRANSPORTE DE GRÃOS

O principal objetivo para a construção do trecho ferroviário Unai-Pirapora é o transporte de carga (grãos) que a região em apreço tem potencialidade para oferecer, com vistas à exportação, via Porto de Tubarão. A seguir são apresentados os custos comparativos de fretes entre a zona produtora - Porto de Santos e a zona produtora - Porto de Tubarão.

Pelos dados da Tabela I observa-se que a nítida vantagem de escoamento de grãos pelo Porto de Tubarão, modal ferroviário, situa-se em mais US\$ 25/t, quando comparados com os valores obtidos para o mesmo escoamento pelo Porto de Santos.

Tabela I
Corredor Centro-Leste
Exportação de Grãos (US\$/t)

	Unai/MG - Porto de Santos		Unai/MG - Porto de Tubarão	
	(Rodoviário)	(Ferroviário)	(Rodoviário)	(Ferroviário)
1. Frete	35	30	-	16
2. Fobbing	13	13	-	9
3. Marítimo	19	19	-	13
TOTAL	67	62	-	38

Fonte: CVRD, 1995.

Elaboração: DEPLAN/SPA/MAARA

Tabela II
Investimentos Projetados
(Curto, Médio e Longo Prazos)

(US\$ milhões)

Investimentos	Valores
Implantação de Ramal Ferroviário	2920
Pirapora, Orla (passagem e material rodante)	
TOTAL	2920

Fonte: CYRD 1995

Elaboração: DEPLAVSPA/MAJARA

Recursos oriundos da CYRD - Companhia Vale do Rio Doce

O Brasil e o Novo Modelo de Desenvolvimento da China

Carlos Nayro Coelho (1)

1 - INTRODUÇÃO

Após a implantação do regime comunista em 1949, a China adotou o modelo político-econômico socialista baseado na eliminação da propriedade privada, no planejamento centralizado e no domínio do Estado sobre todas as atividades econômicas.

Embora, como nos demais países comunistas, o sistema econômico estatizado não tenha mostrado dinamismo suficiente para livrar o país dos seus problemas crônicos de subdesenvolvimento(2), a verdade é que as regras político-sociais e as preocupações (típicas dos regimes socialistas) com a área social criaram uma estrutura produtiva altamente organizada e disciplinada, necessitando apenas de uma motivação econômica forte para iniciar a "decolagem" no processo de desenvolvimento.

Essa motivação econômica surgiu em 1979, com a reforma promovida por Deng Xiaoping, a qual como primeiro passo rompeu o invólucro autárquico/estatizante da antiga política econômica, adotando mecanismos de mercado na frente doméstica e abrindo o mercado chinês para

investimentos estrangeiros e para o comércio exterior.

Os resultados foram surpreendentes. De um país atrasado, preponderantemente agrícola, com grande parte da população analfabeta e lutando pela mera sobrevivência, a China em 15 anos tornou-se um país trepidante, com taxas surpreendentes de crescimento econômico e performance invejáveis no comércio exterior. Mantidas as atuais tendências, as projeções indicam que em poucas décadas a economia chinesa pode se tornar a maior do mundo.

Nesse contexto, como o Brasil pode tirar lições e vantagens do modelo econômico chinês, não somente em termos de comércio, mas também em termos das questões fundamentais que envolvem o próprio processo de desenvolvimento e de transição, para uma economia de mercado que aparentemente está sendo solucionada na China?

Este trabalho tem justamente como objetivo central mostrar e analisar todos os aspectos relacionados com o recente surto de desenvolvimento chinês e identificar áreas, segmentos e ações de política econômica que eventualmente possam interessar ao Brasil.

2 - O GRANDE PASSO PARA A FRENTE DA ECONOMIA CHINESA

2.1 - Aspectos Geopolíticos e Sociais

A China tem 9.560.990 km² de superfície e uma população de 1,2 bilhão de habitantes. Desse total, cerca de 900 milhões (78%) ainda vivem no meio rural, sendo que 200 milhões são produtores. Em 1993 a população economicamente ativa na agricultura era estimada em 332 milhões (60% do total).

A China continental estende-se numa faixa superior a 60° de longitude e, em termos de latitude, vai desde o Trópico de Câncer até as imediações do paralelo de 55° (ver mapa anexo). Dois terços do território chinês são constituídos de elevações superiores a 1.000 m, sendo que as maiores altitudes ocorrem na porção Centro-Oeste do país, onde estão localizadas as montanhas mais altas do planeta. Os principais rios procedem dessa área montanhosa da Ásia Central (e desembocam no Pacífico). Apenas três drenam e irrigam quase todo o território chinês: o Huang Ho (Amarelo) o Yangtze (Azul) e o Hsi Chiang (Occidental). Por sua extensão, área das bacias e extensão, são vitais para a atividade agrícola e abastecimento de água. Os outros sistemas de drenagem importantes são os da planície nordestina (Mandchúria), os da planície setentrional, os da planície do médio e baixo Yangtze, os da bacia do Tarim ao norte do planalto tibetano e os da bacia do Dzungária. Essas bacias são alimentadas por chuvas abundantes, mas irregulares, o que ocasiona cheias catastróficas ou prolongadas estiagens.

Devido ao relevo, posição geográfica, e aos deslocamentos das massas de ar que comandam o clima, a China tem duas regiões com caracte-

(1) Técnico do DEPLAN/SPA/MA.

(2) Para se ter uma idéia basta notar que em 1950 as rendas per capita da China, Taiwan e Hong-Kong eram praticamente iguais. Hoje a de Taiwan é 30 vezes maior e a de Hong-Kong, 35 vezes.

terísticas climáticas bem distintas: a região ocidental, na Ásia Central, com clima desértico frio, chuvas escassas e temperaturas baixas, e a da região oriental, onde o verão é quente e chuvoso e o inverno é rigoroso e seco. As temperaturas médias de julho (verão) chegam a 18°C no sul (Hainan); no inverno, a 4°C (Pequim) e 14°C em Cantão.

Em geral o regime pluviométrico da China é do tipo tropical. O comum é a ocorrência de grandes precipitações (chegam a atingir 450 mm em 24 h) seguidas de longos períodos de estiagem. Poucas regiões recebem chuvas regulares. O índice pluviométrico decresce do sul para o sudeste e do norte para o noroeste: mais de 2.000 mm no extremo sul, perto de 1.000 mm na região do Yangtze e menos de 500 mm além de Shantung. Antes, as mudanças climáticas eram consideradas exclusivamente como decorrência das monções. Hoje sabe-se que sofrem influência das massas polares e de mudanças nas posições das áreas ciclônicas.

A população do país (22% da do globo), apesar de heterogênea, possui características comuns que lhe dão certa identidade. Em termos étnicos, os chineses são mongolóides. O grupo han, ou chineses propriamente ditos, a despeito de sua complexa formação, apresentam traços físicos, língua e costumes idênticos, e constituem 94% da população. As minorias étnicas (coreanos, mandchus, mongóis, tibetanos etc.), apesar de ocuparem 60% do território (3), representam apenas 6% da população.

O País divide-se em 29 unidades administrativas, sendo 21 provinciais, 5 regiões autônomas e 3 municipalidades especiais sob controle do governo central (Pequim, Sanghai e Tientsin). As províncias são, com poucas diferenças, as mesmas da China Imperial. Subdividem-se em 175 municipalidades comuns e cerca de 2.000 unidades ad-

ministrativas menores. As municipalidades compõem-se de distritos e as unidades administrativas menores de vilas administrativas e aldeias, em número aproximado de 100.000.

Com a vitória dos comunistas em 1949, a China não estabeleceu de imediato uma constituição formal. Até 1954, quando se adotou a primeira constituição, o país foi governado com base em leis orgânicas promulgadas pela Conferência Política Consultiva do Povo Chinês.

Em 1975 o IV Congresso Nacional do Povo aprovou nova constituição com um preâmbulo programático e trinta artigos grupados sumariamente em quatro capítulos.

A reforma econômica de Deng, apesar de iniciada em 1979, só foi institucionalizada em dezembro de 1982 pelo V Congresso Nacional do Povo, mediante a aprovação de outra constituição.

Apesar de permitir a adoção de princípios capitalistas na economia, essa constituição manteve os mecanismos socialistas de condução do processo político caracterizado pelo papel dominante do poder central e pela ausência de liberdade política. A própria constituição define a China como um "estado socialista de ditadura democrática do povo, dirigido pela classe trabalhadora e baseado na aliança de operários e camponeses".

O Congresso Nacional do Povo (CNP) é o órgão supremo do Estado chinês. Seus membros, pertencentes ao partido comunista, são eleitos periodicamente; as províncias, as regiões autônomas e as municipalidades são subordinadas diretamente ao Governo Central. O Presidente da República é eleito por um período de cinco anos e exerce a função de Chefe de Estado. O Primeiro Ministro é escolhido pelo Comitê Central do Partido.

Dada a complexidade da relação de poder na China, muitas ve-

zes o detentor do poder de fato não exerce funções administrativas no aparelho estatal, como foi o caso de Mao Tse-Tung que comandou a China mais como presidente do Comitê Central do Partido Comunista e de Deng Xiaoping que nunca demonstrou preocupação em exercer funções formais na administração.

A criação de uma força de trabalho eficiente e disciplinada, que permitiu parte do sucesso das reformas econômicas, deve-se também, em grande parte, aos grandes investimentos realizados pelo Estado em saúde e educação e à adoção de uma política sévera de controle demográfico.

Estima-se que o crescimento anual da população chinesa esteja em torno de 15 milhões. Em 1970 registravam-se 33 nascimentos por 1.000 habitantes. Em 1985 essa taxa caiu para 17,8. Em 1995 estima-se que tenha decrescido para 14 por 1.000 habitantes.

Apesar desses esforços, o objetivo inicial do governo de estabilizar a população em 1 bilhão por volta do ano 2000 não foi alcançado, pois já em 1995 a população estimada ultrapassou 1,2 bilhão.

A densidade média está em torno de 140 habitantes por km². Em 1986 era 112 habitantes. As regiões montanhosas e os planaltos do oeste e noroeste apresentam extensas áreas desocupadas ou com baixo índice de ocupação, com menos de 1 habitante por km². Já nas planícies costeiras do norte e do sul e nos vales médio e inferior do Rio Yangtze a densidade cresce para 500 e 750, respectivamente. As regiões mais densamente povoadas são as planícies de Chengtu e o delta do Hsichiang, onde o índice por km² supera 1.250.

A população chinesa é constituída na maioria por jovens. Cerca de 63% têm menos de 30 anos, 46% menos de 20 anos e 9% menos de 4 anos.

O sistema educacional é baseado no dualismo trabalho/estudo

(3) Localizados principalmente num deserto da Mongólia e do Sinkiang, nas florestas do Grande e Pequeno Khingan, nas estepes de Tibet e nas montanhas e planaltos elevados.

adotado na década de 50, com ênfase nos cursos primário, secundário e profissionalizante. O ensino é descentralizado. As comunidades locais são responsáveis pelo funcionamento das escolas. Cerca de 17% do orçamento nacional destina-se à educação. Estima-se que 230 milhões de chineses estão matriculados nas escolas primária e secundária e apenas 1.800.000 frequentam as universidades. O índice de analfabetismo que era de 50% na década de 70 caiu para menos de 10% em 1995.

O sistema de saúde foi montado em torno da obsessão do novo regime comunista com higiene e saúde pública. Assim, substituiu-se a falta de higiene e o grande volume de sujeiras que caracterizava o dia-a-dia do povo chinês nas primeiras décadas do Século XX pela adoção de um programa rigoroso de higiene e limpeza, envolvendo de forma mandatória todos os segmentos da população. Os resultados foram imediatos. Em 1949 a taxa de mortalidade infantil era de 200/1.000. Na década de 50 caiu para 40/1.000 nas cidades e 100/1.000 no meio rural. Na década de oitenta caiu para menos de 30/1.000.

2.2 - As Bases Econômicas

A implantação do comunismo em 1949 trouxe profundas modificações no sistema econômico chinês. Seguindo o modelo soviético, todas as atividades de produção e distribuição passaram a ser executadas por órgãos pertencentes ao Estado (4) e as metas econômicas estipuladas em planos quinquenais.

Embora o governo tenha conseguido grandes avanços na área social e transformado a China em um país politicamente monolítico, a verdade é que (a exemplo dos seus parceiros comunistas) a economia chi-

nesa jamais atingiu um padrão de transformação e crescimento comparável ao dos países capitalistas vizinhos, capaz de fazê-la superar etapas, mesmo elementares do desenvolvimento econômico.

Assim, mesmo dispondo de mão-de-obra abundante e disciplinada e de uma profusão de recursos naturais, os problemas de defasagem tecnológica, baixa produtividade e qualidade industrial nunca foram vencidos pelo governo chinês. Mesmo na agricultura, somente a custo de muito esforço (incluindo a manutenção obrigatória de grande parte da população na agricultura) e muitas importações foi possível evitar a ocorrência generalizada de fome. Entre 1978 e 1984, por exemplo, a China chegou a importar quase 90 milhões de toneladas para suprir o consumo interno.

A estratégia de desenvolvimento do regime socialista definida nos planos quinquenais tinha como objetivo o aumento da produção global, notadamente através do processo de industrialização acelerada e, como prioridade, a indústria pesada. O primeiro plano quinquenal estabeleceu como meta a instalação de 3.000 projetos industriais distribuídos geograficamente de maneira racional (conforme o plano) pelo território chinês, obedecendo a parâmetros preestabelecidos. Desses projetos, 644 concentraram a maior soma de investimentos e 48 deles estavam ligados ao complexo siderúrgico de Anchan.

Devido à desorganização da economia chinesa existente antes da revolução e à quase inexistência de uma base industrial, nos primeiros anos o processo de industrialização foi considerado um grande sucesso, mesmo em escala mundial. Em pouco tempo a indústria de bens capital desenvolveu-se carregando consigo

a produção de máquinas agrícolas, equipamentos de mineração e metalurgia, material elétrico, veículos, locomotivas, navios etc.

A exploração petrolífera e a produção de energia elétrica também foi iniciada em grande escala após a implantação do novo regime.

Durante a década de setenta a China passou a ser grande produtora de petróleo, com reservas calculadas em 11 bilhões de toneladas(5), localizadas notadamente na região autônoma de Sinkiang e nas províncias de Heilungkiang e Kansu. O carvão, principal recurso mineral do país, é encontrado sobretudo na Manchúria meridional e no Norte.

Embora as jazidas de ferro não sejam de grande porte nem de boa qualidade, a distribuição no país é adequada e novas minas continuam a ser descobertas e exploradas. Existe também a exploração de outros minérios como estanho, bauxita, antimônio, cobre, mercúrio, zinco, chumbo e outros.

Talvez se não tivesse ocorrido o desenvolvimento rápido e abrangente de novas tecnologias em todas as áreas do conhecimento humano (principalmente após a Segunda Guerra Mundial), aproveitado de forma igualmente rápida e eficiente pelos países capitalistas, a China teria sido um modelo de desenvolvimento socialmente equilibrado. Praticamente 40% da população foi tirada (em pouco tempo) da mais profunda miséria e desorganização econômico-social por um novo sistema que eliminou problemas de fome crônica, doenças endêmicas, analfabetismo etc. (que por séculos assolaram o povo chinês), organizou a estrutura econômica, promoveu a unidade político-administrativa e transformou a China em um país respeitado, inclusive como potência militar no concerto das nações.

(4) Na agricultura, apesar do domínio estatal e das cooperativas, subsistiram algumas propriedades particulares individuais e até mesmo formas de domínio patronal, mas de importância econômica insignificante até as reformas econômicas.

(5) Percebendo a impossibilidade de explorar as jazidas existentes sem capital externo, o governo chinês encarregou as próprias empresas estatais de quebrar o monopólio na produção e atrair investimentos estrangeiros. Hoje o sistema de exploração de petróleo tem 55 empresas estrangeiras e os contratos de cessão (firmados e supervisionados, pelas estatais) podem durar até 30 anos. Em 1996 a produção chegou a 146 milhões de toneladas, atrás apenas da Arábia Saudita, EUA, Rússia e Irã.

Todavia, devido à incapacidade de o sistema socialista compreender com rapidez que certas características da natureza humana (principalmente no tocante ao individualismo) estão enraizadas na cultura dos povos por milhares de anos (e portanto são de difícil mutação) e que as leis econômicas são reflexos do comportamento humano, logo o lado econômico do sistema começou a entrar em descompasso, mostrando evidentes sinais de estagnação, ineficiência e atraso tecnológico, principalmente se comparado com os países capitalistas vizinhos como o Japão, Coreia e Taiwan.

Somente depois de trinta anos (1979) é que a cúpula do Governo, já com nova liderança (Deng), decidiu promover profundas reformas na economia chinesa para evitar o colapso do regime socialista, que na realidade ocorreu com o da União Soviética e satélites dez anos depois.

As reformas de Deng (que em síntese representam um choque capitalista na economia chinesa) tiveram duas variantes: uma dirigida ao setor agrícola, no sentido de restaurar o conceito da agricultura familiar (isto é, ter novamente a família como a principal unidade de produção) e deixar os preços agrícolas serem fixados pelo mercado.

A segunda variante teve como objetivo abrir a economia chinesa para o mercado internacional, no sentido de liberar mais o comércio com outros países e abrir (com algumas cautelas) o país para investimentos estrangeiros.

Ao contrário da variante agrícola, aquelas foram bem mais seletivas para evitar nacionalmente o "risco capitalista". Em primeiro lugar liberou-se as províncias costeiras (ver mapa). Cerca de 14 cidades ao longo da costa ganharam o "status" de "cidades abertas" com incentivos fiscais para investimentos estrangeiros e certas liberdades de comércio. Criou-se, também, cinco "zonas

econômicas especiais" ainda com maiores privilégios.

Essas reformas foram institucionalizadas na constituição de 1982. Contudo, em 1984 o governo adotou novas medidas liberalizantes, permitindo a introdução do conceito de lucro nas empresas, ampliando a liberalização da agricultura e permitindo salário diferenciado por mérito, cargo ou função. Em 1985 novas leis permitiram o sistema de cartões de crédito, a abolição das comunas agrárias (criadas por Mao em 1958), a eliminação do emprego vitalício (substituídos por contratos de trabalho), além da estimulação à pesquisa científica.

Os efeitos do "choque capitalista" de Deng na economia chinesa nos últimos dezesseis anos mostram que o "grande salto para a frente," largamente apregoado pela máquina de propaganda chinesa nos tempos de Mao-Tse-Tung, foram apenas pequenos pulos econômicos dados a custo de muito esforço e sacrifícios, mas sem gerar os efeitos dinâmicos necessários para transformar estruturalmente uma vasta economia como a chinesa⁽⁶⁾.

Dessa forma, pode-se dizer que o "grande salto para a frente" da economia chinesa ocorreu de fato a partir das reformas econômicas de 1979.

Já na década de 80 o crescimento do produto real chinês e das exportações superou largamente o de seus dois grandes vizinhos (Índia e ex-URSS), chegando a alcançar as taxas dos "tigres asiáticos" (Taiwan, Coreia do Sul, Cingapura e Hong Kong). Entre 1979 e 1995 o PIB chinês primeiramente dobrou e depois quadruplicou. Os investimentos estrangeiros chegaram a mais de 121 bilhões de dólares em 1993, cifra só superada pelos investimentos nos Estados Unidos. No comércio internacional a China passou para o 11º lugar. Em 1997, quando receber de volta da Grã-Bretanha o território de Hong Kong, deve passar para o 4º

lugar, perdendo apenas para os Estados Unidos, Japão e Alemanha.

Após as reformas de 1979 estima-se que mais de 200 milhões de pessoas saíram da pobreza absoluta para a sociedade de consumo. Em lugares que, na década de 70, milhões de pessoas tinham como objetivo de vida apenas uma tigela de arroz e um lugar para dormir, hoje florescem verdadeiros mercados governados pela lei da oferta e de procura, com grande profusão de produtos.

Ainda que de uma forma ou de outra toda a economia chinesa tenha sido atingida pelos ventos da reforma, a verdade é que metade dela continua a funcionar dentro das regras socialistas, principalmente em setores como telecomunicações, finanças e indústria pesada. Todavia a experiência altamente positiva de liberalização da agricultura com a eliminação das comunas rurais (que reuniam mais de 800 milhões de pessoas), junto com o sucesso da desregulamentação, quebrou a resistência dos setores anti-reformistas e a tendência é aumentar cada vez mais a abrangência do processo de liberalização.

Em síntese, o modelo de desenvolvimento da China está assentado no seguinte tripé: a) liberalização da agricultura; b) concentração de mão-de-obra barata e disciplinada; c) grandes incentivos fiscais para o capital estrangeiro.

A liberalização da agricultura mudou radicalmente a posição da China no setor. De importadora contumaz de alimentos, sempre ameaçada de fome epidêmica, já na segunda metade dos anos 80 o país passou a importar cada vez menos, e no período entre 1991 e 1994 tornou-se exportador líquido em quase 11 milhões de toneladas. A produção de grãos cresceu de 240 milhões de toneladas em 1979 para 420 milhões em 1995.

A mão-de-obra barata, os incentivos fiscais e a desregulamen-

(6) As grandes vitórias ocorreram na área industrial. Na agricultura os resultados foram desastrosos. Na década de 60, a China enfrentou séria crise de fome que atingiu milhões de camponeses.

tação transformaram completamente as regiões costeiras abertas ao capital externo. O trabalhador chinês ganha dez vezes menos que o coreano e vinte vezes menos que o japonês. Por causa disso, Hong Kong já transferiu grande parte de sua indústria para a vizinha província chinesa de Cantão, e a China já domina hoje o comércio de brinquedos, de têxteis e começa a dominar o de calçados. Dentro de quatro anos espera exportar mais de 100 bilhões de dólares de produtos eletrônicos, podendo tornar-se o maior exportador do mundo de TV em cores, peças de automóveis, telefones celulares, geradores e "scanners" para tomografia computadorizada.

Em 1979 a cidade de Shenghen, situada na fronteira com Hong Kong, tinha pouco menos de 100.000 habitantes e sua economia dependia da pesca e agricultura. Em 1991 já registrava mais de 2 milhões de habitantes e atualmente conta com quase 3,5 milhões. A renda per capita passou de US\$ 2.200,00 (a da China é 450 dólares). Na província do Guangdong (onde fica Shenghen), com quase 70 milhões de pessoas, o valor da produção agrícola/industrial era 13,8 bilhões de dólares em 1980. Em 1990 passou para 44,2 bilhões e em 1995 estima-se que tenha ultrapassado 105 bilhões de dólares, ou seja, mais de 100% de crescimento em cinco anos.

Nas demais províncias costeiras "liberadas" o quadro é semelhante. Fujian (45 milhões de habitantes), por exemplo, em meados de 1970, era uma das províncias mais pobres da China. Hoje, depois de Guangdong, é a que mais recebe investimentos estrangeiros. Xiamen (que é a zona econômica especial) passou de uma cidade morta em 1985 para uma cidade palpitante, que a partir de 1989 vem crescendo a taxas superiores a 20% ao ano.

Embora o choque capitalista de Deng tenha obviamente deflagrado esse processo, junto com os demais fatores discutidos anteriormente, as raízes étnico-culturais chinesas,

que dominam o cinturão populacional ao longo da costa, também contribuíram para o sucesso do modelo. Assim, 50 milhões de chineses que vivem nas vizinhanças da China (principalmente em Taiwan, Hong Kong, Cingapura e Malásia) produzem um volume de riqueza correspondente a mais de 80% do PIB chinês (550 milhões de dólares), fazendo com que a força econômica chinesa no exterior seja superada apenas pelo Japão. Como consequência, entre os investidores estrangeiros a grande maioria é de chineses estrangeiros. Em Fujian dos 4.000 projetos estrangeiros aprovados em 1990, no valor de 3,5 bilhões de dólares, Taiwan e Hong Kong participaram com quase 70%. Dos 15.000 projetos para Guangdong (no valor de 20 bilhões de dólares) 80% vieram de Hong Kong, com firmas de Taiwan em segundo. Nesta província calcula-se que menos de 20% da economia continua nas mãos do Estado.

As empresas de Hong Kong empregam mais de 2 milhões de trabalhadores (na própria Hong Kong empregam 700.000), as exportações (quase que totalmente realizadas através de Hong Kong) contribuem com mais de 2/3 do produto total.

A produtividade dos trabalhadores no sul da China é compatível com a de Taiwan, embora recebam bem menos e os vínculos empregatícios sejam inexistentes. Qualquer um pode ser demitido a qualquer hora sem problemas legais.

O governo de Taiwan não permite comércio e investimentos diretos na China. A quase totalidade é feita por intermédio de Hong Kong. Calcula-se que o comércio bilateral, que era praticamente inexistente em 1978, deva atingir mais de 10 bilhões em 1995.

2.3 - As Políticas Macroeconômicas

A Comissão de Planejamento do Estado (CPE) é o órgão do governo chinês responsável pela formulação da política macroeconômica

do país. Atualmente, a grande preocupação do CPE está em mudar o perfil do processo de industrialização implementado com as reformas, que se concentrou nos têxteis, brinquedos etc., trazendo para o século XXI dentro do sistema "joint venture" as cinco indústrias consideradas pilotos: automobilística, eletrônica, petroquímica, maquinário e construção civil. O objetivo é fazer com que os grupos locais se fundam com grandes grupos internacionais nos moldes do CHAEBOL (conglomerados) coreanos.

Para atingir esse objetivo o governo está executando uma bem administrada estratégia que consiste em praticamente cobrar uma "entrada" pelo acesso ao mercado chinês em franca expansão e dificultar de forma crescente as importações diretas dos produtos das cinco indústrias mencionadas. Na indústria automobilística as regras anunciadas em meados de 1994 são particularmente duras: a tarifa de carro de passeio é 100% e no lugar de vender diretamente aos consumidores, os fabricantes estrangeiros precisam negociar com as "tradings" estatais. Como resultado, nos primeiros meses de 1995 as importações caíram 60%, enquanto a venda de veículos domésticos subiu 74%. As regras prevêm que até o ano 2000 apenas mais uma montadora pode se instalar no regime "joint venture".

Na área de eletrônicos, visando forçar a transferência de tecnologia, as novas regras estipulam que todos os novos projetos envolvendo computadores, máquinas de fax, eletrodomésticos e celulares devem aplicar tecnologia de última geração e exportar 70% da produção. Logo essas regras devem ser estendidas para produtos químicos e maquinários.

Como foi dito, a estratégia de industrialização da China entre 1949/1979 teve como prioridade a indústria pesada. No período os salários em todas as atividades foram mantidos em níveis baixos. Em troca, o governo fornecia alimentos, mora-

dia e serviços públicos, também a preços baixos.

Para manter o sistema econômico em equilíbrio e garantir o fornecimento de matérias-primas para as indústrias estatais a preços baixos, o governo controlava rigorosamente a produção e distribuição de quase todos os produtos primários. Os preços baixos dos alimentos para os centros urbanos (onde as indústrias estavam sendo instaladas) eram garantidos pelo estabelecimento mandatório de quotas e fixação dos preços agrícolas bem aquém dos preços internacionais.

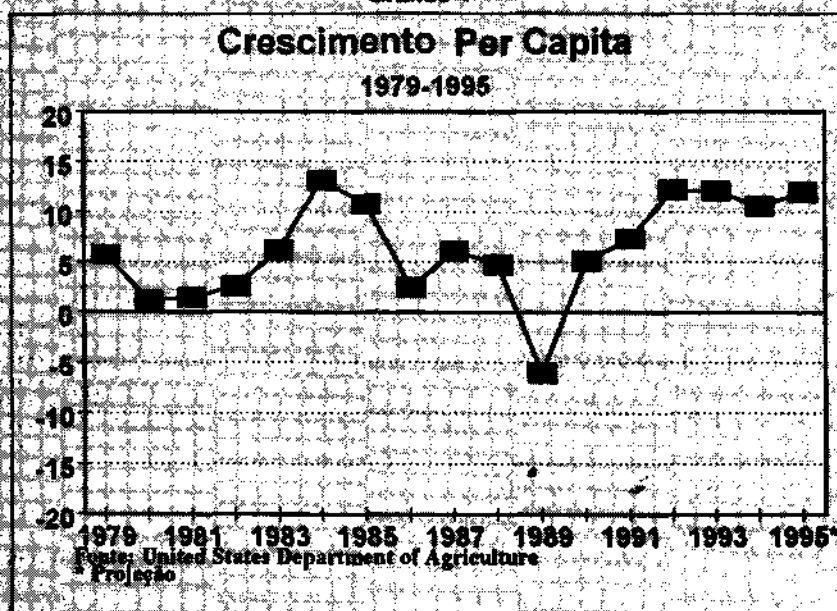
Essa estratégia de colocar o fardo da industrialização na agricultura, além de não trazer os resultados esperados no setor industrial (que continua a exigir cada vez mais transferências do Estado), penalizou e praticamente estrangulou o setor primário.

O primeiro passo da reforma de 1979 foi então "desonerar" a agricultura, dando maior liberdade aos agricultores e obrigando as empresas estatais a serem mais competitivas, cada uma sendo responsável por seus próprios lucros e perdas. Fora das regiões costeiras, onde estão localizadas as Zonas Econômicas Especiais, as empresas estatais ainda dominam o setor industrial.

O impacto das reformas de 1979 no crescimento do PIB chinês é surpreendente. Mesmo considerando a queda em virtude do arrocho monetário, o PIB cresceu em 6% ao ano entre 1979 e 1991, quatro vezes mais do que o período entre 1952 e 1978. O gráfico 1 mostra a taxa de crescimento per capita do produto real entre 1979 e 1995.

Em termos de políticas macroeconômicas, o período pós-reformas pode ser dividido em cinco fases. A primeira (1979-84) foi dominada pelas mudanças na agricultura. Em 1978 o trabalhador rural ganhava apenas 15% do urbano. Cinco anos mais tarde aumentou para 25%. O aumento na produtividade rural liberou mão-de-obra, que contribuiu para o rápido crescimento industrial.

Gráfico 1

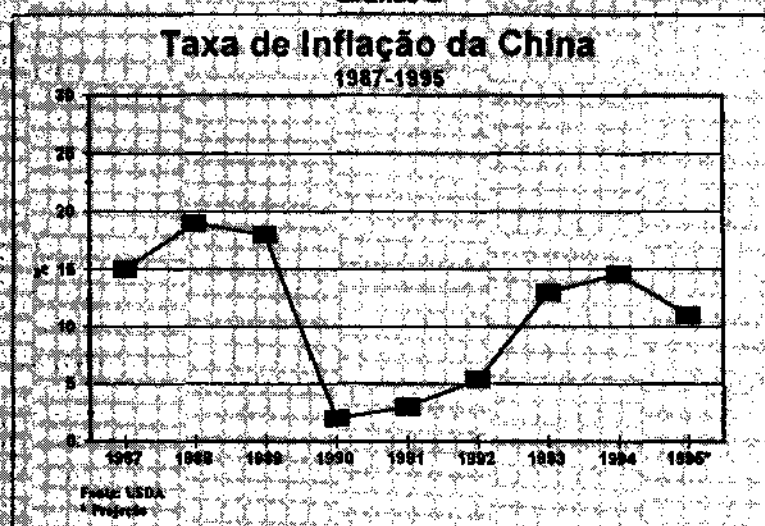


Em 1984 o crescimento do PIB atingiu a taxa real de 14,7%.

O segundo período vai de 1985 a 1988 e caracterizou-se pela aplicação de novas políticas de liberalização nas matérias-primas não essenciais e produtos agroindustriais. Naquele período o crescimento do setor agrícola foi bem menor (a renda real do trabalhador rural cresceu apenas 3% ao ano, comparado com 5% para os trabalhadores industriais e 10% para os de serviços). O PIB real cresceu à taxa de 6%.

A necessidade de aumentar a oferta de moeda para implementar o programa econômico, fez crescer gradativamente a inflação, que "explodiu" em 1988, quando a taxa atingiu 25% ao ano no segundo semestre. Nesse período e começo de 1989 o governo começou a adotar medidas de austeridade, suspendendo inclusive as reformas. Pela primeira vez o PIB caiu na década de 80, atingindo -4% em 1988. Logo a taxa de inflação começou a declinar até atingir 2% em 1990 e 3% em 1991 (gráfico 2).

Gráfico 2



Com a inflação sob controle as medidas de austeridade foram suspensas e a economia voltou a crescer mais de 4,1% em 1990 e 8,2% em 1991.

A quarta fase de 1991 e 1994 foi caracterizada por mudanças no sistema de preços e salários e no sistema tributário. Alguns preços, como grãos e óleos vegetais, anteriormente fixados pelo governo em níveis baixos, foram liberados e aumentados em mais de 50% em maio de 1991 e 40% em abril de 1992. Os salários foram aumentados para compensar.

Como resultado desses ajustes, a inflação voltou a aumentar e o PIB passou a crescer a taxas recordes, principalmente a partir de 1992. Nesse ano a economia cresceu 13,6% (a inflação chegou a 5,4%), em 1993, 13,4% com a inflação atingindo dois dígitos (em torno de 13%) e em 1994, 11,8% (com a inflação já atingindo os 15%). Para 1995 previa-se que, com algumas medidas de desaquecimento da economia, a taxa do PIB cairia para menos de 12% e a inflação recuaria para a casa dos 11%.

Para reduzir alguns entraves institucionais ao funcionamento do novo modelo econômico e aumentar a arrecadação o governo chinês implantou em 1994 um novo sistema tributário, destinado a simplificar o processo de cobrança, consolidar as leis fiscais, racionalizar o processo fiscal em nível local e estadual e distribuir melhor a carga tributária.

A espinha dorsal do novo sistema foi a criação do IVA (Imposto sobre Valor Adicionado) padronizado, para incidir sobre a produção, atacado, varejo, importação etc. e do imposto de renda sobre pessoas físicas e jurídicas. Outros impostos foram criados ou consolidados para incidir sobre imóveis, excesso de lucro nas transações imobiliárias etc.

Nessa etapa o Governo passou a dar também maior atenção ao pesado fardo (para o orçamento geral) representado pelos subsídios para as empresas estatais e preços. Em 1993, quase 7,2 bilhões de dólares foram alocados no orçamento para essas empresas para compensar perdas. A liberação da indústria açucareira e aumento nos preços dos grãos e óleos vegetais fizeram com que os subsídios a preços caíssem 25% em 1993, em relação a 1990 (6,9 bilhões de dólares). Para 1994 estão previstos 4,32 bilhões de dólares somente para subsidiar preços, o que indica a necessidade de reformas mais profundas no setor estatal e no sistema de preços.

As estatísticas chinesas são contraditórias com relação à posição financeira das empresas estatais. Entretanto, informações da Comissão do Estado para a Economia e Comércio mostram que as estatais tiveram prejuízos de 22,6 bilhões de dólares em 1993. Além disso a produção das "joint ventures", cooperativas e empresas estrangeiras cresceu 46,2% nesse ano, enquanto a indústria estatal cresceu apenas 6,4% (Quadro 1).

As causas são bem conhecidas, idênticas às que assolam o sistema estatal em outros países: excesso de funcionários, grande volume de débitos, custos elevados, baixa produtividade, tecnologia ultrapassada etc.

Embora não se espere no curto prazo que as taxas de inflação e do PIB atinjam os níveis de 1988 e 1989, a verdade é que a administração da política monetária gerida pelo Banco do Povo da China (BPC), que é o banco central, é dificultada pelo tamanho e ineficiência do setor estatal chinês, pelas condições híbridas do sistema econômico e do vínculo político-institucional do Banco ao governo. Esse fato cria um viés expansionista de três maneiras.

A primeira é que, além de ser o caixa do Tesouro, o BPC é responsável pela cobertura do déficit público, ainda que recentemente a emissão dos títulos no mercado doméstico tenha permitido reduzir os desembolsos diretos. Como no fim do período fiscal o banco é obrigado a cobrir o déficit estatal cada vez maior, surgem sempre aumentos não planejados na oferta de moeda que terminam gerando aumento nos preços.

Em segundo lugar, o BPC sofre constantes pressões por parte dos membros do Conselho do Estado (ministros) e dos governos provinciais, sendo sempre obrigados a aumentar os empréstimos para as empresas estatais e honrar seus compromissos não pagos, já que do ponto de vista político falência e fechamento de estatais são ainda um tabu para o atual regime. O quadro 2 mostra alguns indicadores monetários e a evolução do déficit público entre 1990 e 1995.

Outros fatores que geram pressões inflacionárias são os investimentos estrangeiros, quando internalizados. Como pode ser observado no quadro 3, os investimentos diretos aumentaram de 7,6 bilhões de dólares em 1990 para 121,40 bilhões em 1993, devendo ter atingido 71,0 em 1995.

Quadro 1
Crescimento da Produção Industrial
1991-1995

	1991	1992	1993	1994	1995 (?)
ESTATAL	9,1	12,4	5,7	5,5	1,2
COLETIVO	38,4	39,3	36,0	21,4	17,8
PRIVADO	31,2	52,9	68,0	28,0	20,4

Fonte: USDA.

(?) Dados Preliminares.

Quadro 2
CHINA
Principais Indicadores Monetários
1990-1995

	1991	1992	1993	1994	1995 (*)
MOEDA EM CIRCULAÇÃO	68,2	78,40	101,60	24,50	104,5
DEFICIT PÚBLICO	1,20	4,30	15,60	74,00	98,00
RESERVAS	21,70	19,44	21,20	49,68	54,1
INVESTIMENTO FIXO	30,15	137,96	216,28	384,68	306,7

Fonte: USDA, The Economist, June 1, 1991.

(*) Dados Preliminares.

Quadro 3
Investimentos Diretos na China
1990-1995

	1990	1991	1992	1993	1994	1995 (*)
HONG KONG	1,94	7,50	41,53	76,75	78,69	33,58
JAPÃO	0,45	0,81	2,17	2,95	4,44	6,84
USA	0,36	0,55	3,12	6,81	6,01	5,43
TAIWAN	1,00	3,43	5,54	9,96	5,39	9,73
OUTROS	1,83	1,24	11,29	24,91	23,53	21,48
TOTAL CONTRATADO	7,59	15,51	63,66	121,40	88,07	71,06

Fonte: Newsweek, april 1, 1996.

(*) Dados preliminares.

Para se ter uma idéia da magnitude dos impactos basta verificar que em 1990 e 1993 os investimentos diretos aumentaram 16 vezes.

A última fase iniciou-se em 1994 com a nova política de mudar o perfil da industrialização por meio da implantação das cinco indústrias "pilares" mencionadas, bem como a busca de solução para o problema do dualismo criado pela existência de duas Chinas: a capitalista que hoje é a força dinâmica do país, localizada na zona costeira, e a China estatal que, apesar de todas as mazelas, permanece basicamente intocada.

Os gargalos representados pela China socialista vão desde o sistema financeiro estatal, no qual os bancos insolventes continuam a operar de forma temerária e ineficiente sob a proteção dos guardachuvas do Estado, até a infra-estrutura do país, operada por empresas públicas.

Tudo indica que está chegando o ponto em que o futuro do desenvolvimento da China vai depender da forma e da rapidez com que o governo buscar reformar o gigantesco setor estatal (com mais de 200 milhões de empregados e dependentes), pois apesar da perda de importância na atividade econômica (na década de 70 contribuía com mais de 90% do PIB, hoje contribui com menos de 40%) as estatais ainda controlam setores vitais da economia, tais como finanças, telecomunicações, indústria pesada, eletricidade e infra-estrutura.

Na realidade, a China pode até tornar-se em poucas décadas a maior economia do mundo, na medida em que foi mantido o padrão de crescimento verificado nos últimos anos. Contudo, sem uma profunda reformulação do setor estatal, isso dificilmente ocorrerá; caso se concretize, ela corre o risco de ser a maior economia do mundo com to-

dos os problemas de país subdesenvolvido (infra-estrutura deficiente, grande parte da população vivendo no campo em nível de subsistência, baixos salários e renda per capita muito inferiores aos dos países do primeiro mundo(7).

Apesar da evidente crise das empresas estatais (no primeiro semestre de 1994 a inadimplência entre elas atingiu US\$ 41,8 bilhões contra 27,6 bilhões do período anterior), o regime chinês continua a considerá-las como espinha dorsal da economia, mantendo injeção de grande volume de recursos do Estado para o seu funcionamento. Em 1994, por exemplo, foram aplicados US\$ 101,5 bilhões.

3. A AGRICULTURA NA CHINA 3.1. O Sistema Produtivo

Com a implantação do regime comunista em 1949, foi elaborada de imediato uma reforma agrária de transição, complementada pela criação de cooperativas rurais. Em seguida, organizaram-se as comunas rurais que, até o advento das reformas econômicas, constituíram a base dos sistemas de produção agrícola.

Obcecado pela idéia de resolver o problema alimentar da China por intermédio de grande esforço interno, o governo, liderado por Mao Tse-Tung, procurou estimular a mecanização, a adubação do solo e irrigação mediante programas de assistência ao agricultor.

Considerando a situação existente, a política agrícola comunista nas primeiras décadas conseguiu surpreendentes resultados em termos do objetivo de auto-suficiência. No entanto, a incidência frequente de calamidades (como secas e inundações) provocou flutuações na produção e o excessivo controle do Estado na distribuição (como a entrega mandatária da produção obtida

(7) Considerados os baixos salários pagos na China (entre 50 e 100 dólares por mês), e os preços simbólicos de alguns itens básicos (da parte que ainda está nas mãos do Estado), alguns economistas do Banco Mundial sugeriram que o PIB chinês calculado pelo critério do poder da compra poderá ser quase quatro vezes maior (US\$ 2,5 trilhões) e a renda per capita em torno de 2.000 dólares, pois cada dólar na China compraria mais que nos Estados Unidos, ou Japão. Acontece, porém, que no sistema de vida moderno (que a China está incorporando cada vez mais) a população não precisa apenas de alimentos básicos. Mais e mais produtos (inclusive alimentares) que fazem o conforto da vida moderna como eletrodomésticos, automóveis, etc. passam a ser incorporados ao padrão de consumo. E esses produtos continuam sendo muito mais baratos fora da China.

ao governo a preços artificialmente baixos) trouxe desestímulo ao setor produtivo, que entrou num processo de estagnação.

Como consequência, a reforma iniciada em 1979 teve primeiramente como alvo a liberalização do setor agrícola. A adoção do chamado "Sistema de Responsabilidade da Produção ao Agricultor" transferiu as decisões de produção, das centrais de planejamento para o produtor individual e sua família. Em 1984, a agricultura familiar contribuiu com mais de 95% da produção. Na distribuição, o novo sistema passou a permitir que os produtores vendessem ao preço de mercado o que excedesse a quota de entrega ao governo.

Na forma como funciona desde 1985, os agricultores negociam contratos de produção com as cooperativas para cultivar uma determinada área. De acordo com o contrato eles são obrigados a entregar parte especificada da produção como pagamento pelo uso da terra, e de insumos a preços fixados. O Estado, por intermédio das cooperativas, pode adquirir além da quota contratada, mas tem que negociar os preços.

No início esses excedentes negociáveis eram inexpressivos. Em 1979 chegavam a menos de 10% nos grãos. Com o avanço de liberalização chegaram a 50% em 1989 e, atualmente (1995), alcançam mais de 90%. Na área dos óleos vegetais, a porção livre aumentou 17 vezes entre 1978 e 1991, chegando a 41% das compras estatais nesse ano, e mais de 70% em 1995. Nos hortigranjeiros (incluindo carne de porco) os preços de aquisição são todos negociados.

A despeito da liberalização na área mencionada, o governo ainda controla de maneira rígida a produção e distribuição de algodão, fumo, seda e madeira.

Com essas mudanças a produção per capita de grãos cresceu de

317 kg em 1978 para 376 kg em 1991 e 390 em 1995, apesar do declínio observado na área cultivada e no crescimento populacional de 1,5% ao ano. No setor de oleaginosas e carnes os ganhos foram ainda maiores, crescendo em média 8% ao ano(8).

Em termos da produção global os primeiros dez anos pós-reformas (1979/81 e 1989/91) representaram ganhos significativos na produtividade dos principais produtos.

No caso de arroz, apesar do decréscimo na área de 33,68 milhões de hectares para 32,79 milhões de hectares a produção cresceu de 106,90 milhões para 138,34 milhões (29,4%), em função do aumento de 33,1% na produtividade. No trigo, no mesmo período, a área cresceu de 28,96 milhões de hectares para 30,51 milhões (5,3%), mas a produção evoluiu mais de 60% (de 59,19 milhões de toneladas para 95,0 milhões), em função de um substancial ganho de produtividade (mais de 54%).

No milho, também o incremento de produtividade (42,4%) conjugado com o aumento de área (5,5%) fez com que a produção no período passasse de 60,61 milhões de toneladas para 91,51 milhões.

Apesar de a área plantada com soja ter-se mantido estável (de 7,50 para 7,56 milhões de hectares), a produção passou de 8,24 para 10,31 milhões de toneladas (25% de aumento). A produtividade se elevou de 1,10 kg/ha para 1,36 kg/ha.

No algodão, observou-se o maior crescimento de área (18,7%) que, conjugado com o aumento de produtividade de 50%, provocou um acréscimo de quase 70% na produção, passando de 2,62 milhões de toneladas para 4,66 milhões.

Na década de noventa a produtividade dessas culturas continuou crescendo consideravelmente (menos a do algodão). Comparando-

se a média 1993/95 com a média 1985/91, observou-se que a do arroz cresceu 38,6%, a do trigo 8,3%, a do milho 12,9% e a de soja 15,4%. A do algodão permaneceu basicamente a mesma. Considerando-se todo o período pós-reforma, os aumentos de produtividade foram os seguintes: arroz, 84,5%; trigo, 65,2%; milho, 60,8%; soja, 42,7% e algodão, 49,8%.

Em termos de área plantada, na década de 90 somente a soja apresentou um crescimento substancial (13,7%). O arroz e o algodão registraram quedas de 9,2% e 9%, respectivamente.

Além de mudança no modelo de exploração agrícola que, conforme os números demonstraram, tiraram a agricultura chinesa da estagnação, a política de liberação incluiu estímulo à expansão da agroindústria rural, principalmente por intermédio de financiamentos concedidos pelo Banco Agrícola da China (BAC). Esse banco, criado em 1979, administra os empréstimos rurais, fornece serviços bancários, financia as aquisições do governo e os subsídios para compra de insumos.

As operações de apoio ao desenvolvimento do setor rural do BAC aumentaram de pouco mais de US\$ 1 bilhão em 1979 para mais de 5,4 bilhões em 1990. Para 1995 estima-se que as aplicações devem atingir mais de US\$ 10 bilhões, a maior parte para as empresas rurais. Apesar de ter menos de 38% da população chinesa, e 11% da área, a região costeira, devido à facilidade para exportação, recebe mais de 55% dos empréstimos.

Além dos principais produtos mencionados, a China produz outros tipos de grãos e oleaginosas, tais como: sorgo, painço, cevada, aveia etc. Os Quadros 4 e 5 fornecem a evolução da produção e da produtividade dos grãos entre 1987 e 1995.

(8) A existência de dois sistemas de preços funcionando na economia cria dificuldades de se prever o comportamento dos produtores e consumidores em alguns momentos, no curto prazo, em função de pressões das autoridades locais. Em 1992, por exemplo, em função dos preços baixos de mercado esperava-se uma queda na produção de milho. Entretanto, o governo usou métodos administrativos para manter a área e em 1993 obteve-se a produção recorde de 103 milhões de toneladas.

Quadro 4
CHINA
Produção de Grãos
1987-1995

	Milhões de Toneladas								
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995(*)
ARROZ	173,88	165,11	180,13	189,33	183,81	186,22	177,70	175,93	179,00
TRIGO	25,84	85,43	90,81	98,23	96,00	101,59	106,70	99,30	102,00
MILHO	79,24	77,35	78,93	96,82	98,77	95,38	102,70	99,28	102,00
SORGO	5,43	5,59	4,44	4,68	4,90	5,10	5,00	4,8	4,9
PAINCO	4,54	4,41	3,75	4,58	4,00	4,20	4,20	4,1	4,3
CEVADA	3,72	6,18	5,69	3,93	3,46	4,00	4,20	4,18	4,4
OUTROS	88,86	30,07	25,8	28,1	27,25	29,08	32,14	34,21	37,4
TOTAL	381,51	374,14	389,55	426,67	418,19	425,57	432,64	421,8	434,00

Fonte: USDA

(*) Dados preliminares

Quadro 5
Produtividade dos Grãos
1987-1995

	T/ha								
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995(*)
ARROZ	5,41	5,29	5,51	5,73	5,64	5,80	5,86	5,80	5,90
TRIGO	2,98	2,97	3,04	3,19	3,10	3,33	3,52	3,27	3,33
MILHO	3,92	3,43	3,88	4,52	4,58	4,53	4,96	4,79	4,92
SORGO	2,91	3,14	2,72	3,67	3,50	3,64	3,73	3,58	3,65
PAINCO	1,69	1,76	1,52	2,01	1,79	1,95	2,09	2,04	2,13
CEVADA	2,89	3,19	2,93	3,25	2,88	3,20	4,43	4,40	4,63
AVEIA	1,10	1,19	1,08	1,17	1,12	1,19	1,19	1,18	1,18

Fonte: USDA

(*) Dados preliminares

Em termos de oleaginosas, os Quadros 6 e 7 mostram a evolução da produção e da produtividade no mesmo período.

Quadro 6
CHINA
Produção de Oleaginosas e Algodão
1987-1995

	Milhões de toneladas								
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995(*)
SOJA	12,46	11,64	10,25	11,00	9,71	10,30	15,31	16,00	16,00
ALGODÃO	7,21	7,05	6,44	7,66	9,66	7,66	6,37	7,05	7,10
AMENDOIM	6,17	5,69	5,36	6,37	6,30	5,95	8,42	7,31	8,13
COLZA	6,60	6,04	5,14	6,95	7,43	7,65	6,93	6,81	7,11
GIRASSOL	1,24	1,18	1,06	1,34	1,42	1,47	1,25	1,24	1,25
OUTROS	0,01	0,01	0,08	0	0	0,01	0,01	0,41	0,24
TOTAL	33,69	30,61	28,45	33,32	34,52	33,04	38,29	37,00	39,8

Fonte: USDA

(*) Estimativa

Quadro 7
Produtividade de Oleaginosas e Algodão
1987-1995

	T/ha								
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995(*)
SOJA	1,48	1,43	1,27	1,43	1,37	1,43	1,56	1,55	1,58
ALGODÃO	1,49	1,27	1,24	1,37	1,48	1,32	1,27	1,40	1,40
AMENDOIM	2,04	1,95	1,79	2,19	2,18	2,00	2,49	2,16	2,18
COLZA	1,25	1,02	1,09	1,26	1,21	1,28	1,31	1,33	1,38
GIRASSOL	1,40	1,42	1,48	1,83	1,47	1,82	1,85	1,78	1,84
OUTROS	6,65	0,78	0,60	0,90	1,02	0,95	0,97	0,86	0,89

Fonte: USDA

(*) Estimativa

A evolução da produção das principais carnes está configurada no Quadro 8.

O Quadro 8 mostra que entre 1979 e 1985 a produção de todos os tipos de carne cresceu mais do que a população (27,3%). A produção de carnes de frango e bovina foi bem superior às demais; ambas cresceram quase quatorze vezes. Vale salientar que, entre 1952 e 1978, a produção de frango acompanhou apenas o crescimento populacional.

A produção de carne suína elevou-se de 10,0 milhões de toneladas para 34,6 milhões (3,46 vezes) e a ovina passou de 380,4 mil toneladas para 1.863,1 (4,9 vezes). Entre 1952 e 1978 a produção de suínos cresceu 30,5%.

Em termos de rebanho, a China possui grande diversidade que inclui búfalos, camelos etc. O Quadro 9 mostra a evolução do rebanho chinês por tipo de animal.

Outro produto importante na agricultura da China é o açúcar, extraído tanto da cana-de-açúcar como da beterraba. O Quadro 10 mostra a evolução da produção, área e produtividade entre 1985 e 1995.

Talvez em função de liberalização tardia (1991), o setor açucareiro não tenha tido um desempenho semelhante ao dos demais setores.

No caso do açúcar de cana, a produtividade no período não apresenta uma tendência nítida de crescimento (como nos grãos), e as variações decorrem mais de fatores climáticos. Em 1986, por exemplo, ela chegou a 5.190 kg/ha, 7,6% acima do ano anterior. Mas nos dois anos seguintes caiu novamente, e só iniciou o processo de recuperação em 1989, até atingir o máximo em 1992 (1.240 kg/ha), para cair novamente (- 16,8%) em 1994. Com o açúcar de beterraba, igualmente a produtividade máxima foi obtida em 1992 (2.500 kg/ha), cerca de 59,2% superior à de 1985. No entanto, caiu quase 33% nos dois anos posteriores. A área plantada cresceu 39,7% entre 1985 e 1991, quando chegou a 784.000 ha;

Quadro 8
Produção de Carnes
1979-1995

	BOVINA	SUINA	OVINA	AVES	TOTAL	POP.1
1979	229.86	10.014	380.41	557.3	11.181.5	928.9
1980	268.70	11.341	444.35	754.5	12.808.5	943.1
1981	248.41	11.894	476.07	766.0	15.355.5	987.5
1982	265.56	12.718	523.93	972.1	16.461.6	972.1
1983	314.83	13.161	544.66	1.183.3	17.186.7	986.0
1984	372.96	14.447	585.75	1.402.8	18.792.5	1.002.0
1985	440.00	15.807	629.95	1.659.6	20.521.5	1.017.0
1986	589.00	17.960	622.00	1.879.0	23.036.0	1.033.0
1987	792.00	18.349	719.00	2.020.0	23.867.0	1.048.0
1988	985.12	20.176	802.00	2.744.0	26.695.1	1.064.0
1989	1.07.11	21.238	962.00	2.820.0	27.018.0	1.081.0
1990	1.256.00	22.811	1.068.00	3.200.0	30.325.0	1.098.0
1991	1.535.00	24.523	1.180.00	4.000.0	31.239.0	1.115.0
1992	1.803.00	26.353	1.250.00	4.500.0	33.898.0	1.141.7
1993	2.337.00	28.544	1.374.00	5.700.0	39.948.0	1.168.6
1994	3.300.00	32.000	1.600.00	6.600.0	45.494.0	1.184.1
1995 (*)	3.894.00	34.660	1.863.10	7.590.0	47.989.1	1.200.1

Fonte: USDA

(*) Milhões de pessoas

(**) Estimativas

Quadro 9
CHINA
Pecuária - Tamanho do Rebanho
1987-1995

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995 (*)
SUÍNOS	327.23	342.22	352.81	362.41	369.65	384.21	393.00	407.1	421.5
BOVINOS	94.65	97.95	100.75	102.88	104.99	107.84	111.16	91.2	93.4
CAVALOS	10.69	10.54	10.29	10.17	10.09	10.02	9.96	9.80	9.70
MULAS	10.84	11.05	11.14	3.49	3.61	3.61	5.50	3.40	3.30
OVINOS	102.65	110.57	113.51	112.82	110.86	109.72	111.62	114.62	115.3
CAPRINOS	77.69	90.96	98.13	97.21	95.36	97.61	105.70	107.49	108.2
BÚFALOS	21.50	21.65	21.40	21.69	11.02	ND	ND	ND	ND
CAMELOS	0.48	0.47	0.47	0.46	0.44	0.40	0.37	0.39	0.41
AVES (**)	2.920	2.744	2.820	3.229	39.50	4.542	5.300	6.600	7.800

Fonte: USDA

(*) Estimativa

(**) Produção de carne de frangos, patos e galinhas (em 1.000 t)

Quadro 10
CHINA
Produção de Açúcar

	AÇÚCAR DE CANA (BRUTA)			AÇÚCAR DE BETERRABA		
	PRODUÇÃO (1000 T)	ÁREA (1000 HA)	PRODUTIVIDADE (KG/HA)	PRODUÇÃO (1000 T)	ÁREA (1000 HA)	PRODUTIVIDADE (KG/HA)
1985	4.655	963	7.820	880	561	1.570
1986	4.934	950	5.190	840	520	1.620
1987	4.071	859	4.740	635	498	1.288
1988	4.340	929	4.680	1.172	745	1.570
1989	4.351	960	5.050	762	569	1.350
1990	5.243	1.009	5.200	1.523	670	2.270
1991	6.677	1.364	5.740	1.815	784	2.320
1992	6.650	1.230	5.340	1.650	660	2.500
1993	5.380	1.088	4.940	1.125	598	1.880
1994	5.000	1.045	4.780	1.000	580	1.720
1995	5.900	1.131	4.690	1.200	672	1.790

Fonte: USDA

em seguida caiu para 580.000 ha; para 1995 espera-se 672.000 ha.

A produção total dos dois tipos de açúcar (aproximadamente menos da metade da brasileira) representou, em 1995, 5,6% da produção mundial, que é de 117.916 mil toneladas, o mesmo que em 1985, quando a produção era de 98.708 mil toneladas.

O valor relativo da produção agrícola total (considerando agricultura e indústria) vem decrescendo consideravelmente, na medida em que o processo de industrialização avança. Em 1991, a agricultura (que representava mais de 60% da produção em 1980) contribuiu com 22,4%. Em 1993 caiu para 17,2%. Os dados preliminares indicam que em 1995 tenha caído para menos de 15% (Quadro 11).

Apesar de representar menos de 15% do valor de produção, o setor rural continua empregando mais de 70% da população.

3.2. O Consumo de Produtos Agrícolas

O rápido desenvolvimento industrial da China, acompanhado do crescimento substancial da produção agrícola a partir de 1979, está provando, em termos de consumo, os efeitos do progresso econômico, melhoria dos hábitos alimentares, com o consumo maior de proteínas animais e cereais nobres.

Em virtude da baixa renda per capita e do alto grau de intervenção do governo (subsidiando os consumidores urbanos), o padrão de consumo pouco mudou até 1979. O consumo per capita de carne de aves, por exemplo, permaneceu o mesmo por mais de 30 anos (400 g), o de carne de porco cresceu 30% (5.400 g para 7.700 g), o de carne bovina e ovina 66% (de 900 g para 1.500 g) e o de trigo pouco mais de 30%.

Após a implantação das reformas, o consumo per capita de trigo passou de 50 kg em 1978 para mais de 100 kg em 1995 (Gráfico 3).

Quadro 11.
CHINA
Valor de Produção Agrícola e Industrial
1991-1995

	1991	1992	1993	1994	1995 (*)
INDÚSTRIA	2.825	3.207	5.069	7.105	9.520
AGRICULTURA	816	909	1.100	1.325	1.680
TOTAL	3.641	4.116	6.169	8.430	11.200

Fonte: USDA.
(*) Dados Preliminares.
RMB = Moeda Chinesa.

Gráfico 3.
CHINA

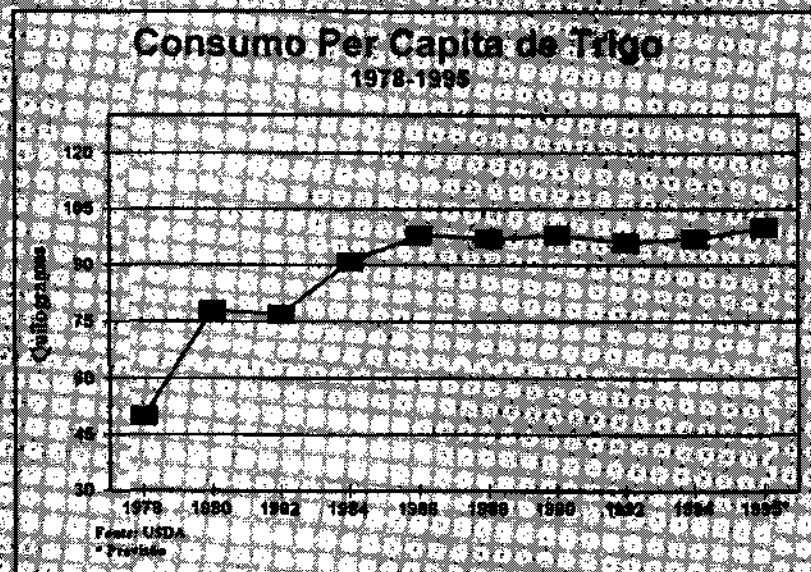
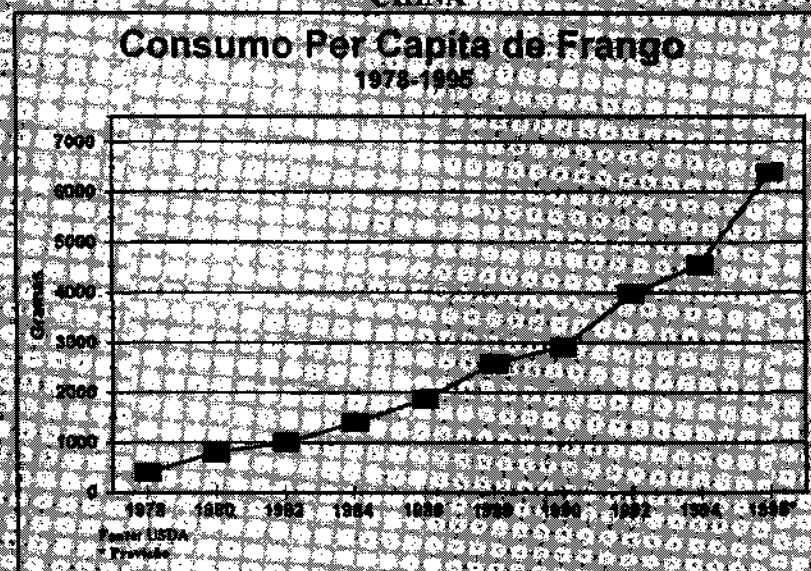


Gráfico 4.
CHINA



O consumo per capita de frango passou de 400 g em 1978 para 5.750 g em 1994, prevendo-se seja aumentado para 6.390 g em 1995 (Gráfico 4).

Apesar do crescimento do consumo de frango na China, ele se situa bem aquém do verificado em outros países, como o Brasil (24,14 kg) e Estados Unidos (38,48 kg).

No tocante ao consumo de carnes vermelhas, o principal aumento foi verificado na carne bovina, que cresceu quase que na mesma proporção da carne de frango. O Quadro 12 mostra a evolução do consumo das carnes vermelhas entre 1978 e 1995.

O consumo per capita de carne bovina, como enfocado, apresentou maior crescimento (27,4 vezes) entre 1978 e 1995. Entre 1978 e 1980, período inicial das reformas, praticamente dobrou, passando de 142 g per capita para 284 g. A carne suína, que de longe é a mais consumida da China, cresceu quase 4 vezes entre 1978 e 1995, passando de 7.700 g para 29.175 gramas. O consumo de carne ovina cresceu 6,53 vezes.

Fora o caso de trigo, que a China tem importado em quantidades significativas desde as colheitas desastrosas dos anos 60, o crescimento do consumo vem sendo atendido por aumentos na produção. Na realidade, no tocante aos demais produtos importantes como carnes, arroz, açúcar e milho, a China tem sido exportadora. Ela importa e exporta grandes volumes de algodão, mas no período 1989/92 foi importadora líquida. O crescimento das importações de cevada, que aumentaram de 245.580 t para mais de 900.000 toneladas (67%), foi para atender a expansão da produção de cerveja destinada às exportações, que cresceram 114% no período mencionado.

Quanto ao açúcar, o consumo per capita está em 6,2 kg (7,1 vezes menor que o do Brasil); entre 1989 e 1991 a China importou liquidamente 2.383 mil toneladas para

Quadro 12
CHINA
Consumo Per Capita de Carnes Vermelhas

	Bovinas	Suínas	Ovina
1978	142	7700	240
1980	284	12025	471
1982	273	13077	538
1984	372	14418	584
1986	511	16824	686
1988	925	18962	752
1990	1144	20775	972
1992	1594	23300	1102
1994	2832	27467	1373
1995*	3894	29175	1568

Fonte: USDA.

(*) Dados Preliminares.

atender o consumo interno. A partir de 1992 a proporção exportação/importação cresceu mais ainda. Em 1995, por exemplo, exportou apenas 420 mil toneladas e importou mais 2,5 milhões de toneladas.

As importações médias de trigo entre 1960 e 1976 foram de 4,4 milhões de toneladas. Entre 1976 e 1986 passaram para 9,8 milhões. Entre 1987 e 91 subiram para 13,7 milhões. Em 1992 o total importado caiu para 11,2 milhões e em 1993 para 7,3 milhões. Em 1995 foram importados mais de 14 milhões.

O Gráfico 5 mostra, entre 1975 e 1995, a evolução das importações de algodão.

O setor têxtil da China está enfrentando, atualmente, grande crise em função do aumento dos preços (133%) provocado pela desregulamentação. Durante muito tempo o setor beneficiou-se dos preços baixos fixados pelo governo e por vários subsídios. Como consequência da nova política as empresas estatais do setor têxtil estão operando com grandes prejuízos. O esforço atual-

mente é dirigido às exportações de roupas.

No tocante a óleos vegetais comestíveis, o Gráfico 6 trata da relação entre produção, consumo e importações no período 1987/95.

O gráfico 6 mostra que a China tem sido importadora de óleos vegetais comestíveis, com quantidades variando na década de 80 entre 694 mil toneladas em 1988 e 1.837 mil em 1989. Na década de noventa, as importações variaram entre 1.070 mil toneladas em 1992 e 3,50 milhões em 1995. Nesse ano o consumo per capita passou para 8,20 kg.

3.3. Perspectivas de Produção e Consumo

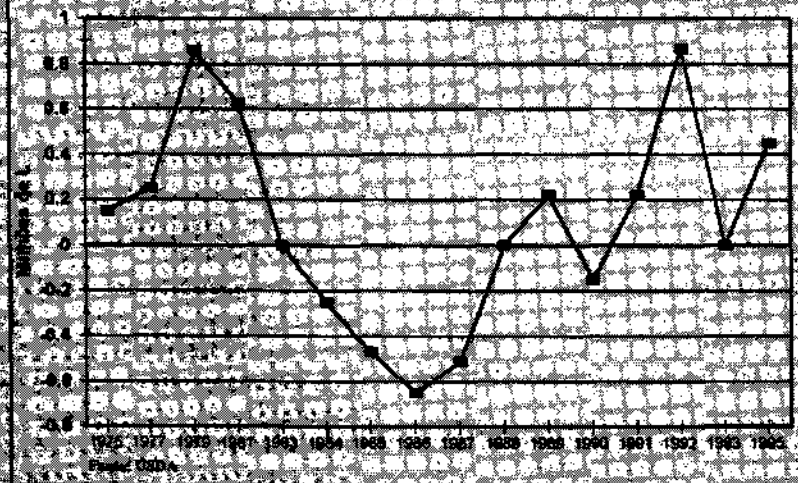
Existe atualmente uma grande discussão mundial em torno do papel da China no futuro, principalmente em torno do consumo e produção de alimentos, acirrada depois da publicação do artigo de Lester Brown(9).

Segundo o artigo, com o progresso econômico a China está subindo na cadeia alimentar, (isto é, consumindo mais trigo, carne, peixe, ovos e produtos lácteos, frutas e óleos vegetais)(10), perdendo áreas agricultáveis e exaurindo a capacidade de aumentar a produtividade.

A área agricultável de grãos seria reduzida pela metade no ano 2030, seguindo o padrão dos outros países ricos da Ásia: urbanização de áreas agrícolas, abandono de pequenas áreas marginais, declínio na rotação das culturas (que é vital para manter o solo fértil) e aumento na cultura de frutas e legumes que tem maior valor específico (a área com legumes aumentou 2,5 vezes desde 1980). O problema de escassez de água (evidente no norte da China) ficaria agravado pela urbanização e industrialização.

Gráfico 5
China

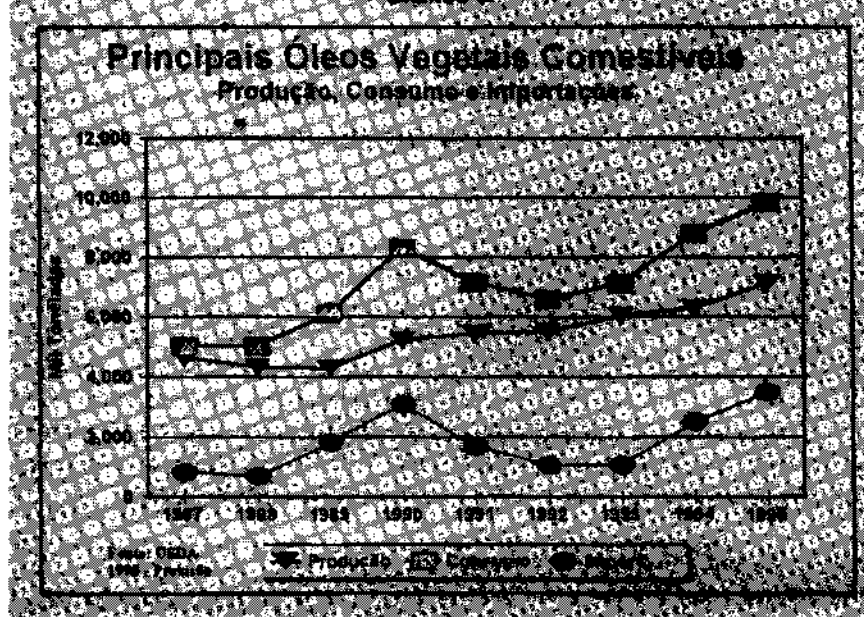
Importações de Algodão
1975-1995



(9) "How China Can Starve the World: It's Booming is Consuming Global Food Supplies", Outlook Section, Washington Post, Agosto 28, 1994.

(10) A partir de 1979, o rápido crescimento do consumo per capita desses alimentos trouxe o padrão dietético chinês para próximo do padrão das economias mais ricas do Sudeste da Ásia.

Gráfico 6



Com isso, o crescimento rápido da demanda chinesa por grãos para produzir carnes e peixes teria que ser atendido pelo resto do mundo. Como os grandes exportadores (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Europa Ocidental) não teriam capacidade de atender os volumes cada vez maiores, os mercados entrariam em ebulição, com aumentos violentos nos preços, o que provocaria medidas administrativas de embargo por parte dos países exportadores.

Os cálculos feitos com base nas projeções de consumo per capita de cereais, crescimento populacional, produção atual e a meta definida pelo governo para o ano 2000 mostram que as necessidades de impor-

tações vão depender da capacidade de o governo chinês superar as limitações descritas anteriormente. O Quadro 13 mostra as simulações realizadas.

Mantendo o atual nível de produção de cereais (dentro da visão pessimista de Lester Brown) e estimando um aumento no consumo per capita de 29%, as necessidades de importações no ano 2000 chegariam a mais de 52 milhões de toneladas.

Todavia, o desempenho do setor após as reformas indica que esta situação é difícil de ocorrer, mesmo sem a incorporação de novas áreas. No curto prazo, existe bastante espaço para aumentos na produti-

dade, cujo nível médio atual em 54% da área total plantada de hectares é ainda baixa (entre 2.500 e 3.000 kg/ha) comparada com as áreas de alta produtividade. O objetivo do governo chinês é justamente chegar a 500 milhões de toneladas no ano 2000, via melhorias tecnológicas nessas áreas.

Aparentemente o problema está na elevada taxa de aumento do consumo per capita. Mesmo assumindo uma redução substancial no crescimento da economia (que por enquanto não está nos planos do governo chinês), é pouco provável que o aumento no consumo seja menos do que 30%. Desta forma, mesmo que a produção de cereais atinja 500 milhões de toneladas o consumo possivelmente ficará acima de 525 milhões, gerando uma necessidade de importações em torno de 25 milhões de toneladas.

Quanto aos óleos vegetais, os dados assinalam que o aumento da renda per capita também está trazendo incrementos substanciais no consumo.

Como demonstrado, nos anos anteriores a 1995 os ganhos na produtividade das principais oleaginosas produzidas na China foram bem mais modestos do que os cereais. Em consequência, as importações cresceram substancialmente. De 1,1 milhão de toneladas em 1992/93, por exemplo, subiram para 2,5 milhões em 1993/94. Em 1994/95 chegaram a 3,6 milhões. Nos próximos cinco anos, algumas estimativas indicam que a China necessitará importar no mínimo 15 milhões de toneladas de óleos vegetais para suprir o mercado doméstico.

O consumo per capita do açúcar aumentou de 5,8 kg em 1985 para 6,2 kg em 1995 (6,8%). Em meados da década de 80 a China foi importadora líquida (um milhão de toneladas). No início dos anos 90 tornou-se exportadora líquida (190 mil toneladas em 91, 1,6 milhão em 92 e 240 mil em 1993). A partir de 94 passa novamente a importadora líquida, com 2,5 milhões em 94 e 2,0 milhões

Quadro 13
CHINA
Necessidade de Importação de Cereais (*)
1995-2000

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
POPULAÇÃO (MILHÕES)	1.200	1.216	1.232	1.247	1.263	1.279
CONSUMO PER CAPITA (KG)	436	452	468	485	502	520
PRODUÇÃO (1.000T)	430.000	437.600	445.200	453.000	460.800	468.000
CONSUMO (1.000T)	437.000	447.760	458.208	465.000	470.000	475.000
IMPORTAÇÕES (1.000T)	7.000	10.160	13.008	12.000	13.000	7.000

(*) Projeção com base em dados do USDA e na meta de produção do governo chinês.

em 1995. Esse movimento incerto do comércio exterior torna muito difícil traçar uma perspectiva para o açúcar. No entanto, o crescimento estável do consumo e as indicações de que o governo chinês está mais interessado nos cereais permitem deduzir que a produção aumentará pouco com relação a 95. O Quadro 14 mostra uma projeção sobre a necessidade de importação de açúcar até o ano 2000.

aumenta artificialmente o resultado por hectare, o que deixa mais espaço ainda para aumentar a produtividade;

b) mesmo com produtividade superestimada, calcula-se que mais da metade da área plantada opera com baixo nível de rendimento mesmo para

200.000 ha são recuperados a cada ano;

f) a China tem 130 milhões de hectares nas colinas e montanhas, 6,5 milhões de terra arenosa cultivável, 260 milhões de "grassland" e muitas áreas de lagoas, que no longo prazo podem ser cultivadas;

g) há muito espaço ainda para uso de ciência e tecnologia, quando se observa a produtividade máxima obtida na China vis-à-vis a dos países desenvolvidos. No milho, por exemplo, ela está abaixo de 5.000 kg/ha;

h) o governo sempre pode mudar a política macroeconômica; igualmente, os mecanismos de correção do mercado podem alterar as relações de consumo;

i) o governo chinês pretende adotar novas medidas para reduzir mais ainda o crescimento populacional.

Além disso, o crescimento da agricultura chinesa está cada vez mais ligado ao uso de fertilizantes químicos e, nessa área, ainda, existe um potencial muito grande a ser explorado, dado o padrão dos outros países. O Quadro 15 mostra a produção e importação dos diversos tipos de fertilizantes no período 1990/1995.

Em 1995 o governo fez grande investimento para expandir a produção de amônia sintética, uréia e superfosfato. Com isto a produção de fertilizantes deve acompanhar o uso e manter nos próximos cinco anos as importações entre 10 e 15 milhões de toneladas.

Outro fator que limita um crescimento exagerado das importações é a infra-estrutura, tanto viária como portuária.

Dados de 1994 mostram que mais de 65% das importações e 80% das exportações de grãos são realizadas pelos portos de Tianjin, Dalian,

os padrões chineses. Uma das metas do governo é melhorar no curto prazo 16,7 milhões de ha, o que geraria um incremento na produção de 2,5 milhões de toneladas;

c) a demanda por proteína animal aumentará, mas não no ritmo pós-reforma. O consumo per capita de carnes na China já é semelhante ao da Coreia e apenas 10% inferior ao do Japão;

d) atualmente é possível (com a tecnologia disponível) aumentar o índice de "multiple cropping" em 5% (o índice nacional médio é 155%, e o maior 246%). Isso elevaria a produção em 2,0 milhões de toneladas;

e) a China tem 147 milhões de terras desgastadas passíveis de recuperação imediata; atualmente

Quadro 14
CHINA
Estimativa da Necessidade de Importações de Açúcar (*)

	Produção 1.000 t	Consumo 1.000 t	Exportações 1.000 t	Importações 1.000 t	Consumo Per Capita (kg)	População Milhões
1995	6.500	8.200	420	2.500	6,2	1.200
1996	6.583	8.364		1.769	6,8	1.215
1997	6.643	8.531		1.888	6,9	1.231
1998	6.708	8.701		1.993	7,0	1.247
1999	6.776	8.875		2.099	7,1	1.263
2000	6.863	9.052		2.289	7,2	1.279

(*) Projeção com base em dados do USDA.

Com relação a prazos mais longos, as perspectivas da participação da China no mercado internacional de cereais, oleaginosas e açúcar (que interessam diretamente ao Brasil) vão depender da capacidade de resposta do sistema produtivo. De qualquer maneira, é pouco provável que em duas ou três décadas (dentro da versão mais pessimista) ela tenha que importar mais de 200 milhões de toneladas de cereais, para abastecer o mercado doméstico com efeitos imprevisíveis sobre os preços. O próprio USDA corrobora pontos de vista do governo chinês de que a China continuará importando produtos agrícolas, mas não em quantidades que provoquem ebulição no mercado internacional ou medidas de contingenciamento. Em resumo os argumentos são os seguintes:

a) historicamente os agricultores chineses sempre declararam a menor a área plantada para reduzir os impostos. Atualmente estima-se que declaram 40% a menos. Isso

Shanghai, Qingdan e pelos portos de Zhanjiang e Huangpu na província de Guangdong (ver mapa anexo). O movimento de carga e descarga nos portos costeiros aumentou 140% entre 1985 e 1994⁽¹¹⁾. Carvão e derivados do petróleo representam metade do movimento total. Cimento, fertilizante, minérios não metálicos, sal e grãos (que são os menores volumes) representam mais de 25%.

gados por guindastes ou equipamentos provisórios, incluindo "containers" para guardar os produtos. O tempo médio para descarregar um navio de 35.000 toneladas é de 6 a 7 dias.

Para descarregar, por exemplo, 50 milhões de toneladas de grãos, seria necessária uma estrutura com capacidade de 140.000 t /dia. Para manter esse fluxo na atual es-

investimentos com estradas de ferro, pátio de manobras, sugadores etc.

Além disso, existe o problema da estrutura viária, no caso de ter que transportar os produtos para o interior do país. Com o trigo não há problema, pois as quantidades importadas são consumidas nas cidades costeiras. Entretanto, como a avicultura (35%) e suinocultura (60%) estão localizadas no interior do país, produtos como o milho precisam ser levados para regiões distantes por meio do sistema de transporte existente.

O surpreendente crescimento econômico da China após as reformas ainda não atingiu a infraestrutura de transporte, toda controlada pelo Estado. O sistema ferroviário é muito restrito (50.000 km, o 70º do mundo) e o rodoviário é inadequado, com apenas 600 quilômetros de vias expressas. Mais de 2/3 dos fretes são realizados pelas ferrovias, que funcionam a plena capacidade (o 1º do mundo em intensidade de carga). O transporte de produtos e insumos agrícolas representa 10% do frete.

Embora o plano quinquenal (1991-95) tenha destinado perto de US\$ 20 bilhões para ampliar e melhorar o sistema ferroviário, a limitação de recursos inviabilizou a maioria dos projetos. No atual contexto, o governo planeja atrair "joint ventures" para investir e controlar alguns ramais com capacidade saturada e pequenos trechos/tronco com o mesmo problema.

O sistema de rodovias compõe-se, aproximadamente, de 1 milhão de quilômetros e transporta 14% de frete, sendo a maioria das estradas estreita e congestionada. O governo comunista fez grande esforço nesse setor e conseguiu atingir quase todas as cidades e vilas do interior da China. A política atual é atrair capital estrangeiro para construir quatro grandes auto-estradas ligando Pe-

Quadro 15
CHINA
Produção e Importação de Fertilizantes
1990-1995

1 000 toneladas

PRODUÇÃO	1990	1991	1992	1993	1994	1995
NITROGENIO	14.636	15.101	15.705	15.467	17.264	18.300
FOSFATO	4.117	4.597	4.622	4.514	5.320	5.713
POTASSIO	(47)	(97)	(198)	(179)	393	416
PRODUÇÃO D	18.797	19.795	20.499	20.160	23.027	24.408
IMPORTAÇÃO	16.275	18.175	18.590	10.210	10.103	10.710
EXPORTAÇÃO	9.169	9.910	9.767			
APLICADO	25.903	28.051	29.302	30.370	33.130	35.118

Fonte: USDA.

(*) Peso efetivo do equivalente em nutriente.

A capacidade portuária praticamente dobrou entre 1986 e 1994, enquanto o número de berços oceânicos aumentou 87%, de 686 para 1.282. A maior parte são berços capazes de acomodar navios com capacidade superior a 10.000 t. Como esses barcos são pouco importantes no comércio internacional e os navios que transportam grãos para a China estão entre 35.000 e 40.000 toneladas, os berços capazes de permitir a ancoragem de navios desse porte é que são os mais importantes. Segundo informações disponíveis, existe menos de uma dúzia desses berços, sendo que apenas um é capaz de permitir navios acima de 60.000t(12).

Na realidade somente o Porto de Tianjin pode acomodar navios maiores, manipulando produtos a granel destinados a Pequim, dentro de um sistema intermodal. Nos demais portos os navios são descarre-

trutura (5.000 t /dia), 28 navios de 35.000 t teriam que ser descarregados simultaneamente em um dia. Assumindo uma taxa de ocupação de 80% (uma taxa que implica demoras e, portanto, maiores custos), faz-se necessário um mínimo de 35 berços de 35.000 t para importação de grãos. Isso sem considerar o uso dos berços para exportações.

A maior importação de grãos feita até o momento com a atual estrutura foi de 17 milhões de toneladas (1995), realizada já com dificuldade e ineficiência. Para converter os atuais berços de 35.000 - 40.000 t para berços de grãos estima-se serem necessários investimentos de US\$ 20 milhões para cada um milhão de toneladas adicionais. Berços completamente novos para acomodar navios de 60.000 t exigiriam US\$ 60 milhões para cada um milhão de toneladas a mais. Isso sem contar

(11) O maior volume a granel de importações (ferro e derivado de petróleo) e exportações (carvão e petróleo cru) é feito em berços especiais para navios acima de 100.000 t. As gruas atualmente usadas para grãos servem também para outras atividades.

(12) Nyberg, A "Ag. Outlook Forum 1996", Speech Booklet nº 3.

quim, Shanghai, Shenzhen e outras grandes cidades e usar excedentes agrícolas para pagar mão-de-obra na expansão e melhoria do sistema existente.

Aproximadamente 15% do frete total doméstico é feito por navios. Recentemente, a China abriu vários portos fluviais como Nanjing, Wuhu, no Yangzi e Heihe, Oike no Heilongjiang (ver mapa anexo) para navios estrangeiros. Para atender a movimentação de produtos agrícolas, no entanto, é necessária a construção de docas, silos, armazéns etc., quase inexistentes.

Finalmente, outro fator limitante é o comércio exterior da China. Por mais que o país venha apresentando uma performance surpreendente nas exportações a partir de 1979 e apresente um grande superávit com os Estados Unidos (US\$ 38 bilhões em 1995(13), com as reformas econômicas, a balança comercial total tende a ficar negativa devido à crescente necessidade de o país importar produtos e equipamentos caros e de alta tecnologia para continuar o processo de modernização. O Quadro 16 mostra os indicadores do comércio exterior.

veis, infra-estrutura etc., o futuro da China no mercado internacional de produtos agrícolas continua sendo uma grande incógnita, mesmo no curto prazo. Uma queda na safra de grãos de 10% a 20%, por exemplo, devido a fatores climáticos, pode levar a China a importar de 10 a 15 milhões de toneladas de cereais a mais de um ano para outro. E o oposto também pode ocorrer, tal como em 1992 e 1993, quando a China foi exportadora líquida.

É importante não esquecer que o sistema político chinês ainda é regido por princípios autoritários, que em momentos de crise o Governo não terá receios de tomar medidas fortes de restrição às importações, mesmo a custo de grandes sacrifícios por parte da população.

As importações devem manter uma tendência de aumento, mas dentro de limites considerados razoáveis pelo governo chinês.

4. - O BRASIL E O NOVO MODELO ECONÔMICO CHINÊS

Os resultados concretos até agora obtidos pelo novo modelo de desenvolvimento da China podem

as relações bilaterais, tendo em vista principalmente as exportações de produtos agrícolas. A segunda, mais complexa, seria no sentido de levar alguns segmentos da sociedade brasileira a refletir e entender cinco pontos importantes:

- as teorias político-ideológicas, que sempre associaram o subdesenvolvimento à exploração capitalista internacional, perderam validade na medida em que os países comunistas que tinham "cercas" de proteção anti-capitalismo ou estão enfrentando séria crise econômico-financeira, tentando tardiamente adotar a economia de mercado (como a ex-URSS) ou tiveram a visão de adotar anos atrás profundas reformas econômicas, como a China;
- a estatização da produção e distribuição de bens e serviços de natureza econômica fracassou onde foi aplicada;
- o processo de desenvolvimento econômico continua a depender fundamentalmente da combinação capital/tecnologia;
- para atrair capitais, qualquer país precisa criar um ambiente favorável em termos de redução de risco institucional, desregulamentação da economia, incentivos fiscais, simplificação do sistema tributário e infra-estrutura;
- a disputa por investimentos diretos no cenário internacional agravou-se nos últimos anos com a entrada dos países do ex-bloco soviético e da China no mercado.

Quadro 16
CHINA
Indicadores do Comércio Exterior
1990-1995

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
EXPORTAÇÕES	62.02	71.91	85.00	91.76	121.04	136.7
AGRICOLAS	9.72	10.55	15.28	15.87	20.03	15.0
IMPORTAÇÕES	53.35	63.79	80.60	130.95	115.69	139.4
AGRICOLAS	5.47	6.07	8.65	7.73	11.80	17.00
BALANÇO	8.71	8.12	4.40	(12.19)	5.33	(2.7)

Fonte: USDA

De qualquer maneira, vale salientar que, mesmo com todas as informações disponíveis sobre o comportamento da produção, produtividade, consumo, áreas cultivá-

trazer duas implicações para o Brasil. A primeira seria no sentido puramente comercial, da qual, o país tiraria vantagens do grande crescimento do mercado chinês, incrementando

(13) Existem diferenças nas estatísticas de comércio entre a China e os Estados Unidos. As da China reduzem consideravelmente o déficit. A discrepância é causada principalmente pelo papel de Hong Kong, nas relações comerciais entre os dois países. Frequentemente essa cidade serve de entreposto para reexportações para os Estados Unidos.

Como foi visto, a experiência chinesa mostrou claramente como uma mudança de direção no momento certo pode trazer resultados surpreendentes. Após a reforma econômica que envolveu a liberação da agricultura, a criação das Zonas Econômicas Especiais e a abertura da economia, os investimentos diretos somente entre 1990 e 1994 totalizaram US\$ 296,2 bilhões. No mesmo período os investimentos diretos líquidos atingiram no Brasil apenas 17,4 bilhões de dólares(14).

O comércio exterior da China tem crescido a uma taxa média anual de 15% entre 1983 e 1990. Logo após 1979 as exportações deram um grande salto, chegando a atingir a média de US\$ 39,4 bilhões entre 1985 e 1989. Nos anos 80, enquanto o governo chinês aprofundava mais ainda a liberação da economia, o Brasil aprovava uma Constituição que emperrava mais ainda o funcionamento do sistema econômico. O resultado é que essa década de 80 é considerada a década perdida em virtude do desempenho negativo da economia brasileira.

Na década de noventa, enquanto o Brasil ainda enfrenta o dilema de fazer ou não as reformas para livrar a economia de algumas amarras institucionais, a China che-

gou a 1995 com mais de US\$ 136 bilhões de exportações (quase 120% em relação a 1990). No mesmo período as exportações totais brasileiras passaram de US\$ 31,4 bilhões para US\$ 46,5 bilhões.

Enquanto o PIB chinês cresceu 89,0%, o crescimento do PIB brasileiro não chegou a 12% entre 1990 e 1995 (só teve crescimento positivo relevante em 1994 e 1995). O Quadro 17 mostra a taxa de crescimento do PIB dos dois países entre 1990 e 1995.

A adoção do modelo chinês de criar um setor dinâmico, voltado para o mercado, livre dos entraves e problemas do setor estatal e ao mesmo tempo esse setor perder importância, mais em função do crescimento geométrico do outro, do que propriamente em função de uma política deliberada de desmonte, não tem sentido para o Brasil, por duas razões descritas a seguir.

Em primeiro lugar, o Brasil não precisa mudar o regime político-econômico para adotar a economia de mercado. A China adotou o regime comunista em 1949, por meio de uma revolução. Durante todos esses anos o capitalismo foi execrado em todos os sentidos e o comunismo louvado em terra, no ar, e no mar.

Fica, portanto, extremamente difícil de um momento para outro mudar completamente o sentido da mensagem e adotar em todo o país um sistema econômico, com regras totalmente diferentes, sem provocar sérias rupturas na estrutura produtiva (como aconteceu na ex-URSS).

No Brasil, basta mudar algumas leis que entravam o funcionamento da economia (notadamente na área tributária, trabalhista e previdenciária), e garantem privilégios administrativos absurdos, tomar medidas concretas para retirar o estado da produção e distribuição de bens e serviços (por meio do processo de privatização e quebra dos monopólios estatais) e melhorar a infraestrutura viária.

Além disso, o Brasil enfrenta os problemas de superpopulação vivenciados pela China. A população chinesa chega a 1,2 bilhão de pessoas (22% da população do globo) e tem apenas 7% da área cultivável. O Brasil tem apenas 3% da população do mundo e quase 8% da área cultivável (sem incluir as terras amazônicas), o que coloca o país em situação privilegiada no que se refere à obtenção de vantagens da nova realidade mundial, inclusive como fornecedor de grande quantidade de alimentos para o mercado chinês.

Em termos de comércio exterior, as transações agrícolas da China com o Brasil ainda são insignificantes se comparadas com as transações com os Estados Unidos, Japão, Taiwan etc. No período 1990/95 o maior volume de exportações brasileiras ocorreu em 1994, quando foram exportados US\$ 816,9 milhões. Nesse ano o óleo de soja contribuiu com 93,3%. O menor volume ocorreu em 1992 quando o valor exportado atingiu somente US\$ 59,8 milhões. No ano passado não foi exportado óleo de soja. O Quadro 18 resume o comércio exterior agrícola do Brasil com a China.

Quadro 17
CHINA E BRASIL
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB
1990 - 1995

Ano	China	Brasil (%)
1990	9,9	-4,3
1991	7,4	0,3
1992	12,8	-0,8
1993	13,4	4,2
1994	11,8	5,8
1995 (*)	12,5	5,7

Fonte: USDA.

(*) Dados Preliminares.

(14) Boletim do Banco Central (suplemento estatístico). Março 1996 p. 375.

Quadro 18
Comércio Exterior Agrícola Brasil/China
1990-1995

	1990		1991		1992		1993		1994		1995	
EXPORTAÇÕES	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V
ÓLEO DE SOJA	190,5	122,8	98,2	48,0	104,8	41,9	76,7	10,9	762,8	416,9	-	-
UREIA (45%)	167,6	15,4	73,9	10,2	105,0	11,5	-	-	-	-	-	-
ALMO	-	-	-	-	-	-	12,8	7,7	27,1	27,0	563	172,3
TOTAL	479,2	174,0	181,3	59,8	265,7	75,0	49,3	18,2	816,2	439,9	564	173,1
IMPORTAÇÕES	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V
ALMO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEME RÍCINO	14,8	6,6	0,3	1,5	3,0	2,9	3,0	1,9	-	-	-	-
ÓLEO RÍCINO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	30,0	13,6	0,7	2,9	12,3	10,8	25,3	22,8	54,9	24,9	53,5	34,8
BALANÇO	-	160,4	-	56,9	-	259,3	-	3,6	-	405,1	-	73,3

Fonte: SECEX (MICT) Q = Quantidade (1.000 t)
V = Valor (US\$ 1.000)

Nas importações os volumes são ainda mais inexpressivos. O valor máximo ocorreu no ano passado (US\$ 34,5 milhões). Nos três últimos anos o alho foi o produto mais importante. Em 1995 representou 73,9%. Nos anos anteriores o óleo de rícino destacou-se como o principal produto.

As exportações agrícolas representaram em 1995 apenas 14,5% das exportações totais. No entanto, em 1994 chegaram a representar 61,3%. A balança comercial Bra-

sil/China está no Quadro 19.

Como pode ser visto, existe um espaço imenso em termos de comércio que pode ser explorado pelos dois países. Os dados demonstram que o comércio exterior da China está crescendo a taxas superiores a 20% ao ano, devendo as exportações atingir mais de US\$ 150 bilhões em 1996. Mais de 15 milhões de toneladas de cereais, perto de 2 milhões de toneladas de açúcar, e mais de 3 milhões de toneladas de óleos vegetais deverão ser importa-

dos anualmente. A perspectiva do Brasil ampliar o comércio está, em princípio, nessas três áreas e nas exportações de farelo de soja.

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) poderá também trazer benefícios para o Brasil, e para os outros participantes, pois significa que a China terá que abrir mais a economia e não poderá mais adotar unilateralmente medidas restritivas ao comércio.

Mesmo com o preenchimento e entrega da proposta de admissão na OMC, o governo chinês aparentemente não tem pressa de abrir mais o seu mercado. Antes quer elevar os padrões de competitividade da indústria doméstica aos padrões mundiais e também espera as condições mais leves concedidas aos países em desenvolvimento.

A despeito das resistências, principalmente por parte dos Estados Unidos, que exigem da China, entre outras matérias, o cumprimento das leis internacionais de propriedade intelectual, a China espera que a sua crescente importância no contexto internacional sirva como uma forma de alavancagem no processo de admissão na OMC.

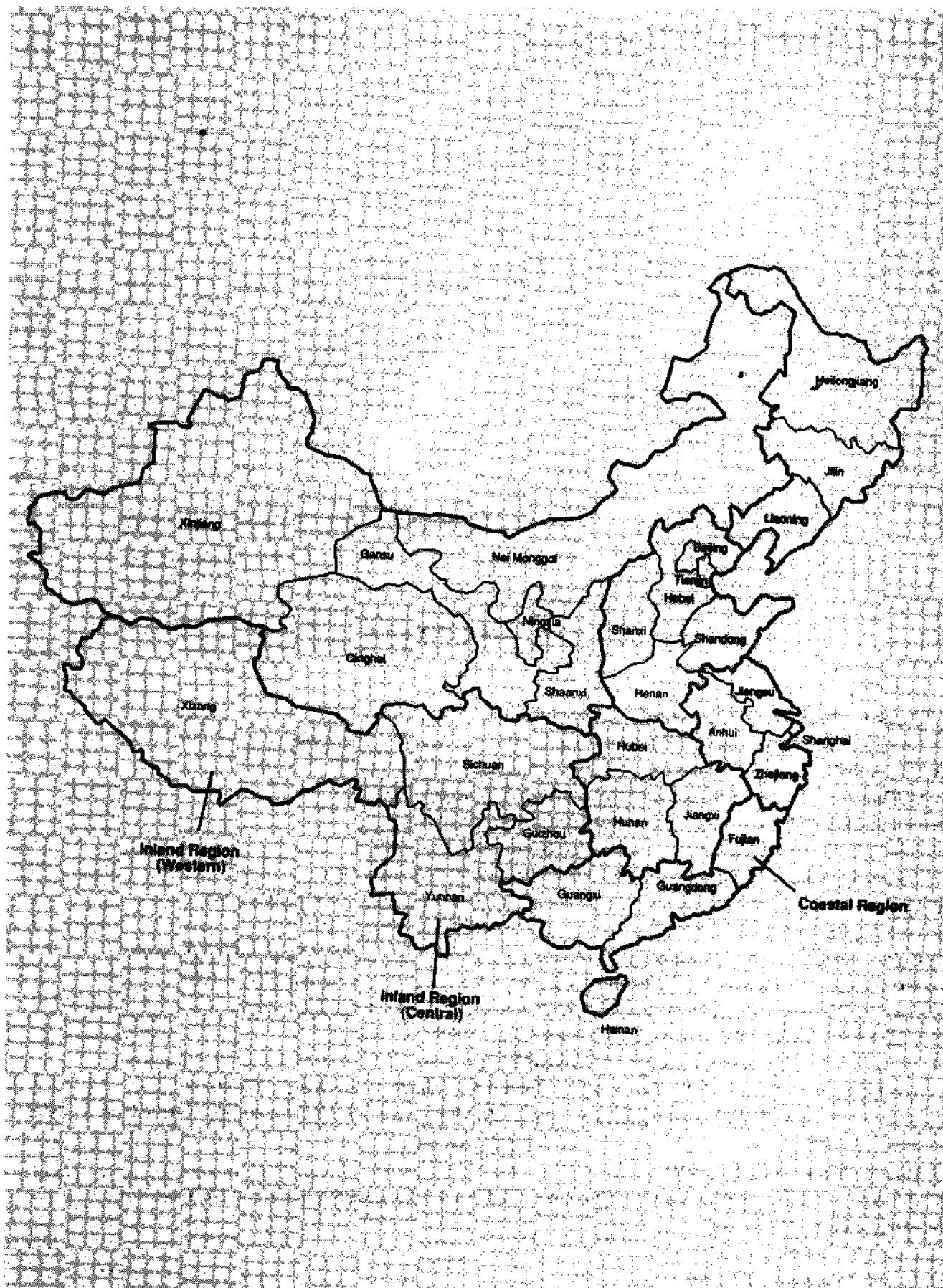
Na verdade, a China precisa entrar na OMC para deixar de atuar no comércio internacional como marginal e o resto do mundo precisa da China, pois, à medida que o comércio exterior chinês expande-se geometricamente, fica cada vez mais inconveniente para os demais países lidar com uma potência econômica que não está sujeita às leis que regulam o comércio. Ao mesmo tempo, se a China entrar sem dividir as mesmas obrigações, pode no atual contexto tornar as regras sem sentido.

Quadro 19
Balança Comercial Bilateral - FOB
Brasil/China

Período	Exportação		Importação	
	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)	Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000)
1990	3.914.314	381.804	777.130	119.806
1991	4.583.450	226.406	312.473	62.129
1992	5.660.739	460.032	175.941	49.574
1993	8.385.319	779.395	542.398	137.481
1994	8.626.354	822.416	654.123	171.014
1995	9.782.089	1.203.751	840.653	347.292

Fonte: MICT/MP.





BIBLIOGRAFIA

1. Crook F. "1995 China Trip Report" - USDA/FAS/ERS - Sept. 1995
2. Crook F. "December 1995. China. Trip Report" - USDA/FAS/ER - Dec. 1995
3. USDA/ERS - China - Situation and Outlook Series, July - 1993.
4. USDA/ERS - China - Situation and Outlook Series, August - 1994.
5. USDA/ERS - China - Situation and Outlook Series, Jan - 1995.
6. USDA/ERS - China - Situation and Outlook Series, August - 1993.
7. USDA/Agricultural Outlook Forum 96 - Seech Booklet, 1, 2, 3. feb - 1996.
8. Crook, F. e outros "Determinants of Wheat Import Demand of China, USDA/ERS dez/93.
9. USDA/ERS/AMS/FAS - China Trip Report - U.S. Corn Team - Out. - 1994.
10. Colby, Hunter. "Is Self Sufficiency in the Cards for Cotton?", USD/Outlook Forum- Feb/96.
11. Goldberg, J. "China's Agricultural Prospects" - USDA/Outlook Forum, Feb. - 1996.
12. USDA/ERS "Sugar and Sweetener" - Situation and Outlook Yearbook, Dez. - 1995.
13. USDA/ERS "Cotton: World Markets and Trade". Fev. 1996.
14. Tuan, F. "China's Livestock Sector" - USDA/ERS - April. 1987
15. The Economist, Jan.23, 1993 - Out 5. 1991 - June. 1/91 - March. 5/94 - March. 12/94.
16. Newsweek, April, 1, 1996 - April, 5. 1993 - Sept, 20, 1993 - Out, 26, 1992 - Feb, 15, 1993 - June, 7, 1993 - Nov, 15, 1993.
17. Businessweek, March, 4, 1996.
18. Portugal, Alberto "Relatório de Viagem a China", 21/7 a 4/8/95. EMBRAPA, não publicado.
19. Revista Veja - 13/12/1995.
20. Jornal "O GLOBO" - 16/10/1995.
21. Gazeta Mercantil - 6/3/1996.

Contratos de Opção de Venda

RESOLUÇÃO Nº 2.260, DE 21 DE MARÇO DE 1996

Dispõe sobre a venda de contratos de opção de venda como novo instrumento de Política Agrícola.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 28.02.96, tendo em vista as disposições do art. 4º incisos V, VI, XVII e XXXI, da citada Lei, dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 05.11.65, e da Lei nº 8.187, de 01.06.91, resolveu:

Art. 1º - Autorizar a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) a lançar contratos, observadas as seguintes características e condições:

I - modalidade: opção de venda;

II - adquirentes: produtores rurais e suas cooperativas de produção, admitida a posterior transferência de titularidade;

III - produtos amparados: algodão em pluma, arroz longo fino e milho;

IV - preço de exercício: valor preestabelecido para o produto objeto da opção, o qual deve ter como base, para as safras 1995/96 e 1996/96, o preço mínimo e ser calculado levando-se em conta a estimativa dos custos financeiros e de estocagem para o período de vigência do

contrato, assim como do custo do frete entre as regiões produtoras atendidas e os locais designados para entrega do produto;

V - prêmio: valor que o adquirente deve pagar pela compra do contrato, podendo ser fixado valor mínimo para aceitação de lances;

VI - épocas de contratação e de vencimento: definidas por ocasião do lançamento dos contratos, em consonância com o calendário agrícola de cada produto;

VII - lançamento: por meio de leilões públicos, sistemática essa que deve ser utilizada também nas eventuais recompras e repasses de contratos;

VIII - registro das operações: em sistema de registro e de liquidação financeira de títulos administrado por entidade autorizada pelo Banco Central do Brasil ou em entidade que já opere o registro de operações de mercados organizados de derivativos, desde que especificamente credenciada para essa finalidade;

IX - validade das operações: as transações com os contratos só

terão validade após registradas em consonância com o disposto no inciso anterior;

X - exercício da opção:

a) o adquirente pode exercer o direito de vender o produto objeto da operação somente no vencimento do contrato;

b) pode ser fixado prazo de até 30 (trinta) dias contados até a data do vencimento do contrato para que o adquirente seja obrigado a comunicar formalmente o seu interesse em exercer a opção;

XI - ressarcimento de despesas: na hipótese de o adquirente exercer a opção, ser-lhe-ão ressarcidas, quando da aquisição do produto, as mesmas despesas que vêm sendo indenizadas por ocasião da formação de estoques estratégicos e das Aquisições do Governo Federal na modalidade AGF Direta;

XII - recebimento do produto: conforme definido no contrato;

XIII - alternativas ao recebimento do produto: pode ser incluída cláusula contratual permitindo que a CONAB opte por não receber o produto, caso o adquirente manifeste interesse em exercer a opção, utilizando-se para tanto as seguintes alternativas:

a) recompra do contrato;

b) repasse do contrato a terceiros, desde que asseguradas ao adquirente as garantias necessárias de que o novo titular honrará as obrigações originalmente assumidas pela CONAB, inclusive as previstas no inciso XI desta Resolução;

c) pagamento da diferença entre o preço de exercício e o preço de mercado na época do vencimento do contrato.

§ 1º - A Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e as Secretarias do Tesouro Nacional e de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, ficam autorizadas a definir, em conjunto, as demais condições necessárias à operacionalização do presente instrumento de Política Agrícola, tais como:

I - preço de exercício;

II - especificações dos produtos amparados;

III - amparo de outros produtos;

IV - fixação de prazos de contratação e vencimento das opções;

V - sistemática de venda das opções.

§ 2º - A cada safra, as referidas Secretarias deverão elaborar e submeter ao Grupo Executivo Interministerial de Abastecimento (GEIA) proposta de atuação do Governo Federal com base nesse instrumento, destacando os valores a serem comprometidos pelo Tesouro Nacional e a estratégia e os objetivos pretendidos, bem como eventuais critérios alternativos aos previstos nesta Resolução para o cálculo do preço de exercício.

Art. 2º - Podem ser financiados ao amparo dos recursos con-

trolados do crédito rural, na modalidade pré-comercialização (MCR 3-4), os seguintes itens referentes à compra de contratos de opção de venda:

I - o valor do prêmio;

II - as despesas acessórias relativas à aquisição;

III - as despesas com a classificação, armazenagem e outros gastos inerentes à fase imediata à colheita do produto.

Parágrafo único. O financiamento previsto neste artigo não pode ultrapassar 6% (seis por cento) do valor das opções contratadas e não vencidas, ficando limitado, no caso de adquirente produtor rural, a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) por beneficiário.

Art. 3º - As despesas decorrentes das operações previstas no art. 1º, incisos VII, VIII, X, XI e XIII, desta Resolução ficam incluídas na finalidade estabelecida no art. 2º, inciso I, da Resolução nº 1.944, de 29.07.92.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Of. nº 784/96)

DOU 27/03/96

GUSTAVO JORGE
LABOISSIÈRE LOYOLA
Presidente

Agricultura: Desempenho e Rumos

Elisio Contini⁽¹⁾

"nova agricultura" foi concebida e implementada a partir dos anos 70, baseada na intensificação da produção, via tecnologia. Seus frutos começaram a surgir a partir da década de 80.

Desempenho Recente – Profundas transformações ocorreram na agricultura, nas últimas décadas. Para comprovar o deslocamento do enfoque "aumento de área agricultável" em direção à "elevação da produtividade", no Quadro 1 são apresentadas as taxas anuais de crescimento da produção

Contribuição ao Desenvolvimento – A agricultura contribuiu decisivamente para o desenvolvimento econômico do Brasil. Reportam-se as clássicas funções de prover alimentos baratos para as populações urbanas, suprir mão-de-obra para a indústria nascente e de gerar divisas por meio das exportações, criando capital para a industrialização. Assim, o País modernizou-se, diversificou sua estrutura produtiva tendo como carro chefe o setor urbano-industrial.

Num segundo momento, evidenciou-se que o processo de desenvolvimento econômico demandava árduo trabalho em várias frentes; o setor industrial não prosperaria sem uma agricultura moderna e eficiente. Uma

Quadro 1
TAXAS DE CRESCIMENTO ANUAIS DA PRODUÇÃO DE GRÃOS
(ARROZ, FEIJÃO, MILHO, SOJA e TRIGO)

Período de Análise	Produção (% a.a.)	Fontes de Crescimento	
		Área	Rendimento
1961/95	4,47	2,68	1,59
1961/70	4,91	4,99	-0,08
1971/80	5,62	4,27	1,35
1981/90	2,18	0,48	1,70
1990/95	4,92	0,32	4,60
1980/95	3,32	0,62	2,70

Fonte: Dados brutos IBGE; Elaboração: EMBRAPA.

Obs.: Calculado a partir de médias móveis trianuais.

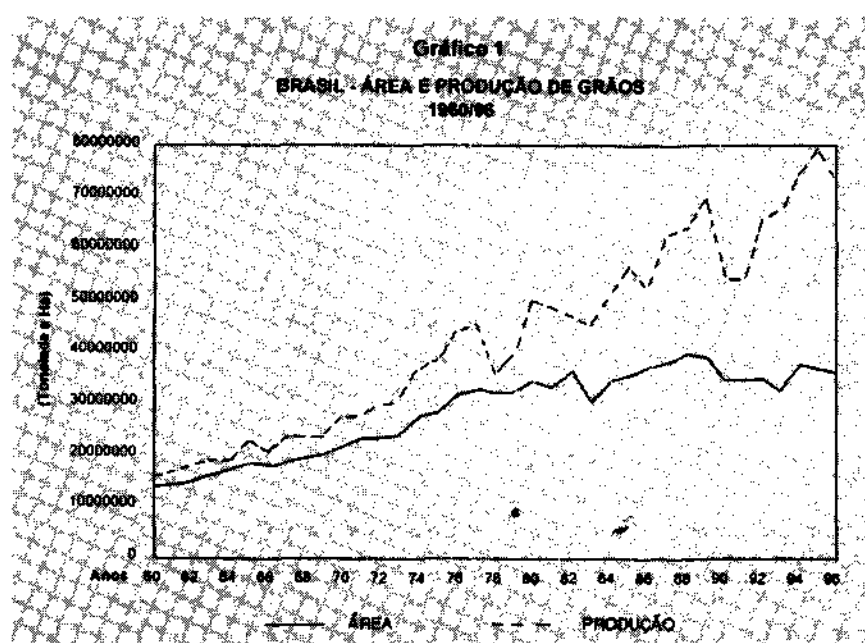
(1) Pesquisador Científico em Economia Agrícola da EMBRAPA. O autor homenageia o Prof. Dr. Rainer Thoss da Universidade de Muenster (Alemanha), orientador de Doutorado, por ocasião de sua ascensão a Prof. Emérito em maio último. Muitas das idéias aqui desenvolvidas têm a contribuição do Prof. Thoss, principalmente a metodologia de estudo e seu grande interesse pelo desenvolvimento do Brasil.

dos 5 principais grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo). Os dados compreendem o período de 1960 a 1996. As taxas foram calculadas a partir de médias móveis trianuais, com o intuito de minimizar vieses devidos a picos ou a grandes frustrações de safras, em determinados anos. Assim, perde-se o ano inicial e final, ficando como período 1961-1995.

Os dados permitem concluir que a agricultura teve um bom desempenho do período, crescendo a taxas elevadas, superando o crescimento populacional. Para o período como um todo, o crescimento foi de 4,47% a.a., sendo a área responsável por 2,88 e o rendimento por 1,59%. Mais recentemente (1990-95) o crescimento da produtividade alcança 4,60% a.a. e a área, apenas 0,32% a.a.

Mas a grande expansão de área ocorreu na década passada, atingindo o pico de 39,052 mil ha em 1988, decrescendo no período 1990/93. Para a última safra (1995/96) estima-se uma área de 35,388 mil ha, menos 3,14% em relação à safra anterior, com queda de 9% na produção e de, aproximadamente, 6% no rendimento. Na safra anterior (1994/95), embora um recorde (79,225 mil t) em termos de produção, houve sérios problemas de rentabilidade para os produtores. Favorecidos pela elevação dos preços internacionais, na presente safra os agricultores estão obtendo melhores preços, recuperando parte pelo menos dos prejuízos amargados naquele ano. Esse fator, aliado ao programa de securitização das dívidas em curso, deverá trazer tranquilidade para a produção, nos próximos anos.

Essa tendência de "intensificação da produção" é observada para os cinco grãos considerados, inclusive para o feijão e o arroz, como foi demonstrado em artigo recente em uma das edições desta Revista. A produtividade brasileira apresenta uma tendência contínua de crescimento. Aliás, não é privilégio somente do Brasil, mas todos os grandes produtores mundiais têm elevado a produção sem aumento ou até redução de área, mas forte elevação da produtividade. O Gráfico 1



apresenta a evolução da área e da produção dos 5 grãos, para o período de 1960-96. Observe-se que a área cresce bem menos do que a produção, indicando ser a produtividade a maior fonte desse crescimento.

Cenário Futuro – O cenário futuro para a agricultura está delineado. O novo ambiente em que se desenvolverá a agricultura está baseado na **abertura da economia e menos interferência do Estado**. A abertura da economia exige da agricultura, aliás como dos demais setores produtivos, eficiência para vencer a competição. Tanto para o mercado interno como no externo.

A agricultura, após a Rodada do Uruguai do GATT e com a Organização Mundial do Comércio, será muito diferente do período anterior a 1990, caracterizado por protecionismos seletivos (subsídios e taxas protecionistas contra a importação), tanto na produção como no mercado. Essas intervenções trouxeram como consequências a instabilidade nos negócios, principalmente nos investimentos, o paternalismo (dependência do Estado), ineficiências favorecendo a produção em áreas não rentáveis somente porque o governo financiava e comprava. Na nova ordem, perde força o Governo como garantidor de crédito, preços e do

abastecimento. Estoques governamentais em uma economia aberta perdem sentido, até porque foram instrumentos ineficazes no passado e questionáveis quanto à sua gestão pública.

A concorrência externa em produtos do "agribusiness" será acelerada no futuro. O mercado brasileiro amplia-se e apresenta oportunidade para qualquer país produtor. Como o consumidor é soberano em decidir sobre o que comprar, a qualidade e o preço são os dois determinantes fundamentais de o que produzir. Outro fator não monetário fundamental refere-se ao tempo para a preparação. O custo de oportunidade para preparar alimentos em casa aumentou, devido principalmente à entrada das mulheres no mercado de trabalho, e a alternativas crescentes de lazer. Os "fast foods" estão aí para exemplificar a profunda transformação ocorrida. Em síntese, procedência nacional não diz mais nada.

No processo de abertura econômica, naturalmente nem todas as decisões tomadas foram baseadas na racionalidade econômica. A abertura foi muito rápida, sem salvaguardas e sem reciprocidade. O poder de setores organizados da agroindústria prevaleceu sobre o interesse da grande maioria de produtores dispersos e desorganiza-

dos. Um exemplo típico é o caso do algodão. Reduções drásticas e repentinas em taxas de importação contribuíram para eliminar milhares de empregos, causando graves problemas sociais no campo, com reflexos nas cidades. As decisões de Governo neste campo e em qualquer outro devem ser respaldadas em estudos técnicos mais acurados, utilizando a inteligência disponível. Além disso, evitam-se suspeitas de favorecimento a grupos.

Estamos num megamercado, em que a competitividade não é determinada somente por custos adicionais de transporte de um local para outro. A oportunidade do abastecimento também é importante. Outra característica dos mercados é sua concentração. Grandes grupos organizados comercializam volumes consideráveis de produtos, determinando padrões de produção e preços. As feiras livres perdem em importância, deixando aos elos formais e impessoais de comercialização a responsabilidade maior do abastecimento, tanto de grãos básicos, como de frutas e hortaliças.

Juntamente com a abertura de mercado e suas implicações, outro fator determinante do novo cenário que se consolida é a **mudança drástica no papel do Governo**. A histórica queixa da falta de uma "política agrícola", significando abundantes subsídios, crédito farto com juros negativos, compra de produtos pelo Governo, carece de sentido. Em uma economia caracterizada por distorções, com taxas de câmbio artificiais, controles de preços sobre produtos básicos (50 anos de controle governamental do preço do leite), impostos inflacionários com impacto forte sobre a agricultura, podiam até se justificar compensações para aquelas sanções.

Perdem significado políticas setoriais específicas; mas ganham em importância a elaboração e implementação de políticas governamentais gerais, como a da estabilidade econômica (inflação zero) ainda longe de se obter, apesar dos progressos desde 1994. A defesa de nossos interesses comerciais no exterior, contra subsídios na origem para produtos importados e de outras formas desleais de comércio, são responsabilidade do governo. Nenhum produtor individualmente ou suas associações o poderão fazer do ponto de

vista legal e até técnico.

A responsabilidade do governo não diminui, antes se fortalece nas áreas de regulamentação e fiscalização.

Desafios e Perspectivas –

O grande desafio da agricultura comercial, nos próximos anos, será manter e aumentar a sua competitividade por meio da tecnificação na produção e organização da comercialização. Incluem-se não somente empresários rurais, mas também segmentos da chamada agricultura familiar, como produtores de suínos, aves e de fruticultura.

Esse grupo de agricultores necessita de regras econômicas estáveis, como estabilidade econômica, redução da carga tributária e melhoria da infra-estrutura de transporte, como estradas, ferrovias, comunicação e portos (diminuição do custo Brasil), para competir em condições de igualdade com outros países. O Brasil mantém vantagens, certamente, na produção de grãos, não só pelo aumento da produtividade, mas também em termos de expansão de área, o último país com grande fronteira agrícola. Certamente poderá produzir, em futuro próximo, 150 milhões de toneladas, se os mercados nacional e mundial o demandarem, caso se confirmem as previsões de escassez de alimentos no mundo para o início do próximo século. As oportunidades crescem para o Brasil em face da progressiva retirada de subsídios em países desenvolvidos, como os Estados Unidos e Europa.

Outro grande desafio diz respeito à inserção de agricultores não plenamente integrados, mas com potencial para a agricultura comercial. Organizações de produtores e de prestação de serviço podem oferecer formas eficientes de apoio àqueles produtores, na identificação de oportunidades para nichos de mercado, na negociação de formas de comercialização e de apoio tecnológico. As políticas macroeconômicas sadias são fundamentais também para eles. Mais do que outras ações diretas, os governos, principalmente estaduais e municipais, devem criar mecanismos de apoio, mesmo subsídios para investimento desde que identificadas áreas potencialmente rentáveis, para públicos selecionados e por um período determinado.

Quanto aos pobres que vivem

no meio rural, mais dependem de uma ação social do que de ações governamentais na área da agricultura. Estudos mostram que a maioria deles vive no Nordeste e em regiões com forte instabilidade de chuvas. A velha tese de Celso Furtado, do final da década dos cinquenta, de que lá vivem mais trabalhadores do que o meio é capaz de suportar, continua válida. Mesmo a migração rural-urbana não foi suficiente para aliviar a pobreza na região. As estimativas são de que a migração daquela região continuará alta para os próximos anos. Tanto a sociedade como o Governo devem não só respeitar as decisões racionais desses cidadãos, como prepará-los para que esta inevitável migração ocorra com menor grau de trauma.

A educação básica de boa qualidade é a forma mais eficiente de preparar essas populações para sua integração efetiva nos mercados, quer na produção agrícola tecnificada, quer migrando para as cidades. Políticas governamentais setorializadas que tendem a "segurar populações no campo" em regiões de inviabilidade agrícola constituem ações de pouco efeito prático e até maléfico para os pobres.

O mais importante é gerar empregos no meio urbano para absorver essas populações, principalmente em pequenas e médias cidades. Seria uma irracionalidade segurar populações pobres sem perspectivas no campo, em condições de miséria absoluta e, muito pior, sem perspectivas de crescimento. Mesmo que isso cause protestos da classe média nas cidades que vêem seu conforto ameaçado, e sua moral contestada pelos cinturões de miséria nas favelas. Além disso, as luzes da periferia chamam mais a atenção da sociedade e das instâncias governamentais do que milhares de pobres espalhados por recantos desconhecidos do interior do Brasil. Essas camadas populacionais têm mais chances de serem ouvidas.

A agricultura brasileira tem passado, presente e grandes perspectivas de desenvolvimento para o futuro. O cenário, porém, é outro, destacando-se a necessidade de ser competitiva no mercado nacional e internacional e de um novo enfoque do papel do Governo, menos intervencionista, mais fiscalizador.

Normas para a Elaboração de Artigos Técnicos

1. Só serão aceitos trabalhos originais em português;
 2. O texto não deverá exceder de 6 laudas datilografadas em espaço duplo;
 3. A linguagem deverá ser concisa, impessoal e na ordem direta;
 4. As tabelas deverão conter a citação da fonte dos dados;
 5. Uma vez aceito, o trabalho não poderá ser reproduzido, mesmo parcialmente, sem o consentimento da Revista de Política Agrícola.
 6. As opiniões emitidas nos artigos são de exclusiva responsabilidade dos autores;
 7. A publicação dos artigos nesta revista está condicionada à aprovação dos editores;
 8. As colaborações não serão remuneradas;
 9. Os artigos técnicos constarão de título, autor e, ao pé-de-página, da origem do autor;
 10. As referências deverão ser completas, segundo normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas);
 11. Os trabalhos deverão ser remetidos em duas vias;
 12. As cópias enviadas não serão devolvidas, mesmo quando o artigo não for aceito; e
 13. As questões não contempladas acima serão resolvidas pelos editores.
-